



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I — PARTE II

DECRETO N.º 46.237 — DE 18 JUNHO DE 1959

ANO XIX — N.º 204

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 25 DE OUTUBRO DE 1978

MINISTÉRIO DA FAZENDA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

CARTA-CIRCULAR Nº 285

Comunicamos que a Diretoria do Banco Central, em sessão de 08.06.77, aprovou o "Sistema de Consolidação e Análise de Dados Econômico-Financeiros", instituindo a "Declaração de Atividades", documento a ser preenchido, mensalmente, pelas seguintes instituições, com base nos valores inscritos nos balancetes ou balanços e demonstração de resultados, bem como outros dados extra-contábeis levantados a partir de 30.06.78:

- a) Bancos Comerciais;
- b) Bancos de Investimento;
- c) Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento;
- d) Sociedades Corretoras;
- e) Sociedades Distribuidoras; e
- f) Sociedades de Crédito Imobiliário.

2. As declarações de atividades dos meses de junho, julho e agosto de 1978 devem ser remetidas ao Banco Central até 20.10.78, juntamente com a relativa ao mês de setembro.

3. No preenchimento e remessa da "Declaração de Atividades" devem ser observadas as disposições contidas no MNI-16-16-1, 18-11-1, 19-9-1, 20-8-1, 21-8-1 e 27-6-1, conforme o caso.

4. Quaisquer informações adicionais quanto ao preenchimento do formulário devem ser solicitadas:

a) quando se tratar de banco comercial:

- Departamento de Fiscalização Bancária
Setor Bancário Norte
Ed. Engenheiro Paulo Maurício, 3º andar
Brasília - DF
CEP - 70.040

b) quando se tratar das demais Instituições relacionadas no item 1:

- Divisão ou Núcleo Regional de Fiscalização do Mercado de Capitais, situado na localidade que jurisdicione a sede da entidade.

5. As declarações de atividades das Sociedades de Crédito Imobiliário serão encaminhadas ao Banco Nacional da Habitação - Inspeção do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, na forma por esta determinada.

6. Em consequência, encontram-se nas folhas anexas as alterações necessárias à atualização do Manual de Normas e Instruções - MNI.

Brasília (DF), 26 de Setembro de 1978.

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO
BANCÁRIA

Françisco de Assis Figueira
Chefe

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO
DO MERCADO DE CAPITAIS

Evaristo Soares Confort
Chefe

ATUALIZAÇÃO MNI Nº 38

(Documento anexo à Carta-Circular nº 285, de 26.09.78)

TÍTULO	CAPÍTULO	SEÇÃO	ITEM	DOCUMENTO	PÁGINAS	
				Índice	3/6	em substituição às existentes
16				Índice	5	em substituição à existente
16	16			Índice	1	nova
16	16	1			2	novas
16	16		nº 1		14	novas
18			Índice		3	em substituição à existente
18	11		Índice		1	nova
18	11	1			1	nova
18	11		nº 1		14	novas
19			Índice		1/2	em substituição às existentes
19	9		Índice		1	nova
19	9	1			1	nova
19	9		nº 1		14	novas
20			Índice		1	nova
20	8		Índice		1	nova
20	8	1			1	nova
20	8		nº 1		14	novas
21			Índice		1	nova
21	8		Índice		1	nova
21	8	1			1	nova
21	8		nº 1		14	novas
27			Índice		1	nova
27	6		Índice		1	nova
27	6	1			1	nova
27	6		nº 1		14	novas

MANUAL DE NORMAS E INSTRUÇÕES

Índice

- 2 - Objetivo
- 3 - Capital
- 4 - Administração
- 5 - Dependências
- 6 - Carteira de Câmbio (a divulgar)

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL**

EXPEDIENTE

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

DIRETOR DA DIVISÃO DE PUBLICAÇÕES
J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DO SERVIÇO EDITORIAL
MARIA LÚZIA DE MELO

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I - PARTE II

Órgão destinado à publicação dos atos da administração descentralizada
(Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional)
BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONÁRIOS	
Semestral.....	Cr\$ 105,00	Semestral.....	Cr\$ 80,00
Anual.....	Cr\$ 210,00	Anual.....	Cr\$ 160,00
EXTERIOR		EXTERIOR	
Anual.....	Cr\$ 300,00	Anual.....	Cr\$ 250,00

PORTE AÉREO

A ser contratado separadamente com a Delegacia Regional da E. C. T
(Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) em Brasília

NÚMERO AVULSO

- O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.
- O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,50 por ano, se de exercícios anteriores.

• **Horário da Redação**

O Setor de Redação funciona, para atendimento do público, das 11 às 17 horas.

• **Das Originais**

As Repartições Públicas deverão entregar no Serviço de Comunicações do Departamento de Imprensa Nacional, até as 17 horas, o expediente destinado à publicação.

— Os originais para publicação, devidamente autenticados, deverão ser datilografados diretamente, em espaço dois, em papel acetinado ou apergaminhado, medindo no máximo 22 x 33 cm, sem emendas ou rasuras. Serão admitidas cópias em tinta preta e indelével, a critério do D. I. N.

— Os originais encaminhados à publicação não serão restituídos às partes, ainda que não publicados.

• **Reclamações**

As reclamações pertinentes à matéria retribuída, nos casos de erro ou omissão, deverão ser formuladas por escrito ao Setor de Redação, até o quinto dia útil subsequente à publicação.

• **Assinaturas**

As assinaturas para o exterior serão anuais.

— As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.

— Para evitar interrupção na remessa dos órgãos oficiais, a renovação de assinatura deve ser solicitada com trinta (30) dias de antecedência.

— As assinaturas das Repartições Públicas serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de março.

— Os Suplementos às edições dos órgãos oficiais só serão remetidos aos assinantes que solicitarem no ato da assinatura.

— Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

• **Remessa de Valores**

A remessa de valores deverá ser feita mediante Ordem de Pagamento, por cheque, através do Banco do Brasil S. A., a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional, acompanhada de esclarecimentos quanto à sua aplicação.

**AS EDIÇÕES DO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
ACHAM-SE À VENDA:**

Na Cidade do Rio de Janeiro

Posto de Venda — Sede: Avenida Rodrigues Alves, 1

Posto de Venda I — Ministério da Fazenda

Posto de Venda II — Palácio da Justiça, 3.º pavimento -
Corredor D - Sala 311.

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Recolho Postal

Na Capital Federal

Na sede do DIN — Setor de Indústrias Gráficas

- 7 - Normas Operacionais
- 8 - Instrumentos Operacionais
- 9 - Operações Ativas e Passivas
- 10 - Operações Acessórias
- 11 - Prestação de Serviços
- 12 - Assistência Financeira
- 13 - Redescontos
- 14 - Recolhimentos Compulsórios
- 15 - Recolhimentos Especiais
- 16 - Normas Gerais de Contabilidade e Auditoria
- 17 - Disposições Finais

17 - COOPERATIVAS DE CRÉDITO

- 1 - Características
- 2 - Constituição
- 3 - Objetivo
- 4 - Capital
- 5 - Associados
- 6 - Administração
- 7 - Dependências
- 8 - Normas Operacionais
- 9 - Operações e Serviços
- 10 - Normas de Contabilidade
- 11 - (a divulgar)
- 12 - (a divulgar)
- 13 - Disposições Finais

18 - BANCOS DE INVESTIMENTO

- 1 - Características e Constituição
- 2 - Objetivo
- 3 - Capital
- 4 - Administração
- 5 - Dependências
- 6 - Credenciamento de Agentes Autônomos de Investimento
- 7 - Normas Operacionais
- 8 - Operações Ativas e Passivas
- 9 - Operações Especiais
- 10 - Instrumentos Operacionais
- 11 - Normas Gerais de Contabilidade e Auditoria (*)
- 12 - (a divulgar)
- 13 - (a divulgar)
- 14 - Disposições Finais

19 - SOCIEDADES DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

- 1 - Características e Constituição
- 2 - Objetivo
- 3 - Capital
- 4 - Administração
- 5 - Dependências
- 6 - Credenciamento de Agentes Autônomos de Investimento
- 7 - Normas Operacionais
- 8 - Operações Ativas e Passivas
- 9 - Normas Gerais de Contabilidade e Auditoria (*)
- 10 - (a divulgar)
- 11 - (a divulgar)
- 12 - Disposições Finais

20 - SOCIEDADES CORRETORAS

- 1 - Características e Constituição (a divulgar)
- 2 - Objetivo (a divulgar)
- 3 - Capital (a divulgar)
- 4 - Administração (a divulgar)
- 5 - Dependências (a divulgar)
- 6 - Normas Operacionais (a divulgar)
- 7 - Operações e Serviços (a divulgar)
- 8 - Normas Gerais de Contabilidade e Auditoria (*)

21 - SOCIEDADES DISTRIBUIDORAS

- 1 - Características e Constituição (a divulgar)
- 2 - Objetivo (a divulgar)
- 3 - Capital (a divulgar)
- 4 - Administração (a divulgar)
- 5 - Dependências (a divulgar)
- 6 - Credenciamento de Agentes Autônomos de Investimento (a divulgar)

- 7 - Normas Operacionais (a divulgar)
8 - Normas Gerais de Contabilidade e Auditoria (*)

22 - SOCIEDADES DE INVESTIMENTO - D.L. nº 1.401 (a divulgar)

- 1 - Características e Constituição
2 - Objetivo
3 - Capital
4 - Administração
5 - Credenciamento de Agentes de Subscrição
6 - Normas Operacionais
7 - Operações

23 - BOLSAS DE VALORES (a divulgar)**24 - SOCIEDADES ARRENDADORAS (a divulgar)**

- 1 - Características e Constituição
2 - Objetivo
3 - Capital
4 - Administração
5 - Dependências
6 - Normas Operacionais
7 - Operações

25 - AUXILIARES DO COMÉRCIO DE TÍTULOS E VALORES (a divulgar)

- 1 - Intermediadores de Títulos e Valores Mobiliários
2 - Agentes Autônomos de Investimento

26 - INVESTIDORES INSTITUCIONAIS (a divulgar)

- 1 - Fundos Mútuos de Investimento
2 - Fundos Fiscais de Investimento
3 - Sociedades Seguradoras

27 - SOCIEDADES DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO (*)

- 1 - Características e Constituição (a divulgar)
2 - Objetivo (a divulgar)
3 - Capital (a divulgar)
4 - Administração (a divulgar)
5 - Dependências (a divulgar)
6 - Normas Gerais de Contabilidade e Auditoria

28 - (RESERVADO)

Bancos Comerciais - 16
Índice dos Capítulos

- 13 - Demonstrativo do Saldo Diário dos Depósitos a Prazo
14 - Demonstrativo do Saldo Diário dos Depósitos sob Aviso
15 - Demonstrativo da Movimentação de "LTN"

15 - RECOLHIMENTOS ESPECIAIS

- 1 - Diversos

16 - NORMAS GERAIS DE CONTABILIDADE E AUDITORIA

- 1 - Consolidação e Análise de Dados Econômico-Financeiros
Documentos
1 - Declaração de Atividades

17 - DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1 - Bancos Comerciais Públicos
2 - Cessação de Atividades

Normas Gerais de Contabilidade e Auditoria - 16
Índice das Seções

- 1 - Consolidação e Análise de Dados Econômico-Financeiros

SEÇÃO : Consolidação e Análise de Dados Econômico-Financeiros - 1

- 1 - O banco comercial deve preencher, mensalmente, o formulário "Declaração de Atividades", a que se refere o Documento nº 1 deste Capítulo.
2 - O preenchimento da "Declaração de Atividades" é efetuado com base nos balancetes mensais, balanços e demonstração de resultados, bem como em outros dados extra-contábeis da instituição, esclarecido que os valores nela registrados devem manter

estrita correlação com os inscritos nos citados documentos contábeis.

- 3 - Com vistas ao correto preenchimento do formulário, devem ser observadas atentamente as notas explicativas impressas em seu verso, bem como as instruções de preenchimento, que transmitem esclarecimentos sobre cada linha do modelo.

- 4 - As informações prestadas no Campo nº 10 da "Declaração de Atividades", referentes a "Rendas do Período" (linhas 62 a 68) e "Despesas do Período" (linhas 69 a 73), devem englobar, mensalmente, os saldos não balanceados das contas que compõem os referidos subgrupos.

- 5 - A "Declaração de Atividades" é firmada por 2 (dois) Diretores e pelo Contabilista da instituição.

- 6 - A "Declaração de Atividades" deve ser remetida até o dia 20 do mês subsequente àquele a que se referir, juntamente com os balancetes ou balanço e demonstração de resultados, para o seguinte endereço:

Banco Central do Brasil
Departamento de Fiscalização Bancária
Divisão Regional de Fiscalização Bancária
Av. Presidente Vargas nº 84
Rio de Janeiro - RJ
CEP - 20091

- 7 - O impresso padronizado da "Declaração de Atividades" deve ser obtido no Departamento Regional do Banco Central a que a sede da instituição esteja jurisdicionada.

MNI 16-16 DOCUMENTO Nº 1

DEFIB			
Declaração de Atividades			
BANCOS COMERCIAIS			
IDENTIFICAÇÃO			
02 NOME DA INSTITUIÇÃO	03 FL. Nº	04 IDENT. DOCUMENTO	05 RESERVADO AO BC
	01	01011010111	
06 VALORES EM MILHARES DE CRUZEIROS		07 CGC DA INSTIT.	08 DATA BASE
CAMPO 121...			
INVESTIMENTOS			
09 LINHA	10 INFORMAÇÃO	11 CÓDIGO	12 VALOR
01	CAIXA E DEPÓSITOS EM BANCO (Nota 1)	1.01.00.2	
02	LETRAS DO TESOUREIRO NACIONAL (Nota 2)	1.04.00.9	
03	FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS (Nota 3)	1.07.00.6	
04	REPASSES DE RECURSOS INTERNOS (Nota 4)	1.10.00.0	
05	REPASSES DE RECURSOS EXTERNOS (Nota 5)	1.13.00.7	
06	DEVEDORES NO PAÍS	1.17.00.3	
07	DEVEDORES NO EXTERIOR	1.20.00.7	
08	CAPITAL A REALIZAR (Nota 6)	1.23.00.4	
09	OUTROS CRÉDITOS DE FUNCIONAMENTO (Nota 7)	1.27.00.0	
10	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS PÚBLICOS (Nota 8)	1.30.00.4	
11	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS PRIVADOS (Nota 9)	1.33.00.1	
12	OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	1.37.00.7	
13	BENS NÃO DESTINADOS A USO (Nota 11)	1.40.00.1	
14	OUTROS INVESTIMENTOS ACESSÓRIOS (Nota 12)	1.43.00.8	
15	IMOBILIZAÇÕES TANGÍVEIS (Nota 13)	1.47.00.4	
16	IMOBILIZAÇÕES INTANGÍVEIS (Nota 14)	1.50.00.8	
17	PARTICIPAÇÕES PERMANENTES (Nota 15)	1.53.00.5	
18	CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO (Nota 16)	1.57.00.1	
CRÉDITOS EM SOCIEDADES LIGADAS (Nota 17)			
19	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E AFINS	1.60.07.4	
20	SOCIEDADES COMERCIAIS	1.60.14.8	
21	SOCIEDADES INDUSTRIAIS	1.60.21.8	
22	SOCIEDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS	1.60.28.7	
23	OUTRAS SOCIEDADES	1.60.35.9	
24	TÍTULOS E VALORES MOBS. DE SOC. LIGADAS (Nota 18)	1.63.00.2	
PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES LIGADAS (Nota 19)			
25	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E AFINS	1.67.07.7	
26	SOCIEDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS	1.67.14.9	
27	OUTRAS SOCIEDADES	1.67.21.1	
28	ADIANTAMENTOS A DIRETORES E AÇIONISTAS	1.70.00.0	
29	CRÉDITOS DEPARTAMENTAIS (Nota 20)	1.73.00.9	
30	RESULTADOS PENDENTES (Nota 21)	1.78.00.6	
31	PREJUÍZOS ACUMULADOS	1.79.00.3	
32	TOTAL DOS INVESTIMENTOS	1.99.00.7	

NOTAS

1. Incluir numerário existente e saldo de depósitos junto ao Banco do Brasil S/A;
2. Incluir pelo valor de aquisição, as LTN de livre propriedade do banco;
3. Incluir quaisquer financiamentos ou empréstimos concedidos, excetuando aqueles que, na forma permitida pela regulamentação vigente, tenham sido deferidos a ligadas, caso em que serão estes inscritos em 19/23;
4. Incluir os financiamentos efetuados com repasses de entidades oficiais no país, tais como BNH, BNDE, FINAME, etc., excluídos os porventura efetuados a empresas ligadas, que serão incluídos em 19/23;
5. Incluir os financiamentos efetuados com repasses de recursos externos, excluídos os porventura deferidos a empresas ligadas, que serão incluídos em 19/23;
6. Incluir o saldo de parcelas do capital subscrito, não integralizadas;
7. Incluir quaisquer outros créditos do Banco Comercial não classificáveis nos demais itens do Ativo Circulante;
8. Incluir as aplicações em títulos públicos federais, estaduais e municipais, excetuando LTN, que serão registradas no item 2;
9. Incluir neste item as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários que não sejam de emissão, aceite ou coobrigação de sociedade ligada, ou não se caracterizem como sendo participações de caráter permanente;
10. Incluir quaisquer outros valores e bens realizáveis, não classificáveis nos demais grupamentos do ativo, inclusive as LTN vinculadas às operações de Repasses de Recursos Externos ao amparo da Resolução 63 e os depósitos no Banco Central, destes mesmos recursos não repassados;
11. Incluir imóveis e outros bens não destinados a uso, inclusive os recebidos em pagamento de créditos de duvidosa liquidação, ou outros que porventura integrem o Ativo do banco;
12. Incluir outros créditos realizáveis não classificáveis nos demais itens da declaração;
13. Incluir pelo valor residual — custo original mais correções, menos depreciações acumuladas — as imobilizações tangíveis do Banco, destinadas à manutenção de suas atividades;
14. Incluir pelo valor residual — custo original mais correções, menos amortizações acumuladas — as aplicações de recursos em intangíveis, inclusive as que contribuem para a formação do resultado de mais de um exercício social, conforme inciso V, do artigo 179 da Lei 6.404/76;
15. Incluir as participações de caráter permanente em outras sociedades não configuradas como ligadas;
16. Incluir o montante de créditos em liquidação, rigorosamente conforme definidos na Circular 319. Somente não serão incluídos neste item créditos para os quais na forma daquela Circular haja autorização específica do Banco Central;
17. Incluir quaisquer créditos recebíveis de empresas ligadas, incluindo depósitos e empréstimos deferidos — na forma da regulamentação em vigor;
18. Incluir o montante de títulos e valores mobiliários de emissão, aceite ou coobrigação de instituições ligadas;
19. Incluir, pelo valor de livros, as participações em empresas ligadas;
20. Incluir os créditos do Banco junto a suas dependências ou departamentos no país ou no exterior;
21. Incluir, transitoriamente, o valor das contas ativas de resultado pendente, excluindo eventuais saldos devedores de conta Lucros e Perdas, que serão transferidos para o item 31.

OBSERVAÇÃO:

Para a inscrição de dados concernentes a sociedades ligadas, estas serão consideradas segundo os critérios definidos nos parágrafos 1º e 2º do art. 243, da Lei nº 6.404/76. Para os mesmos efeitos, serão consideradas as sociedades que integrem o mesmo conglomerado financeiro ou econômico-financeiro da instituição declarante, bem como as sociedades sob o mesmo controle acionário daquela, direto ou indireto.

03 FL Nº 04 IDENT. DOCUMENTO 07 CGC DA INSTIT 08 DATA BASE			
02 0101010111			
FINANCIAMENTOS			
09 LINHA	10 INFORMAÇÃO	11 CÓDIGO	12 VALOR
33	DEPÓSITOS À VISTA (Nota 22)	2.01.00.5	
34	DEPÓSITOS A PRAZO COM CERTIFICADOS (Nota 23)	2.04.00.2	
35	DEPÓSITOS A PRAZO SEM CERTIFICADOS (Nota 23)	2.07.00.9	
36	RECURSOS INTERNOS PARA REPASSES (Nota 24)	2.10.00.3	
37	RECURSOS EXTERNOS PARA REPASSES (Nota 25)	2.13.00.0	
38	EMPRÉSTIMOS EM MOEDA NACIONAL (Nota 26)	2.17.00.6	
39	EMPRÉSTIMOS EM MOEDA ESTRANGEIRA (Nota 27)	2.20.00.0	
40	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA (Nota 28)	2.23.00.7	
41	REDESCONTOS	2.26.00.4	
42	CREDORES NO PAÍS	2.29.00.1	
43	CREDORES NO EXTERIOR	2.32.00.5	
44	OUTROS RECURSOS DE TERCEIROS	2.35.00.2	
RECURSOS DE SOCIEDADES LIGADAS (Nota 29)			
45	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E AFINS	2.38.07.8	
46	SOCIEDADES COMERCIAIS	2.38.14.0	
47	SOCIEDADES INDUSTRIAIS	2.38.21.2	
48	SOCIEDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS	2.38.28.1	
49	OUTRAS SOCIEDADES	2.38.35.3	
50	DÉBITOS DEPARTAMENTAIS (Nota 30)	2.41.00.3	
51	CAPITAL E RESERVAS (Nota 31)	2.45.00.9	
52	PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	2.48.00.6	
53	OUTRAS PROVISÕES (Nota 32)	2.51.00.0	
54	LUCROS ACUMULADOS	2.54.00.7	
55	RESULTADOS PENDENTES (Nota 33)	2.57.00.4	
56	TOTAL DOS FINANCIAMENTOS	2.99.00.0	

OUTROS DADOS

09 LINHA	10 INFORMAÇÃO	11 CÓDIGO	12 VALOR
AVAIS, FIANÇAS E OUTRAS GARANT. À SOC. LIGADAS (Nota 34)			
57	EM OPERAÇÕES INTERNAS	3.07.07.1	
58	EM OPERAÇÕES EXTERNAS	3.07.14.3	
AVAIS, FIANÇAS E OUTRAS GARANT. A TERCEIROS (Nota 34)			
59	EM OPERAÇÕES INTERNAS	3.14.07.1	
60	EM OPERAÇÕES EXTERNAS	3.14.14.3	
61	TOTAL DE CONTROLE	3.99.00.3	

NOTAS

22. Incluir o saldo de captação de depósitos à vista e de curto prazo, qualquer que seja a natureza do depositante. Depósitos da espécie em nome de Sociedades Ligadas serão inscritos em 45 a 49;
23. Incluir os saldos de depósitos a prazo captados pelo banco, respeitadas os desdobramentos cabíveis, com exceção dos depósitos em nome de instituições ligadas, com ou sem emissão de certificados que serão inscritos em Recursos de Sociedades Ligadas (itens 45/49);
24. Incluir saldos de recursos captados junto a instituições e/ou entidades sediadas no país, para repasses;
25. Incluir saldos de recursos captados junto a instituições e/ou entidades sediadas no exterior, para repasses no país;
26. Incluir saldos de outros empréstimos contraídos no país;
27. Incluir saldos de outros empréstimos contraídos no exterior;
28. Incluir saldos de financiamentos obtidos junto a instituições governamentais para assistência financeira, exceto redescontos que serão inscritos em 41;
29. Incluir quaisquer créditos de ligadas, junto ao Banco, obedecidos os desdobramentos previstos, tais como: financiamentos e/ou suprimentos obtidos, créditos em conta corrente, depósitos, etc.;
30. Incluir os débitos do banco junto a suas dependências ou departamentos no país e no exterior;
31. Incluir o montante do capital e reservas do Banco, de qualquer natureza, inclusive as de correção monetária;
32. Incluir o saldo de provisões porventura constituídas, tais como para: perdas de câmbio, oscilação de títulos, etc., excluída a destinada a riscos de créditos que será inscrita em 52;
33. Incluir transitoriamente o valor das contas passivas de resultado pendente, excluindo eventuais saldos credores da conta Lucros e Perdas, porventura classificadas nesse grupo no balanço, transferindo-os para 54;
34. Incluir nos itens 57 a 60 o montante das responsabilidades contingentes do Banco por avais, fianças e outras coobrigações na forma da regulamentação vigente, observados os desdobramentos previstos.

OBSERVAÇÃO:

Para a inscrição de dados concernentes a sociedades ligadas, estas serão consideradas segundo os critérios definidos nos parágrafos 1º e 2º do art. 243, da Lei nº 6.404/76. Para os mesmos efeitos, serão consideradas as sociedades que integrem o mesmo conglomerado financeiro ou econômico-financeiro da instituição declarante, bem como as sociedades sob o mesmo controle acionário daquela, direto ou indireto.

03 FL Nº 04 IDENT. DOCUMENTO 07 CGC DA INSTIT 08 DATA BASE
03 0101010111

RÉDITO DO EXERCÍCIO

09 LINHA	10 INFORMAÇÃO	11 CÓDIGO	12 VALOR
RENDAS DO PERÍODO (Nota 35)			
62	DE FINANCIAMENTO	4.07.07.4	
63	DE REPASSES	4.07.14.6	
64	DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	4.07.21.8	
65	DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS (Nota 36)	4.07.28.7	
66	DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS (Nota 37)	4.07.35.9	
67	DE AVAIS E FIANÇAS	4.07.42.1	
68	DIVERSAS	4.07.48.0	
DESPESAS DO PERÍODO (Nota 38)			
69	OPERACIONAIS	4.14.07.4	
70	ADMINISTRATIVAS	4.14.14.6	
71	PATRIMONIAIS	4.14.21.8	
72	TRIBUTÁRIAS	4.14.28.7	
73	DIVERSAS	4.14.35.9	
74	RENDAS DE OPERAÇÕES COM SOC. LIGADAS (Nota 39)	4.21.00.5	
75	RENDAS DE PARTICIPAÇÕES EM SOC. LIGADAS (Nota 40)	4.28.00.8	
76	DESPESAS DE OPERAÇÕES COM SOC. LIGADAS (Nota 41)	4.35.00.8	
77	RÉDITO DO EXERCÍCIO (Nota 42)	4.42.00.8	
78	TOTAL DE CONTROLE	4.99.00.6	

DECLARAÇÃO

OS SIGNATÁRIOS DESTA DOCUMENTO SE RESPONSABILIZAM PELA VERACIDADE DOS ELEMENTOS E DADOS NELE CONTIDOS E PELA TOTAL COMPATIBILIDADE DAS POSIÇÕES DECLARADAS COM OS REGISTROS CONTÁBEIS E EXTRA-CONTÁBEIS DESTA INSTITUIÇÃO.

13 NOME	14 C.P.F. Nº
15 ASSINATURA	16 CARGO
13 NOME	14 C.P.F. Nº
15 ASSINATURA	16 CARGO

13 NOME	14 C.P.F. Nº
15 ASSINATURA	16 CARGO

NOTAS

35. Neste item serão inscritas as rendas do Banco, no período a que se referir a declaração de atividades obedecendo tanto quanto possível os desdobramentos previstos, em decorrência de suas operações com terceiros, não se incluindo quaisquer rendas de operações com ligadas;
36. Neste subitem serão registradas, particularmente, as rendas de operações no mercado secundário de títulos de renda fixa e operações de "Open Market";
37. Neste subitem serão inscritas as rendas decorrentes da Carteira de Títulos do Banco, tais como: dividendos, bonificações, lucros em vendas de títulos, ágio, etc., respeitando o que se contém na Nota 36 e excetuadas as rendas previstas no item 75;
38. Neste item serão inscritas, tão somente, as despesas do período, observados os desdobramentos previstos e excetuadas as despesas previstas em 75;
39. Neste item serão inscritas todas e quaisquer rendas auferidas pelo banco, em operações efetuadas com Sociedades Ligadas, à exceção das rendas previstas no item 75;
40. Neste item serão inscritos dividendos, bonificações e quaisquer outras rendas decorrentes de participações em Sociedades Ligadas;
41. Neste item serão inscritas todas e quaisquer despesas decorrentes de operações efetuadas com Sociedades Ligadas;
42. Rótulo do Exercício (62+63+64+65+66+67+68+74+75-69-70-71-72-73-76).

OBSERVAÇÃO:

Para a inscrição de dados concernentes a sociedades ligadas, estas serão consideradas segundo os critérios definidos nos parágrafos 1º e 2º do art. 243, da Lei nº 6.404/76. Para os mesmos efeitos, serão consideradas as sociedades que integrem o mesmo conglomerado financeiro ou econômico-financeiro da instituição declarante, bem como as sociedades sob o mesmo controle acionário daquele, direto ou indireto.

TÍTULO: DECLARAÇÃO DE ATIVIDADES DE BANCOS COMERCIAIS

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

Este documento destina-se a coletar informações quantitativas sobre a posição financeira dos Bancos Comerciais. O documento contém três folhas. Cada folha é dividida em quadros. Os quadros são um conjunto de informações da mesma natureza. Cada quadro é composto por campos, cuja finalidade é identificar e servir como receptor da informação quantitativa ou qualitativa.

QUADRO - PROTOCOLO

Este campo é o retângulo superior à direita, da folha nº 1 da Declaração de Atividades.

Está identificado com o número 01 no canto superior esquerdo. Este campo deve ser preenchido somente pelo setor de protocolo do DEFIB.

QUADRO - IDENTIFICAÇÃO

Campo nº 02 - NOME DA INSTITUIÇÃO

Preenchimento - Obrigatório

Descrição - preencher com o nome completo da Instituição Financeira. Caso o nome não caiba na primeira linha, continuar na linha imediatamente abaixo. Ao mudar de linha, quando necessário, fazer a separação silábica normalmente.

Campo nº 03 - FOLHA Nº - pré-impresso (01)

Campo nº 04 - IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO

pré-impresso (0010011)

onde,

00: identifica o tipo de instituição que emite o documento (Banco Comercial)

100: identifica o assunto (Análise Econômico-Financeira de Instituições Financeiras)

11: identifica o documento.

Campo nº 05 - RESERVADO AO BANCO CENTRAL

Descrição - este campo será preenchido pelo DEFIB. Destina-se ao controle de sequência dos documentos para efeito de digitação. O campo é numérico na forma XXXYYZZ onde,

XX: é o número da remessa correspondente ao DEFIB, e será sempre igual a 11

YYY: é o número do lote compreendido entre 001 e 999

ZZ: é o número do documento dentro do lote, compreendido entre 01 e 99.

Campo nº 06 - VALORES EM CR\$MIL - pré-impresso.

Campo nº 07 - C G C DA INSTITUIÇÃO

Preenchimento - Obrigatório

Descrição - preencher com um número de oito dígitos referente ao CGC da instituição.

Campo nº 08 - DATA BASE

Preenchimento - Obrigatório

Descrição - preencher com um número de oito dígitos no formato DD/MM/AAAA onde,

DD: último dia do mês

MM: mês relativo ao movimento (de 01 a 12)

AAAA: ano relativo ao movimento.

QUADRO - INVESTIMENTOS

Campo nº 09 - LINHA (1a. coluna) - pré-impresso (XX)

onde;

XX: é um valor numérico entre 01 e 32.

Campo nº 10 - INFORMAÇÃO (2a. coluna) - pré-impresso

(nome da rubrica).

Campo nº 11 - CÓDIGO (3a. coluna) - pré-impresso

(U.XX.YY.Z)

onde,

U: identifica o grupo

XX: identifica o subgrupo

YY: identifica o título

Z: é o dígito verificador.

Campo nº 12 - VALOR (4a. coluna)

Preenchimento - obrigatório

Descrição - preencher cada linha com um número contendo até dez dígitos, referente ao valor da rubrica em milhares de cruzeiros.

Quando não existir o valor referente à rubrica preencher o campo com zeros. Não é necessário colocar zeros não significativos à esquerda do valor.

Exemplo: Suponha que o movimento do período na rubrica 01 Caixa e Depósitos à Vista, tenha sido de 3.567.892,78 cruzeiros. Então deve-se preencher o campo valor com o conteúdo 3.567, que significará 3.567 mil cruzeiros. Para melhor visualização pode-se separar os milhares por pontos.

OBSERVAÇÃO: A linha nº 32 - TOTAL DOS INVESTIMENTOS deverá conter, no campo nº 12 (VALOR), a soma de todos os valores da 4a. coluna, correspondente às linhas de nºs 01 a 31.

Os campos de nºs 03, 04, 07 e 08, da folha nº 02, a seguir descritos, destinam-se à vinculação das folhas de um mesmo documento.

Campo nº 03 - FOLHA Nº - pré-impresso (02).

Campo nº 04 - IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO - pré-impresso (0010011)

onde,

00: identifica o tipo de instituição que emite o documento (Banco Comercial)

100: identifica o assunto (Análise Econômico-Financeira de Instituições Financeiras)

11: identifica o documento.

Campo nº 07 - C G C DA INSTITUIÇÃO

Preenchimento - obrigatório

Descrição - preencher com um número de oito dígitos referente ao CGC da instituição financeira.

Campo nº 08 - DATA BASE

Preenchimento - Obrigatório

Descrição - preencher com um número de oito dígitos no formato DD/MM/AAAA onde,

DD: último dia do mês

MM: mês relativo ao movimento (de 01 a 12)

AAAA: ano relativo ao movimento.

O conteúdo desse campo deve ser igual ao do campo nº 8 (DATA BASE) da folha nº 01.

QUADRO - FINANCIAMENTOS

- Campo nº 09 - LINHA (1a. coluna) - pré-impresso (XX)
onde,
XX: é um valor numérico entre 33 e 56.
- Campo nº 10 - INFORMAÇÃO (2a. coluna) - pré-impresso
(nome da rubrica)
- Campo nº 11 - CÓDIGO (3a. coluna) - pré-impresso (U.XX.YY.Z)
onde,
U: identifica o grupo
XX: identifica o subgrupo
YY: identifica o título
Z: dígito verificador.
- Campo nº 12 - VALOR (4a. coluna)
Preenchimento - obrigatório
Descrição - preencher cada linha com um número con-
tendo até dez dígitos, referente ao valor da rubri-
ca em milhares de cruzeiros.
Quando não existir o valor referente à rubrica, pre-
encher o campo com zeros. Não é necessário colocar
zeros não significativos à esquerda do valor.
Exemplo: Suponha que o movimento do período na ru-
brica 01 Caixa e Depósitos à Vista, tenha
sido de 3.567.892,78 cruzeiros. Então deve-
se preencher o campo valor com o conteúdo
3.567, que significará 3.567 mil cruzeiros.
Para melhor visualização pode-se separar
os milhares por pontos.
- OBSERVAÇÃO: A linha nº 56 - TOTAL DOS FINANCIAMEN-
TOS deverá conter no campo nº 12 (VA-
LOR), a soma de todos os valores da 4a.
coluna, correspondentes às linhas de nºs
33 a 55.

QUADRO - OUTROS DADOS

- Campo nº 09 - LINHA (1a. coluna) - pré-impresso (XX)
onde,
XX: é um valor numérico entre 57 e 61.
- Campo nº 10 - INFORMAÇÃO (2a. coluna) - pré-impresso
(nome da rubrica)
- Campo nº 11 - CÓDIGO (3a. coluna) - pré-impresso (U.XX.YY.Z)
onde,
U: identifica o grupo
XX: identifica o subgrupo
YY: identifica o título
Z: é o dígito verificador.
- Campo nº 12 - VALOR (4a. coluna)
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher cada linha com um número con-
tendo até dez dígitos, referente ao valor da rubri-
ca em milhares de cruzeiros.
Quando não existir o valor referente à rubrica, pre-
encher o campo com zeros. Não é necessário colocar
zeros não significativos à esquerda do valor.
Exemplo: Suponha que o movimento do período na ru-
brica 01 Caixa e Depósitos à Vista, tenha
sido de 3.567.892,78 cruzeiros. Então deve-
se preencher o campo valor com o conteúdo
3.567, que significará 3.567 mil cruzeiros.
Para melhor visualização pode-se separar
os milhares por pontos.
- OBSERVAÇÃO: A linha nº 61 - TOTAL DE CONTROLE deve
rá conter no campo nº 12 (VALOR) a soma
de todos os valores da 4a. coluna, cor-
respondentes às linhas de nºs 57 a 60.

Os campos de nºs 03, 04, 07 e 08 da folha nº 03, a seguir des-
critos, destinam-se à vinculação das folhas de um mesmo do-
cumento.

Campo nº 03 - FOLHA Nº - pré-impresso (03).

Campo nº 04 - IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO - pré-impresso (0010011)
onde,
00: identifica o tipo de instituição que emite o
documento (Banco Comercial)
100: identifica o assunto (Análise Econômico-Finan-
ceira de Instituições Financeiras)
11: identifica o documento.

Campo nº 07 - C G C DA INSTITUIÇÃO
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher com um número de oito dígi-
tos, referente ao CGC da Instituição Financeira.

Campo nº 08 - DATA BASE
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher com um número de oito dígitos
no formato DD/MM/AAAA onde,
DD: último dia do mês
MM: mês relativo ao movimento (de 01 a 12)
AAAA: Ano relativo ao movimento.

O conteúdo desse campo deve ser igual ao do campo nº 08
(DATA BASE) da folha nº 01.

QUADRO - RÉDITO DO EXERCÍCIO

- Campo nº 09 - LINHA (1a. coluna)-pré-impresso (XX)
onde,
XX: é um valor numérico entre 62 e 78.
- Campo nº 10 - INFORMAÇÃO (2a. coluna) - pré-impresso
(nome da rubrica).
- Campo nº 11 - CÓDIGO (3a. coluna) - pré-impresso (U.XX.YY.Z)
onde,
U: identifica o grupo
XX: identifica o subgrupo
YY: identifica o título
Z: é o dígito verificador.
- Campo nº 12 - VALOR (4a. coluna)
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher cada linha com um número con-
tendo até dez dígitos, referente ao valor da rubri-
ca em milhares de cruzeiros.
Quando não existir o valor referente à rubrica pre-
encher o campo com zeros. Não é necessário colocar
zeros não significativos à esquerda do valor.
Exemplo: Suponha que o movimento do período na ru-
brica 01 Caixa e Depósitos à Vista, tenha
sido de 3.567.892,78 cruzeiros. Então deve-
se preencher o campo valor com o conteúdo
3.567, que significará 3.567 mil cruzeiros.
Para melhor visualização pode-se separar
os milhares por pontos.
- OBSERVAÇÃO: A linha nº 78 - TOTAL DE CONTROLE deve
rá conter no campo nº 12 (VALOR) a soma
de todos os valores da 4a. coluna, cor-
respondentes às linhas de nºs 62 a 77.

QUADRO - DECLARAÇÃO

- Campo nº 13 - NOME
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher com o nome legível do respon-
sável pelas informações contidas no documento.
- Campo nº 14 - C.P.F. Nº
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher com o número do CPF do res-
ponsável pelas informações contidas no documento.
- Campo nº 15 - ASSINATURA
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher com a assinatura usual do
responsável pelas informações contidas no documento.

Campo nº 16 - CARGO

Preenchimento - Obrigatório

Descrição - preencher com o nome do cargo, na Instituição Financeira, do responsável pelas informações contidas no documento.

Bancos de Investimento - 18

Índice dos Capítulos

6 - Distribuição ou Colocação de Emissões de Títulos ou Valores Mobiliários

7 - Fiança, Aval ou Coobrigações Assumidas

8 - Operações a Preços Fixos (a divulgar)

10 - INSTRUMENTOS OPERACIONAIS

1 - Certificado de Depósito Bancário

2 - Certificado de Depósitos de Valores Mobiliários em Garantia

3 - Cédula Hipotecária

11 - NORMAS GERAIS DE CONTABILIDADE E AUDITORIA

1 - Consolidação e Análise de Dados Econômico-Financeiros Documentos (*)

1 - Declaração de Atividades

12 - (a divulgar)

13 - (a divulgar)

14 - DISPOSIÇÕES FINAIS

1 - Cessação de Atividades

Normas Gerais de Contabilidade e Auditoria - 11
Índice das Seções

1 - Consolidação e Análise de Dados Econômico-Financeiros (*)

seção : Consolidação e Análise de Dados Econômico-Financeiros - 1

1 - O banco de investimento deve preencher, mensalmente, o formulário "Declaração de Atividades", a que se refere o Documento nº 1 deste Capítulo.

2 - O preenchimento da "Declaração de Atividades" é efetuado com base nos balancetes mensais, balanços e demonstração de resultados, bem como em outros dados extra-contábeis da instituição, esclarecido que os valores nela registrados devem manter estrita correlação com os inscritos nos citados documentos contábeis.

3 - Com vistas ao correto preenchimento do formulário, devem ser observadas atentamente as notas explicativas impressas em seu verso, bem como as instruções de preenchimento, que transmitem esclarecimentos sobre cada linha do modelo.

4 - As informações prestadas no Campo nº 10 da "Declaração de Atividades", referentes a "Rendas do Período" (linhas 63 a 69) e "Despesas do Período" (linhas 70 a 74), devem englobar, mensalmente, os saldos não balanceados das contas que compõem os referidos subgrupos.

5 - A "Declaração de Atividades" é firmada por 2 (dois) Diretores e pelo Contabilista da instituição.

6 - A "Declaração de Atividades" deve ser remetida até o dia 20 do mês subsequente àquele a que se referir, juntamente com os balancetes ou balanço e demonstração de resultados, para o Banco Central - Divisão ou Núcleo Regional de Fiscalização do Mercado de Capitais que jurisdicione a sede da instituição.

7 - O impresso padronizado da "Declaração de atividades" deve ser obtido no Departamento Regional do Banco Central a que a sede da instituição esteja jurisdicionada.

DEFIM

Declaração de Atividades

BANCOS DE INVESTIMENTO

IDENTIFICAÇÃO

BANCOS DE INVESTIMENTO

02 NOME DA INSTITUIÇÃO

03 FL. Nº

01

04 IDENT. DOCUMENTO

51111010112

05 RESERVADO AO BC

06 VALORES EM MILHARES DE CRUZEIROS (CAMPO 12)

07 CGC DA INSTIT.

08 DATA BASE

INVESTIMENTOS

10 INFORMAÇÃO

11 CÓDIGO

12 VALOR

09 LINHA	10 INFORMAÇÃO
01	CAIXA E DEPÓSITOS À VISTA (Nota 1)
02	LETRAS DO TESOURO NACIONAL
03	FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS (Nota 2)
04	REPASSES DE RECURSOS INTERNOS (Nota 3)
05	REPASSES DE RECURSOS EXTERNOS (Nota 4)
06	DEVEDORES NO PAÍS
07	DEVEDORES NO EXTERIOR
08	CAPITAL A REALIZAR (Nota 5)
09	OUTROS CRÉDITOS DE FUNCIONAMENTO (Nota 6)
10	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS PÚBLICOS (Nota 7)
11	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS PRIVADOS (Nota 8)
12	OUTROS VALORES E BENS (Nota 9)
13	BENS NÃO DESTINADOS A USO (Nota 10)
14	OUTROS INVESTIMENTOS ACESSÓRIOS (Nota 11)
15	IMOBILIZAÇÕES TANGÍVEIS (Nota 12)
16	IMOBILIZAÇÕES INTANGÍVEIS (Nota 13)
17	PARTICIPAÇÕES PERMANENTES (Nota 14)
18	CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO (Nota 15)
	CRÉDITOS EM SOCIEDADES LIGADAS (Nota 16)
19	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E AFINS
20	SOCIEDADES COMERCIAIS
21	SOCIEDADES INDUSTRIAIS
22	SOCIEDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS
23	OUTRAS SOCIEDADES
24	TÍTULOS E VALORES MOB. DE SOC. LIGADAS (Nota 17)
	PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES LIGADAS (Nota 18)
25	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E AFINS
26	SOCIEDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS
27	OUTRAS SOCIEDADES
28	ADIANTAMENTOS A DIRETORES E ACIONISTAS
29	CRÉDITOS DEPARTAMENTAIS (Nota 19)
30	RESULTADOS PENDENTES (Nota 20)
31	PREJUÍZOS ACUMULADOS
32	TOTAL DOS INVESTIMENTOS

1.01.00.2

1.04.00.9

1.07.00.6

1.10.00.0

1.13.00.7

1.17.00.3

1.20.00.7

1.23.00.4

1.27.00.0

1.30.00.4

1.33.00.1

1.37.00.7

1.40.00.1

1.43.00.8

1.47.00.4

1.50.00.8

1.53.00.5

1.57.00.1

1.60.07.4

1.60.14.6

1.60.21.8

1.60.28.7

1.60.35.9

1.63.00.2

1.67.07.7

1.67.14.9

1.67.21.1

1.70.00.2

1.73.00.9

1.76.00.6

1.79.00.3

1.99.00.7

NOTAS

- Increr o numerário existente e os Depósitos à Vista. Depósitos bancários à vista, porventura efetuados em banco comercial ligado, serão inscritos em 19;
- Increr quaisquer financiamentos ou empréstimos concedidos, excetuando aqueles porventura concedidos a empresas ligadas que serão incluídos em 19/23;
- Increr os financiamentos efetuados com repasses de entidades oficiais no país, tais como BNH, BNDE, FINAME, etc., excetuando os porventura efetuados a empresas ligadas que serão incluídos em 19/23;
- Increr os financiamentos efetuados com recursos externos, excetuando os porventura deferidos a empresas ligadas, que serão incluídos em 19/23;
- Increr o saldo de parcelas do capital subscrito, não integralizadas;
- Increr quaisquer outros créditos do Banco de Investimento não classificáveis nos demais itens do Ativo Circulante;
- Increr as aplicações em títulos públicos federais, estaduais e municipais, excetuando LTN, que serão inscritas em 2;
- Increr neste item as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários que não sejam de emissão, seja ou coobrigação de sociedade ligada, ou não se caracterizem como sendo participações de caráter permanente;
- Increr quaisquer outros valores e bens realizáveis não classificáveis nos demais grupos do Ativo, inclusive as LTN vinculadas às operações de Repasse de Recursos Externos ao amparo da Resolução 63 e os depósitos no Banco Central, destes mesmos recursos não repassados;
- Increr imóveis e outros bens não destinados a uso, inclusive os recebidos em pagamento de créditos de duvidosa liquidação, ou outros que porventura integram o Ativo da Sociedade;
- Increr outros créditos realizáveis a longo prazo não classificáveis como Ativo Circulante, ou em outros grupos do Ativo;
- Increr pelo valor residual - custo original mais correções, menos depreciações acumuladas - as immobilizações tangíveis da Sociedade, destinadas à manutenção de suas atividades;
- Increr pelo valor residual - custo original mais correções, menos amortizações acumuladas - as aplicações de recursos em intangíveis, inclusive as que contribuam para a formação do resultado de mais de um exercício social, conforme inciso V, do artigo 178 da Lei 6.404/76;
- Increr as participações de caráter permanente em outras sociedades não configuradas como ligadas;
- Increr o montante dos créditos em liquidação, rigorosamente conforme definidos na Circular 320. Somente não serão incluídos neste item créditos para os quais, na forma daquela Circular, haja autorização específica do Banco Central;
- Increr quaisquer créditos recebíveis de empresas ligadas, incluindo depósitos e empréstimos deferidos na forma de regulamentação vigente;

17. Incluir o montante de títulos e valores mobiliários de emissão, aceite ou coobrigação de instituições ligadas;
18. Incluir, pelo valor de livros, as participações em empresas ligadas;
19. Incluir os créditos da Sociedade junto a suas dependências ou departamentos no país e no exterior;
20. Incluir, transitoriamente, o valor das contas ativas de resultado pendente, excluindo eventuais saldos devedores de conta Lucros e Perdas, que serão transferidos para o item 31.

OBSERVAÇÃO:

Para a inscrição de dados concernentes a sociedades ligadas, estas serão consideradas segundo os critérios definidos nos parágrafos 1º e 2º do art. 243, da Lei nº 6.404/76. Para os mesmos efeitos, serão consideradas as sociedades que integram o mesmo conglomerado financeiro ou econômico-financeiro da instituição declarante, bem como as sociedades sob o mesmo controle acionário daquela, direto ou indireto.

03 FL N°	04 IDENT. DOCUMENTO	07 CGC DA INSTIT.	08 DATA BASE
02	5111010112		

09 LINHA	10 INFORMAÇÃO	11 CÓDIGO	12 VALOR
33	DEPÓSITOS A PRAZO COM CERTIFICADOS (Nota 21)	2.04.00.2	
34	DEPÓSITOS A PRAZO SEM CERTIFICADOS (Nota 21)	2.07.00.9	
35	RECURSOS INTERNOS PARA REPASSES (Nota 22)	2.10.00.3	
36	RECURSOS EXTERNOS PARA REPASSES (Nota 23)	2.13.00.0	
37	EMPRÉSTIMOS EM MOEDA NACIONAL (Nota 24)	2.17.00.6	
38	EMPRÉSTIMOS EM MOEDA ESTRANGEIRA (Nota 25)	2.20.00.0	
39	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA (Nota 26)	2.23.00.7	
40	CREDORES NO PAÍS	2.29.00.4	
41	CREDORES NO EXTERIOR	2.32.00.5	
42	OUTROS RECURSOS DE TERCEIROS	2.35.00.2	
43	RECURSOS DE SOCIEDADES LIGADAS (Nota 27)		
43	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E AFINS	2.38.07.8	
44	SOCIEDADES COMERCIAIS	2.38.14.0	
45	SOCIEDADES INDUSTRIAIS	2.38.21.2	
46	SOCIEDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS	2.38.28.1	
47	OUTRAS SOCIEDADES	2.38.35.3	
48	DÉBITOS DEPARTAMENTAIS (Nota 28)	2.41.00.3	
49	CAPITAL E RESERVAS (Nota 29)	2.45.00.9	
50	PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	2.48.00.6	
51	OUTRAS PROVISÕES (Nota 30)	2.51.00.0	
52	LUCROS ACUMULADOS	2.54.00.7	
53	RESULTADOS PENDENTES (Nota 31)	2.57.00.4	
54	TOTAL DOS FINANCIAMENTOS	2.99.00.0	

09 LINHA	10 INFORMAÇÃO	11 CÓDIGO	12 VALOR
55	AVANÇ, FIANÇAS E OUTRAS GARANTIAS A SOC. LIGADAS		
55	EM OPERAÇÕES INTERNAS	3.07.07.1	
56	EM OPERAÇÕES EXTERNAS	3.07.14.3	
57	AVANÇ, FIANÇAS E OUTRAS GARANT. A TERCEIROS (Nota 32)		
57	EM OPERAÇÕES INTERNAS	3.14.07.1	
58	EM OPERAÇÕES EXTERNAS	3.14.14.3	
59	DEPÓSITOS CAPTADOS NO PERÍODO (Nota 33)	3.21.00.2	
60	COMPROMISSOS DE RECOMPRA	3.28.00.5	
61	FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS NO PERÍODO (Nota 34)	3.35.00.5	
62	TOTAL DE CONTROLE	3.99.00.3	

NOTAS:

21. Incluir os saldos de depósitos a prazo captados pelo banco de investimento, respeitados os desdobramentos cabíveis, com exceção dos depósitos em nome de instituições ligadas com ou sem emissão de certificados, que serão inscritos em 43/47;
22. Incluir saldos de recursos captados junto a instituições e/ou entidades sediadas no país, para repasses;
23. Incluir saldos de recursos captados junto a instituições e/ou entidades sediadas no exterior, para repasses no país;
24. Incluir saldos de outros empréstimos contraídos no país;
25. Incluir saldos de outros empréstimos contraídos no exterior;
26. Incluir saldos de financiamentos obtidos junto a instituições governamentais, para assistência financeira;
27. Incluir quaisquer créditos de ligadas junto ao Banco de Investimento — obedecidos os desdobramentos previstos — tais como: financiamentos e/ou suprimentos obtidos, créditos em conta corrente, depósitos a prazo, etc.;
28. Incluir os débitos de sociedade junto a suas dependências ou departamentos no país e no exterior;
29. Incluir o montante do capital e reservas de qualquer natureza, inclusive as de correção monetária;
30. Incluir o saldo de provisões porventura constituídas, tais como para perdas de câmbio, oscilação de títulos etc., excluindo a destinada a riscos de créditos que será inscrita em 50;
31. Incluir, transitoriamente, o valor das contas passivas de resultado pendente, excluindo eventuais saldos devedores de conta Lucros e Perdas, porventura classificados nesse grupo do balanço, transferindo-os para 52;
32. Incluir em 55, 56, 57 e 58 o montante das responsabilidades contingentes do Banco por avanços, fianças e outras coobrigações prestadas na forma de regulamentação vigente, observados os desdobramentos previstos;
33. Incluir neste item o montante dos depósitos a prazo captados no período a que se referir a declaração de atividades;
34. Incluir neste item o montante dos financiamentos concedidos no período compreendido pela declaração de atividades.

OBSERVAÇÃO:

Para a inscrição de dados concernentes a sociedades ligadas, estas serão consideradas segundo os critérios definidos nos parágrafos 1º e 2º do art. 243, da Lei nº 6.404/76. Para os mesmos efeitos, serão consideradas as sociedades que integram o mesmo conglomerado financeiro ou econômico-financeiro da instituição declarante, bem como as sociedades sob o mesmo controle acionário daquela, direto ou indireto.

03 FL N°	04 IDENT. DOCUMENTO	07 CGC DA INSTIT.	08 DATA BASE
03	5111010112		

09 LINHA	10 INFORMAÇÃO	11 CÓDIGO	12 VALOR
63	RENDAS DO PERÍODO (Nota 36)		
63	DE FINANCIAMENTOS	4.07.07.4	
64	DE REPASSES	4.07.14.6	
65	DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	4.07.21.8	
66	DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS (Nota 38)	4.07.28.7	
67	DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS (Nota 37)	4.07.35.9	
68	DE AVANÇOS E FIANÇAS	4.07.42.1	
69	DIVERSAS	4.07.48.0	
70	DESPESAS DO PERÍODO (Nota 38)		
70	OPERACIONAIS	4.14.07.4	
71	ADMINISTRATIVAS	4.14.14.6	
72	PATRIMONIAIS	4.14.21.8	
73	TRIBUTÁRIAS	4.14.28.7	
74	DIVERSAS	4.14.35.9	
75	RENDAS DE OPERAÇÕES COM SOC. LIGADAS (Nota 39)	4.21.00.5	
76	RENDAS DE PARTICIPAÇÕES EM SOC. LIGADAS (Nota 40)	4.28.00.8	
77	DESPESAS DE OPERAÇÕES COM SOC. LIGADAS (Nota 41)	4.35.00.8	
78	RÉDITO DO EXERCÍCIO (Nota 42)	4.42.00.8	
79	TOTAL DE CONTROLE	4.99.00.8	

DECLARAÇÃO

OS SIGNATÁRIOS DESTA DECLARAÇÃO SE RESPONSABILIZAM PELA VERACIDADE DOS ELEMENTOS E DADOS NELE CONTIDOS E PELA TOTAL COMPATIBILIDADE DAS POSIÇÕES DECLARADAS COM OS REGISTROS CONTÁBEIS E EXTRA-CONTÁBEIS DESTA INSTITUIÇÃO.

13 NOME	14 C.P.F. Nº
15 ASSINATURA	16 CARGO

13 NOME	14 C.P.F. Nº
15 ASSINATURA	16 CARGO

13 NOME	14 C.P.F. Nº
15 ASSINATURA	16 CARGO

NOTAS

35. Neste item serão inscritas as rendas do período a que se referir a declaração de atividades obedecidos tanto quanto possível os desdobramentos previstos, em decorrência de suas operações com terceiros, não se incluindo quaisquer rendas de operações com ligadas;
36. Neste subitem serão registradas particularmente as rendas de operações no mercado secundário de títulos de renda fixa e operações de "Open Market";
37. Neste subitem serão inscritas as rendas decorrentes da Carteira de Títulos da Sociedade, tais como: dividendos, bonificações, lucros em vendas de títulos, ágio, etc., respeitando o que se contém na Nota 36 e excetuadas as rendas previstas no item 76;
38. Neste item serão inscritas, tão somente, as despesas do período, observados os desdobramentos previstos, e excetuadas as despesas previstas em 77;
39. Neste item serão inscritas todas e quaisquer rendas auferidas pelo Banco em operações efetuadas com Sociedades Ligadas, à exceção das rendas previstas no item 76;
40. Neste item serão inscritos dividendos, bonificações e quaisquer outras rendas decorrentes de participações em Sociedades Ligadas;
41. Neste item serão inscritas todas e quaisquer despesas decorrentes de operações efetuadas com Sociedades Ligadas;
42. Rendimento do Exercício (63+64+65+66+67+68+69+75+76-70-71-72-73-74-77).

OBSERVAÇÃO:

Para a inscrição de dados concernentes a sociedades ligadas, estas serão consideradas segundo os critérios definidos nos parágrafos 1º e 2º do art. 243, da Lei nº 6.404/76. Para os mesmos efeitos, serão consideradas as sociedades que integram o mesmo conglomerado financeiro ou econômico-financeiro da instituição declarante, bem como as sociedades sob o mesmo controle acionário daquela, direto ou indireto.

TÍTULO: DECLARAÇÃO DE ATIVIDADES DE BANCOS DE INVESTIMENTO**INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO**

Este documento destina-se a coletar informações quantitativas sobre a posição financeira dos Bancos de Investimento. O documento contém três folhas. Cada folha é dividida em quadros. Os quadros são um conjunto de informações da mesma natureza. Cada quadro é composto por campos, cuja finalidade é identificar e servir como receptor da informação quantitativa ou qualitativa.

QUADRO - PROTOCOLO

Este campo é o retângulo superior à direita, da folha nº 1 da Declaração de Atividades.

Está identificado com o número 01 no canto superior esquerdo. Este campo deve ser preenchido somente pelo setor de protocolo do DEFIM.

QUADRO - IDENTIFICAÇÃO

Campo nº 02 - NOME DA INSTITUIÇÃO

Preenchimento - Obrigatório

Descrição - preencher com o nome completo da Instituição Financeira. Caso o nome não caiba na primeira linha continuar na linha imediatamente abaixo. Ao mudar de linha, quando necessário, fazer a separação silábica normalmente.

Campo nº 03 - FOLHA Nº - pré-impresso (01)

Campo nº 04 - IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO - pré-impresso (5110012) onde,

51: identifica o tipo de instituição que emite o documento (Banco de Investimento)

100: identifica o assunto (Análise Econômico-Financeira de Instituições Financeiras)

12: identifica o documento.

Campo nº 05 - RESERVADO AO BANCO CENTRAL

Descrição - este campo será preenchido pelo DEFIM. Destina-se ao controle de sequência dos documentos para efeito de digitação. O campo é numérico na forma XXXYYZZ onde,

XX: é o número da remessa correspondente ao DEFIM, e será sempre igual a 31.

YYY: é o número do lote compreendido entre 001 e 999.

ZZ: é o número do documento dentro do lote, compreendido entre 01 e 99.

Campo nº 06 - VALORES EM CR\$ MIL-pré-impresso

Campo nº 07 - C G C DA INSTITUIÇÃO

Preenchimento - Obrigatório

Descrição - preencher com um número de oito dígitos, referente ao CGC da instituição.

Campo nº 08 - DATA BASE

Preenchimento - Obrigatório

Descrição - preencher com um número de oito dígitos, no formato DD/MM/AAAA onde,

DD: último dia do mês

MM: mês relativo ao movimento (de 01 a 12)

AAAA: ano relativo ao movimento.

QUADRO - INVESTIMENTOS

Campo nº 09 - LINHA (1a. coluna) - pré-impresso (XX)

onde,

XX: é um valor numérico entre 01 e 32.

Campo nº 10 - INFORMAÇÃO (2a. coluna) - pré-impresso

(nome da rubrica).

Campo nº 11 - CÓDIGO (3a. coluna) - pré-impresso (U.XX.YY.Z)

onde,

U: identifica o grupo

XX: identifica o subgrupo

YY: identifica o título

Z: é o dígito verificador.

Campo nº 12 - VALOR (4a. coluna)

Preenchimento - Obrigatório

Descrição - preencher cada linha com um número contendo até dez dígitos, referente ao valor da rubrica em milhares de cruzeiros.

Quando não existir o valor referente à rubrica preencher o campo com zeros. Não é necessário colocar zeros não significativos à esquerda do valor.

Exemplo: Suponha que o movimento do período na rubrica 01 Caixa e Depósitos à Vista, tenha

sido de 3.567.892,78 cruzeiros. Então deve-se preencher o campo valor com o conteúdo 3.567, que significará 3.567 mil cruzeiros. Para melhor visualização pode-se separar os milhares por pontos.

OBSERVAÇÃO: A linha nº 32 - TOTAL DOS INVESTIMENTOS deverá conter no campo nº 12 (VALOR) a soma de todos os valores da 4a. coluna, correspondentes às linhas de nºs 01 a 31.

Os campos de nºs 03, 04, 07 e 08, da folha nº 02, a seguir descritos, destinam-se à vinculação das folhas de um mesmo documento.

Campo nº 03 - FOLHA Nº - pré-impresso (02)

Campo nº 04 - IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO - pré-impresso (5110012) onde,

51: identifica o tipo de instituição que emite o documento (Banco de Investimento)

100: identifica o assunto (Análise Econômico-Financeira de Instituições Financeiras)

12: identifica o documento.

Campo nº 07 - C G C DA INSTITUIÇÃO

Preenchimento - Obrigatório

Descrição - preencher com um número de oito dígitos referente ao CGC da Instituição Financeira.

Campo nº 08 - DATA BASE

Preenchimento - Obrigatório

Descrição - preencher com um número de oito dígitos no formato DD/MM/AAAA onde,

DD: último dia do mês

MM: mês relativo ao movimento (de 01 a 12)

AAAA: ano relativo ao movimento.

O conteúdo desse campo deve ser igual ao do campo nº 08 - (DATA BASE) da folha nº 01.

QUADRO - FINANCIAMENTOS

Campo nº 09 - LINHA (1a. coluna) - pré-impresso (XX) onde,

XX: é um valor numérico entre 33 e 54.

Campo nº 10 - INFORMAÇÃO (2a. coluna) - pré-impresso (nome da rubrica).

Campo nº 11 - CÓDIGO (3a. coluna) - pré-impresso (U.XX.YY.Z)

onde,

U: identifica o grupo

XX: identifica o subgrupo

YY: identifica o título

Z: é o dígito verificador.

Campo nº 12 - VALOR (4a. coluna)

Preenchimento - obrigatório

Descrição - preencher cada linha com um número contendo até dez dígitos, referente ao valor da rubrica em milhares de cruzeiros.

Quando não existir o valor referente à rubrica preencher o campo com zeros. Não é necessário colocar zeros não significativos à esquerda do valor.

Exemplo: Suponha que o movimento do período na rubrica 01 Caixa e Depósitos à Vista, tenha sido de 3.567.892,78 cruzeiros. Então deve-se preencher o campo valor com o conteúdo 3.567, que significará 3.567 mil cruzeiros. Para melhor visualização pode-se separar os milhares por pontos.

OBSERVAÇÃO: A linha nº 54 - TOTAL DOS FINANCIAMENTOS deverá conter no campo nº 12 (VALOR) a soma de todos os valores da 4a. coluna, correspondentes às linhas de nºs 33 a 53.

QUADRO - OUTROS DADOS

Campo nº 09 - LINHA (1a. coluna) - pré-impresso (XX)
onde,
XX: é um valor numérico entre 55 e 62.

Campo nº 10 - INFORMAÇÃO (2a. coluna) - pré-impresso
(nome da rubrica).

Campo nº 11 - CÓDIGO (3a. coluna) - pré-impresso (U.XX.YY.Z)
onde,
U: identifica o grupo
XX: identifica o subgrupo
YY: identifica o título
Z: é o dígito verificador.

Campo nº 12 - VALOR (4a. coluna)
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher cada linha com um número con-
tendo até dez dígitos, referente ao valor da rubri-
ca em milhares de cruzeiros.
Quando não existir o valor referente à rubrica pre-
encher o campo com zeros. Não é necessário colocar
zeros não significativos à esquerda do valor.

Exemplo: Suponha que o movimento do período na ru-
brica 01 Caixa e Depósitos à Vista, tenha
sido de 3.567.892,78 cruzeiros. Então deve-
se preencher o campo valor com o conteúdo
3.567, que significará 3.567 mil cruzeiros.
Para melhor visualização pode-se separar
os milhares por pontos.

OBSERVAÇÃO: A linha nº 62 - TOTAL DE CONTROLE, deve
rá conter no campo nº 12 (VALOR) a soma
de todos os valores da 4a. coluna, cor-
respondentes às linhas de nºs 55 a 61.

Os campos de nºs 03, 04, 07 e 08, da folha nº 03, a seguir
descritos, destinam-se à vinculação das folhas de um mesmo
documento.

Campo nº 03 - FOLHA Nº - pré-impresso (03).

Campo nº 04 - IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO - pré-impresso (5110012)
onde,
51: identifica o tipo de instituição que emite o
documento (Banco de Investimento)
100: identifica o assunto (Análise Econômico-Finan-
ceira de Instituições Financeiras)
12: identifica o documento.

Campo nº 07 - C G C DA INSTITUIÇÃO
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher com um número de oito dígitos
referente ao CGC da instituição financeira.

Campo nº 08 - DATA BASE
Preenchimento - obrigatório
Descrição - preencher com um número de oito dígitos
no formato DD/MM/AAAA onde,
DD: último dia do mês
MM: mês relativo ao movimento (de 01 a 12)
AAAA: ano relativo ao movimento.

O conteúdo desse campo deve ser igual ao do campo nº 08 -
(DATA BASE) da folha nº 01.

QUADRO - RÊDITO DO EXERCÍCIO

Campo nº 09 - LINHA (1a. coluna) - pré-impresso (XX)
onde,
XX: é um valor numérico entre 63 e 79.

Campo nº 10 - INFORMAÇÃO (2a. coluna) - pré-impresso
(nome da rubrica).

Campo nº 11 - CÓDIGO (3a. coluna) - pré-impresso (U.XX.YY.Z)
onde,
U: identifica o grupo
XX: identifica o subgrupo

YY: identifica o título
Z: é o dígito verificador.

Campo nº 12 - VALOR (4a. coluna)

Preenchimento - Obrigatório

Descrição - preencher cada linha com um número con-
tendo até dez dígitos, referente ao valor da rubri-
ca em milhares de cruzeiros.

Quando não existir o valor referente à rubrica pre-
encher o campo com zeros. Não é necessário colocar
zeros não significativos à esquerda do valor.

Exemplo: Suponha que o movimento do período na ru-
brica 01 Caixa e Depósitos à Vista, tenha
sido de 3.567.892,78 cruzeiros. Então deve-
se preencher o campo valor com o conteúdo
3.567, que significará 3.567 mil cruzeiros.
Para melhor visualização pode-se separar
os milhares por pontos.

OBSERVAÇÃO: A linha nº 79 - TOTAL DE CONTROLE deve
rá conter no campo nº 12 (VALOR) a soma
de todos os valores da 4a. coluna, cor-
respondentes às linhas de nºs 63 a 78.

QUADRO - DECLARAÇÃO

Campo nº 13 - NOME

Preenchimento - Obrigatório

Descrição - preencher com o nome legível do respon-
sável pelas informações contidas no documento.

Campo nº 14 - C.P.F. Nº

Preenchimento - Obrigatório

Descrição - preencher com o número do CPF do res-
ponsável pelas informações contidas no documento.

Campo nº 15 - ASSINATURA

Preenchimento - Obrigatório

Descrição - preencher com a assinatura usual do
responsável pelas informações contidas no documento.

Campo nº 16 - CARGO

Preenchimento - Obrigatório

Descrição - preencher com o nome do cargo, na Ins-
tituição Financeira, do responsável pelas informa-
ções contidas no documento.

Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento - 19
Índice dos Capítulos

1 - CARACTERÍSTICAS E CONSTITUIÇÃO

2 - OBJETIVO

3 - CAPITAL

1 - Formação

2 - Reservas (a divulgar)

3 - Aumento de Capital

4 - Níveis Mínimos

5 - Normas Gerais

4 - ADMINISTRAÇÃO

5 - DEPENDÊNCIAS

1 - Disposições Gerais

2 - Dependências Transitórias - stands

3 - Escritórios

4 - Horário de Funcionamento

6 - CREDENCIAMENTO DE AGENTES AUTÔNOMOS DE INVESTIMENTO

7 - NORMAS OPERACIONAIS

1 - Disposições Preliminares

2 - Operações Ativas

- 3 - Operações Passivas
- 4 - Limites
- 5 - Créditos em Liquidação
- 6 - Participações de Capital em Caráter Permanente
- 7 - Recolhimento do Imposto sobre Operações Financeiras (a divulgar)
- 8 - Correção Monetária do Ativo (a divulgar)
- 9 - Depreciação do Ativo Imobilizado (a divulgar)
- 10 - Sigilo Bancário
- 8 - OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS
- 1 - Financiamento Direto ao Usuário
- 2 - Financiamento ao Usuário com Interveniência
- 3 - Refinanciamento de Vendas a Prestação
- 4 - Financiamento de Prestação de Serviço
- 5 - Operações com Sociedades Arrendadoras
- 6 - Assistência Financeira
- 7 - Depósitos de Acionistas
- 9 - NORMAS GERAIS DE CONTABILIDADE E AUDITORIA
- 1 - Consolidação e Análise de Dados Econômico-Financeiros
- Documentos
- 1 - Declaração de Atividades
- 10 - (a divulgar)
- 11 - (a divulgar)
- 12 - DISPOSIÇÕES FINAIS
- 1 - Cessação de Atividades

SOCIEDADES DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - 19

Normas Gerais de Contabilidade e Auditoria - 9

Índice das Seções

- 1 - Consolidação e Análise de Dados Econômico-Financeiros (*)

seção : Consolidação e Análise de Dados Econômico-Financeiros - 1

- 1 - A sociedade de crédito, financiamento e investimento deve preencher, mensalmente, o formulário "Declaração de Atividades", a que se refere o Documento nº 1 deste Capítulo.
- 2 - O preenchimento da "Declaração de Atividades" é efetuado com base nos balancetes mensais, balanços e demonstração de resultados, bem como em outros dados extra-contábeis da instituição, esclarecido que os valores nela registrados devem manter estrita correlação com os inscritos nos citados documentos contábeis.
- 3 - Com vistas ao correto preenchimento do formulário, devem ser observadas atentamente as notas explicativas impressas em seu verso, bem como as instruções de preenchimento, que transmitem esclarecimentos sobre cada linha do modelo.
- 4 - As informações prestadas no Campo nº 10 da "Declaração de Atividades", referentes a "Rendas do Período" (linhas 52 a 57) e "Despesas do Período" (linhas 58 a 62), devem englobar, mensalmente, os saldos não balanceados das contas que compõem os referidos subgrupos.
- 5 - A "Declaração de Atividades" é firmada por 2 (dois) Diretores e pelo Contabilista da instituição.
- 6 - A "Declaração de Atividades" deve ser remetida até o dia 20 do mês subsequente àquele a que se referir, juntamente com os balancetes ou balanço e demonstração de resultados, para o Banco Central - Divisão ou Núcleo Regional de Fiscalização do Mercado de Capitais que jurisdicione a sede da instituição.
- 7 - O impresso padronizado da "Declaração de Atividades" deve ser obtido no Departamento Regional do Banco Central a que a sede da instituição esteja jurisdicionada.

01

DEFIM				Declaração de Atividades	
SOCIEDADES DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO					
IDENTIFICAÇÃO					
02 NOME DA INSTITUIÇÃO		03 FL. Nº	04 IDENT. DOCUMENTO	05 RESERVADO AO BC	
		01	51211010113		
		06 VALORES EM MILHARES DE CRUZEIROS (CAMPO 12)	07 CGC DA INSTIT.	08 DATA BASE	
INVESTIMENTOS					
09 LINHA	10 INFORMAÇÃO	11 CÓDIGO	12 VALOR		
01	CAIXA E DEPÓSITOS À VISTA (Nota 1)	1.01.00.2			
02	LETRAS DO TESOURO NACIONAL	1.04.00.9			
03	FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS (Nota 2)	1.07.00.6			
04	REPASSES DE RECURSOS INTERNOS (Nota 3)	1.10.00.0			
05	DEVEDORES NO PAÍS	1.17.00.3			
06	CAPITAL À REALIZAR (Nota 4)	1.23.00.4			
07	OUTROS CRÉDITOS DE FUNCIONAMENTO (Nota 5)	1.27.00.0			
08	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS PÚBLICOS (Nota 6)	1.30.00.4			
09	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS PRIVADOS (Nota 7)	1.33.00.1			
10	OUTROS VALORES E BENS (Nota 8)	1.37.00.7			
11	BENS NÃO DESTINADOS A USO (Nota 9)	1.40.00.1			
12	OUTROS INVESTIMENTOS ACESSÓRIOS (Nota 10)	1.43.00.8			
13	IMOBILIZAÇÕES TANGÍVEIS (Nota 11)	1.47.00.4			
14	IMOBILIZAÇÕES INTANGÍVEIS (Nota 12)	1.50.00.8			
15	PARTICIPAÇÕES PERMANENTES (Nota 13)	1.53.00.5			
16	CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO (Nota 14)	1.57.00.1			
CRÉDITOS EM SOCIEDADES LIGADAS (Nota 15)					
17	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E AFINS	1.60.07.4			
18	SOCIEDADES COMERCIAIS	1.60.14.6			
19	SOCIEDADES INDUSTRIAIS	1.60.21.8			
20	SOCIEDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS	1.60.28.7			
21	OUTRAS SOCIEDADES	1.60.35.9			
22	TÍTULOS E VALORES MOBS. DE SOC. LIGADAS (Nota 16)	1.63.00.2			
PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES LIGADAS (Nota 17)					
23	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E AFINS	1.67.07.7			
24	SOCIEDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS	1.67.14.9			
25	OUTRAS SOCIEDADES	1.67.21.1			
26	ADIANTAMENTOS A DIRETORES E ACIONISTAS	1.70.00.2			
27	CRÉDITOS DEPARTAMENTAIS (Nota 18)	1.73.00.9			
28	RESULTADOS PENDENTES (Nota 19)	1.76.00.6			
29	PREJUÍZOS ACUMULADOS	1.79.00.3			
30	TOTAL DOS INVESTIMENTOS	1.99.00.7			

NOTAS

- Inscriver numerário existente e Depósitos à Vista, Depósitos bancários à vista, porventura efetuados em banco comercial ligado, serão inscritos em 17;
- Inscriver os saldos de financiamentos ou empréstimos concedidos, exclusive aqueles deferidos a empresas ligadas - quando permitidos pela regulamentação em vigor - os quais serão inscritos em 17/21;
- Inscriver os financiamentos efetuados com repasses de entidades oficiais no país, excluídos os porventura efetuados a empresas ligadas, que serão incluídos em 17/21;
- Inscriver o saldo de parcelas do capital subscrito, não integralizadas;
- Inscriver quaisquer outros créditos da sociedade não classificáveis nos demais itens do Ativo Circulante;
- Inscriver as aplicações em títulos públicos federais, estaduais e municipais, exclusive LTN, que serão inscritos em 2;
- Inscriver neste item as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários que não sejam de emissão, aceite ou coobrigação de sociedade ligada, ou não se caracterizem como sendo participações de caráter permanente;
- Inscriver quaisquer outros valores e bens realizáveis não classificáveis nos demais grupamentos do ativo;
- Inscriver imóveis e outros bens não destinados a uso, inclusive os recebidos em pagamento de créditos de divida de liquidação, ou outros que porventura integrem o Ativo da Sociedade;
- Inscriver outros créditos realizáveis a longo prazo não classificáveis como Ativo Circulante, ou em outros grupos do Ativo;
- Inscriver pelo valor residual - custo original mais correções, menos depreciações acumuladas - as imobilizações tangíveis da Sociedade, destinadas à manutenção de suas atividades;
- Inscriver pelo valor residual - custo original mais correções, menos amortizações acumuladas - as aplicações de recursos em intangíveis, inclusive as que contribuam para a formação do resultado de mais de um exercício social, conforme inciso V, do artigo 179 da Lei 6.404/76;
- Inscriver as participações de caráter permanente em outras sociedades não configuradas como ligadas;
- Inscriver o montante dos créditos em liquidação, conforme definidos pela regulamentação aplicável às Sociedades de Crédito Imobiliário;
- Inscriver quaisquer créditos recebíveis de empresas ligadas, incluindo depósitos e empréstimos concedidos na forma da regulamentação em vigor;
- Inscriver o montante de títulos e valores mobiliários de emissão, aceite ou coobrigação de instituições ligadas;
- Inscriver, pelo valor de livros, as participações em empresas ligadas;
- Inscriver os créditos da Sociedade junto a suas dependências ou departamentos no país;
- Inscriver, transitoriamente, o valor das contas ativas de resultado pendente, excluindo eventuais saldos devedores da conta Lucros e Perdas, que serão transferidos para o item 29.

OBSERVAÇÃO:

Para a inscrição de dados concernentes a sociedades ligadas, estas serão consideradas segundo os critérios definidos nos parágrafos 1º e 2º do art. 243, da Lei nº 6.404/76. Para os mesmos efeitos, serão consideradas as sociedades que integrem o mesmo conglomerado financeiro ou econômico-financeiro da instituição declarante, bem como as sociedades sob o mesmo controle acionário daquela, direto ou indireto.

03 FL N° 04 IDENT. DOCUMENTO 07 CGC DA INSTIT 08 DATA BASE			
02 51211010113			
FINANCIAMENTOS			
09 LINHA	10 INFORMAÇÃO	11 CÓDIGO	12 VALOR
31	ACEITES CAMBIAIS (Nota 20)	2.08.00.8	
32	RECURSOS INTERNOS PARA REPASSES (Nota 21)	2.10.00.3	
33	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA (Nota 22)	2.23.00.7	
34	CREDORES NO PAÍS	2.29.00.1	
35	OUTROS RECURSOS DE TERCEIROS (Nota 23)	2.35.00.2	
RECURSOS DE SOCIEDADES LIGADAS (Nota 24)			
36	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E AFINS	2.38.07.8	
37	SOCIEDADES COMERCIAIS	2.38.14.0	
38	SOCIEDADES INDUSTRIAIS	2.38.21.2	
39	SOCIEDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS	2.38.28.1	
40	OUTRAS SOCIEDADES	2.38.35.3	
41	LETRAS DE CÂMBIO EM PODER DE SOC. LIGADAS (Nota 25)	2.40.00.4	
42	DÉBITOS DEPARTAMENTAIS	2.41.00.3	
43	CAPITAL E RESERVAS (Nota 26)	2.45.00.9	
44	PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	2.48.00.6	
45	OUTRAS PROVISÕES (Nota 27)	2.51.00.0	
46	LUCROS ACUMULADOS	2.54.00.7	
47	RESULTADOS PENDENTES (Nota 28)	2.57.00.4	
48	TOTAL DOS FINANCIAMENTOS	2.99.00.0	
OUTROS DADOS			
09 LINHA	10 INFORMAÇÃO	11 CÓDIGO	12 VALOR
49	LETRAS COLOCADAS NO PERÍODO (Nota 29)	3.30.00.0	
50	FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS NO PERÍODO (Nota 30)	3.35.00.5	
51	TOTAL DE CONTROLE	3.99.00.3	

NOTAS

20. Inscrever o saldo das letras emitidas e aceitas pela Sociedade, subtraindo o montante das letras em carteira, bem como as letras em poder de sociedades ligadas que serão inscritas em 41;
21. Inscrever saldos de recursos captados junto a instituições e/ou entidades sediadas no país, para repasses;
22. Inscrever saldos de financiamentos obtidos junto a instituições governamentais, para assistência financeira;
23. Inscrever quaisquer outros recursos de terceiros à disposição da sociedade, não classificáveis em outros itens;
24. Inscrever quaisquer créditos de ligadas, junto à Sociedade, obedecendo os desdobramentos previstos, tais como: financiamentos e/ou suprimentos obtidos, créditos em conta corrente, etc.;
25. Inscrever as letras de câmbio emitidas de aceite da Sociedade e em poder de Sociedades Ligadas;
26. Inscrever o montante do capital e reservas da Sociedade, de qualquer natureza, inclusive as de correção monetária;
27. Inscrever o saldo de provisões porventura constituídas, tais como para perdas de câmbio, oscilação de títulos, etc., excluindo a destinada a riscos de créditos que será inscrita em 44;
28. Inscrever transitoriamente o valor das contas passivas de resultado pendente, excluindo eventuais saldos credores de conta Lucros e Perdas, porventura classificadas nesse grupo do balanço, transferindo-os para 46;
29. Inscrever neste item o montante das letras de aceite da Sociedade, colocadas no período a que se referir a declaração de atividades;
30. Inscrever neste item o montante dos financiamentos concedidos pela Sociedade no período compreendido pela declaração de atividades.

OBSERVAÇÃO:

Para a inscrição de dados concernentes a sociedades ligadas, estas serão consideradas segundo os critérios definidos nos parágrafos 1º e 2º do art. 243, da Lei nº 6.404/76. Para os mesmos efeitos, serão consideradas as sociedades que integrem o mesmo conglomerado financeiro ou econômico-financeiro da instituição declarante, bem como as sociedades sob o mesmo controle acionário daquela, direto ou indireto.

DECLARAÇÃO

OS SIGNATÁRIOS DESTA DECLARAÇÃO SE RESPONSABILIZAM PELA VERACIDADE DOS ELEMENTOS E DADOS NELE CONTIDOS E PELA TOTAL COMPATIBILIDADE DAS POSIÇÕES DECLARADAS COM OS REGISTROS CONTÁBEIS E EXTRA-CONTÁBEIS DESTA INSTITUIÇÃO.

13 NOME	14 C.P.F. N°
15 ASSINATURA	16 CARGO

13 NOME	14 C.P.F. N°
15 ASSINATURA	16 CARGO

13 NOME	14 C.P.F. N°
15 ASSINATURA	16 CARGO

NOTAS

31. Neste item serão inscritas as rendas do período a que se referir a declaração de atividades obedecendo tanto quanto possível os desdobramentos previstos, em decorrência de suas operações com terceiros, não se incluindo quaisquer rendas de operações com ligadas;
32. Neste subitem serão registradas particularmente as rendas de operações no mercado secundário de títulos de renda fixa e operações de "Open Market";
33. Neste subitem serão inscritas as rendas decorrentes da Carteira de Títulos da Sociedade, tais como: dividendos, bonificações, lucros em vendas de títulos, ágio, etc., respeitando o que se contém na Nota 32 e excetuadas as rendas previstas no item 64;
34. Neste item serão inscritas, tão somente, as despesas do período, observados os desdobramentos previstos, e excetuadas as despesas previstas em 65;
35. Neste item serão inscritas todas e quaisquer rendas auferidas pela Financeira em operações efetuadas com Sociedades Ligadas, à exceção das rendas previstas no item 64;
36. Neste item serão inscritos dividendos, bonificações e quaisquer outras rendas decorrentes de participações em Sociedades Ligadas;
37. Neste item serão inscritas todas e quaisquer despesas decorrentes de operações efetuadas com Sociedades Ligadas;
38. Rêditos do Exercício (52+53+54+55+56+57+63+64-58-59-60-61-62-65).

OBSERVAÇÃO:

Para a inscrição de dados concernentes a sociedades ligadas, estas serão consideradas segundo os critérios definidos nos parágrafos 1º e 2º do art. 243, da Lei nº 6.404/76. Para os mesmos efeitos, serão consideradas as sociedades que integrem o mesmo conglomerado financeiro ou econômico-financeiro da instituição declarante, bem como as sociedades sob o mesmo controle acionário daquela, direto ou indireto.

TÍTULO: DECLARAÇÃO DE ATIVIDADES DE SOCIEDADES DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

Este documento destina-se a coletar informações quantitativas sobre a posição financeira das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento.

O documento contém três folhas. Cada folha é dividida em quadros. Os quadros são um conjunto de informações da mesma natureza. Cada quadro é composto por campos, cuja finalidade é identificar e servir como receptor da informação quantitativa ou qualitativa.

QUADRO - PROTOCOLO

Este campo é o retângulo superior à direita, da folha nº 1 da Declaração de Atividades.

Está identificado com o número 01 no canto superior esquerdo. Este campo deve ser preenchido somente pelo setor de protocolo do DEFIM.

QUADRO - IDENTIFICAÇÃO

Campo nº 02 - NOME DA INSTITUIÇÃO

Preenchimento - Obrigatório

Descrição - preencher com o nome completo da Instituição Financeira. Caso o nome não caiba na primeira linha continuar na linha imediatamente abaixo. Ao mudar de linha, quando necessário, fazer a separação silábica normalmente.

Campo nº 03 - FOLHA Nº - pré-impresso (01)

Campo nº 04 - IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO - pré-impresso (5210013) onde,

52: identifica o tipo de instituição que emite o documento (Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento)

03 FL N° 04 IDENT. DOCUMENTO 07 CGC DA INSTIT 08 DATA BASE			
03 51211010113			
RÉDITO DO EXERCÍCIO			
09 LINHA	10 INFORMAÇÃO	11 CÓDIGO	12 VALOR
RENDAS DO PERÍODO (Nota 31)			
52	DE FINANCIAMENTOS	4.07.07.4	
53	DE REPASSES	4.07.14.6	
54	DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	4.07.21.8	
55	DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS (Nota 32)	4.07.28.7	
56	DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS (Nota 33)	4.07.35.9	
57	DIVERSAS	4.07.48.0	
DESPESAS DO PERÍODO (Nota 34)			
58	OPERACIONAIS	4.14.07.4	
59	ADMINISTRATIVAS	4.14.14.6	
60	PATRIMONIAIS	4.14.21.8	
61	TRIBUTÁRIAS	4.14.28.7	
62	DIVERSAS	4.14.35.9	
63	RENDAS DE OPERAÇÕES COM SOC. LIGADAS (Nota 35)	4.21.00.5	
64	RENDAS DE PARTICIPAÇÕES EM SOC. LIGADAS (Nota 36)	4.28.00.8	
65	DESPESAS DE OPERAÇÕES COM SOC. LIGADAS (Nota 37)	4.35.00.8	
66	RÉDITO DO EXERCÍCIO (Nota 38)	4.42.00.8	
67	TOTAL DE CONTROLE	4.99.00.8	

100: identifica o assunto (Análise Econômico-Financeira de Instituições Financeiras)
13: identifica o documento.

Campo nº 05 - RESERVADO AO BANCO CENTRAL
Descrição - este campo será preenchido pelo DEFIM.
Destina-se ao controle de sequência dos documentos para efeito de digitação.
O campo é numérico na forma XYYZZ onde,
XX: é o número da remessa correspondente ao DEFIM e será sempre igual a 31.
YY: é o número do lote compreendido entre 001e999.
ZZ: é o número do documento dentro do lote, compreendido entre 01 e 99.

Campo nº 06 - VALORES EM CR\$ MIL - pré-impresso.

Campo nº 07 - C G C DA INSTITUIÇÃO
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher com um número de oito dígitos referente ao CGC da instituição.

Campo nº 08 - DATA BASE
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher com um número de oito dígitos no formato DD/MM/AAAA onde,
DD: último dia do mês
MM: mês relativo ao movimento (de 01 a 12)
AAAA: ano relativo ao movimento

QUADRO - INVESTIMENTOS

Campo nº 09 - LINHA (1a. coluna) - pré-impresso (XX)
onde,
XX: é um valor numérico entre 01 e 30.

Campo nº 10 - INFORMAÇÃO (2a. coluna) - pré-impresso (nome da rubrica).

Campo nº 11 - CÓDIGO (3a. coluna) - pré-impresso (U.XX.YY.Z)
onde,
U: identifica o grupo
XX: identifica o subgrupo
YY: identifica o título
Z: é o dígito verificador.

Campo nº 12 - VALOR (4a. coluna)
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher cada linha com um número contendo até dez dígitos, referente ao valor da rubrica em milhares de cruzeiros.
Quando não existir o valor referente à rubrica preencher o campo com zeros. Não é necessário colocar zeros não significativos à esquerda do valor.
Exemplo: Suponha que o movimento do período na rubrica 01 Caixa e Depósitos à Vista, tenha sido de 3.567.892,78 cruzeiros. Então deve-se preencher o campo valor com o conteúdo 3.567, que significará 3.567 mil cruzeiros. Para melhor visualização pode-se separar os milhares por pontos.

OBSERVAÇÃO: A linha nº 30 - TOTAL DOS INVESTIMENTOS deverá conter no campo nº 12 (VALOR) a soma de todos os valores da 4a. coluna, correspondentes às linhas de nºs 01 a 29.

Os campos de nºs 03, 04, 07 e 08, da folha nº 02, a seguir descritos, destinam-se à vinculação das folhas de um mesmo documento.

Campo nº 03 - FOLHA Nº - pré-impresso (02).

Campo nº 04 - IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO - pré-impresso (5210013)
onde,
52: identifica o tipo de instituição que emite o documento (Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento)
100: identifica o assunto (Análise Econômico-Financeira de Instituições Financeiras)

13: identifica o documento.

Campo nº 07 - C G C DA INSTITUIÇÃO
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher com um número de oito dígitos referente ao CGC da Instituição Financeira.

Campo nº 08 - DATA BASE
Preenchimento - obrigatório
Descrição - preencher com um número de oito dígitos no formato DD/MM/AAAA onde,
DD: último dia do mês
MM: mês relativo ao movimento (de 01 a 12)
AAAA: ano relativo ao movimento.

O conteúdo desse campo deve ser igual ao do campo nº 08 - (DATA BASE) da folha nº 01.

QUADRO - FINANCIAMENTOS

Campo nº 09 - LINHA (1a. coluna) - pré-impresso (XX)
onde,
XX: é um valor numérico entre 31 e 48.

Campo nº 10 - INFORMAÇÃO (2a. coluna) - pré-impresso (nome da rubrica).

Campo nº 11 - CÓDIGO (3a. coluna) - pré-impresso (U.XX.YY.Z)
onde,
U: identifica o grupo
XX: identifica o subgrupo
YY: identifica o título
Z: é o dígito verificador.

Campo nº 12 - VALOR (4a. coluna)
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher cada linha com um número contendo até dez dígitos, referente ao valor da rubrica em milhares de cruzeiros.
Quando não existir o valor referente à rubrica preencher o campo com zeros. Não é necessário colocar zeros não significativos à esquerda do valor.
Exemplo: Suponha que o movimento do período na rubrica 01 Caixa e Depósitos à Vista, tenha sido de 3.567.892,78 cruzeiros. Então deve-se preencher o campo valor com o conteúdo 3.567, que significará 3.567 mil cruzeiros. Para melhor visualização pode-se separar os milhares por pontos.

OBSERVAÇÃO: A linha nº 48 - TOTAL DOS FINANCIAMENTOS deverá conter no campo nº 12 (VALOR) a soma de todos os valores da 4a. coluna, correspondentes às linhas de nºs 31 a 47.

QUADRO - OUTROS DADOS

Campo nº 09 - LINHA (1a. coluna) - pré-impresso (XX)
onde,
XX: é um valor numérico entre 49 e 51.

Campo nº 10 - INFORMAÇÃO (2a. coluna) - pré-impresso (nome da rubrica)

Campo nº 11 - CÓDIGO (3a. coluna) - pré-impresso (U.XX.YY.Z)
onde,
U: identifica o grupo
XX: identifica o subgrupo
YY: identifica o título
Z: é o dígito verificador.

Campo nº 12 - VALOR (4a. coluna)
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher cada linha com um número contendo até dez dígitos, referente ao valor da rubrica em milhares de cruzeiros.
Quando não existir o valor referente à rubrica preencher o campo com zeros. Não é necessário colocar zeros não significativos à esquerda do valor.

Exemplo: Suponha que o movimento do período na rubrica 01 Caixa e Depósitos à Vista, tenha sido de 3.567.892,78 cruzeiros. Então deve-se

se preencher o campo valor com o conteúdo 3.567, que significará 3.567 mil cruzeiros. Para melhor visualização pode-se separar os milhares por pontos.

OBSERVAÇÃO: A linha nº 51 - TOTAL DE CONTROLE deve conter no campo nº 12 (VALOR) a soma de todos os valores da 4a. coluna, correspondentes às linhas de nºs 49 e 50.

Os campos de nºs 03, 04, 07 e 08, da folha nº 03, a seguir descritos, destinam-se à vinculação das folhas de um mesmo documento.

Campo nº 03 - FOLHA Nº - pré-impresso (03).

Campo nº 04 - IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO - pré-impresso (5210013) onde,
52: identifica o tipo de instituição que emite o documento (Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento)
100: identifica o assunto (Análise Econômico-Financeira de Instituições Financeiras)
13: identifica o documento.

Campo nº 07 - C G C DA INSTITUIÇÃO
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher com um número de oito dígitos referente ao CGC da Instituição Financeira.

Campo nº 08 - DATA BASE
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher com um número de oito dígitos no formato DD/MM/AAAA onde,
DD: último dia do mês
MM: mês relativo ao movimento (de 01 a 12)
AAAA: ano relativo ao movimento.

O conteúdo desse campo deve ser igual ao do campo nº 08 - (DATA BASE) da folha nº 01.

QUADRO - RÉDITO DO EXERCÍCIO

Campo nº 09 - LINHA (1a. coluna) - pré-impresso (XX) onde,
XX: é um valor numérico entre 52 e 67.

Campo nº 10 - INFORMAÇÃO (2a. coluna) - pré-impresso (nome da rubrica)

Campo nº 11 - CÓDIGO (3a. coluna) - pré-impresso (U.XX.YY.Z) onde,
U: identifica o grupo
XX: identifica o subgrupo
YY: identifica o título
Z: é o dígito verificador.

Campo nº 12 - VALOR (4a. coluna)
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher cada linha com um número contendo até dez dígitos, referente ao valor da rubrica em milhares de cruzeiros.
Quando não existir o valor referente à rubrica preencher o campo com zeros. Não é necessário colocar zeros não significativos à esquerda do valor.
Exemplo: Suponha que o movimento do período na rubrica 01 Caixa e Depósitos à Vista, tenha sido de 3.567.892,78 cruzeiros. Então deve-se preencher o campo valor com o conteúdo 3.567, que significará 3.567 mil cruzeiros. Para melhor visualização pode-se separar os milhares por pontos.

OBSERVAÇÃO: A linha nº 67 - TOTAL DE CONTROLE deve conter no campo nº 12 (VALOR) a soma de todos os valores da 4a. coluna, correspondentes às linhas de nºs 52 a 66.

QUADRO - DECLARAÇÃO

Campo nº 13 - NOME
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher com o nome legível do responsável pelas informações contidas no documento.

Campo nº 14 - C.P.F. Nº
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher com o número do CPF do responsável pelas informações contidas no documento.

Campo nº 15 - ASSINATURA
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher com a assinatura usual do responsável pelas informações contidas no documento.

Campo nº 16 - CARGO
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher com o nome do cargo, na Instituição Financeira, do responsável pelas informações contidas no documento.

Sociedades Corretoras - 20
Índice dos Capítulos

- 1 - CARACTERÍSTICAS E CONSTITUIÇÃO (a divulgar)
- 2 - OBJETIVO (a divulgar)
- 3 - CAPITAL (a divulgar)
- 4 - ADMINISTRAÇÃO (a divulgar)
- 5 - DEPENDÊNCIAS (a divulgar)
- 6 - NORMAS OPERACIONAIS (a divulgar)
- 7 - OPERAÇÕES E SERVIÇOS (a divulgar)
- 8 - NORMAS GERAIS DE CONTABILIDADE E AUDITORIA
 - 1 - Consolidação e Análise de Dados Econômico-Financeiros (*)
Documentos
1 - Declaração de Atividades
Normas Gerais de Contabilidade e Auditoria - 8
Índice das Seções

- 1 - Consolidação e Análise de Dados Econômico-Financeiros (*)
CAPÍTULO: Normas Gerais de Contabilidade e Auditoria - 8
SEÇÃO: Consolidação e Análise de Dados Econômico-Financeiros - 1

1 - A sociedade corretora deve preencher, mensalmente, o formulário "Declaração de Atividades", a que se refere o Documento nº 1 deste Capítulo.

2 - O preenchimento da "Declaração de Atividades" é efetuado com base nos balancetes mensais, balanços e demonstração de resultados, bem como em outros dados extra-contábeis da instituição, esclarecido que os valores nela registrados devem manter estrita correlação com os inscritos nos citados documentos contábeis.

3 - Com vistas ao correto preenchimento do formulário, devem ser observadas atentamente as notas explicativas impressas em seu verso, bem como as instruções de preenchimento, que transmitem esclarecimentos sobre cada linha do modelo.

4 - As informações prestadas no Campo nº 10 da "Declaração de Atividades", referentes a "Rendas do Período" (linhas 47 a 50) e "Despesas do Período" (linhas 51 a 55), devem englobar, mensalmente, os saldos não balanceados das contas que compõem os referidos subgrupos.

5 - A "Declaração de Atividades" é firmada por 2 (dois) Diretores e pelo Contabilista da instituição.

- 6 - A "Declaração de Atividades" deve ser remetida até o dia 20 do mês subsequente àquele a que se referir, juntamente com os balancetes ou balanço e demonstração de resultados, para o Banco Central - Divisão ou Núcleo Regional de Fiscalização do Mercado de Capitais que jurisdicione a sede da instituição.
- 7 - O impresso padronizado da "Declaração de Atividades" deve ser obtido no Departamento Regional do Banco Central a que a sede da instituição esteja jurisdicionada.

01:

DEFIM

Declaração de Atividades
SOCIEDADES CORRETORAS

IDENTIFICAÇÃO		03 FL. Nº	04 IDENT. DOCUMENTO	05 RESERVADO AO BC
02 NOME DA INSTITUIÇÃO		01	51311010114	
06 VALORES EM MILHARES DE CRUZEIROS (CAMPO 12)		07 CGC DA INSTIT.	08 DATA BASE	

09 LINHA	10 INFORMAÇÃO	11 CÓDIGO	12 VALOR
01	CAIXA E DEPÓSITOS À VISTA (Nota 1)	1.01.00.2	
02	LETRAS DO TESOURO NACIONAL	1.04.00.9	
03	DEVEDORES NO PAÍS	1.17.00.3	
04	CAPITAL A REALIZAR (Nota 2)	1.23.00.4	
05	OUTROS CRÉDITOS DE FUNCIONAMENTO (Nota 3)	1.27.00.0	
06	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS PÚBLICOS (Nota 4)	1.30.00.4	
07	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS PRIVADOS (Nota 5)	1.33.00.1	
08	OUTROS VALORES E BENS (Nota 6)	1.37.00.7	
09	BENS NÃO DESTINADOS A USO (Nota 7)	1.40.00.1	
10	OUTROS INVESTIMENTOS ACESSÓRIOS (Nota 8)	1.43.00.8	
11	IMOBILIZAÇÕES TANGÍVEIS (Nota 9)	1.47.00.4	
12	IMOBILIZAÇÕES INTANGÍVEIS (Nota 10)	1.50.00.8	
13	PARTICIPAÇÕES PERMANENTES (Nota 11)	1.53.00.5	
14	CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO (Nota 12)	1.57.00.1	
CRÉDITOS EM SOCIEDADES LIGADAS (Nota 13)			
15	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E AFINS	1.60.07.4	
16	SOCIEDADES COMERCIAIS	1.60.14.6	
17	SOCIEDADES INDUSTRIAIS	1.60.21.8	
18	SOCIEDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS	1.60.28.7	
19	OUTRAS SOCIEDADES	1.60.36.9	
20	TÍTULOS E VALORES MOBS. DE SOC. LIGADAS (Nota 14)	1.63.00.2	
PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES LIGADAS (Nota 15)			
21	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E AFINS	1.67.07.7	
22	SOCIEDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS	1.67.14.9	
23	OUTRAS SOCIEDADES	1.67.21.1	
24	ADIANTAMENTOS A DIRETORES E ACIONISTAS	1.70.00.2	
25	CRÉDITOS DEPARTAMENTAIS (Nota 16)	1.73.00.9	
26	RESULTADOS PENDENTES (Nota 17)	1.76.00.6	
27	PREJUÍZOS ACUMULADOS	1.79.00.3	
28	TOTAL DOS INVESTIMENTOS	1.99.00.7	

NOTAS

- Inscriver número existente e Depósitos à Vista. Depósitos à vista porventura efetuados em banco comercial ligado, serão inscritos em 15;
- Inscriver o saldo de parcelas do capital subscrito, não integralizadas;
- Inscriver quaisquer outros créditos da sociedade não classificáveis nos demais itens do Ativo Circulante;
- Inscriver as aplicações em títulos públicos federais, estaduais e municipais, exclusive LTN, que serão inscritas em 2;
- Inscriver neste item as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários que não sejam de emissão, aceite ou coobrigação de sociedade ligada, ou não se caracterizem como sendo participações de caráter permanente;
- Inscriver quaisquer outros valores e bens realizáveis não classificáveis nos demais grupamentos do ativo;
- Inscriver imóveis e outros bens não destinados a uso, inclusive os recebidos em pagamento de créditos de duvidosa liquidação, ou outros que porventura integrem o Ativo da Sociedade;
- Inscriver outros créditos realizáveis a longo prazo não classificáveis como Ativo Circulante, ou em outros grupos do ativo;
- Inscriver pelo valor residual - custo original mais correções, menos depreciações acumuladas - as immobilizações tangíveis da Sociedade, destinadas à manutenção de suas atividades (imóveis de uso, veículos, móveis e utensílios, etc.);
- Inscriver pelo valor residual - custo original mais correções, menos amortizações acumuladas - as aplicações de recursos em intangíveis, inclusive as que contribuam para a formação do resultado de mais de um exercício social, conforme inciso V, do artigo 179 da Lei 6.404/76;
- Inscriver as participações de caráter permanente em outras sociedades não configuradas como ligadas;
- Inscriver o montante de créditos da Sociedade, vencidos há mais de 180 dias ou decorrentes de direitos sobre sociedades em regime falimentar, concordatário ou em liquidação extrajudicial/intervenção;
- Inscriver quaisquer créditos recebíveis de empresas ligadas;
- Inscriver o montante de títulos e valores mobiliários de emissão, aceite ou coobrigação de instituições ligadas;
- Inscriver, pelo valor de livros, as participações em empresas ligadas;

- Inscriver os créditos da Sociedade junto a suas dependências ou departamentos no país;
- Inscriver, transitoriamente, o valor das contas ativas de resultado pendente, excluindo eventuais saldos devedores de conta Lucros e Perdas, que serão transferidos para o item 27.

OBSERVAÇÃO:

Para a inscrição de dados concernentes a sociedades ligadas, estas serão consideradas segundo os critérios definidos nos parágrafos 1º e 2º do art. 243, da Lei nº 6.404/76. Para os mesmos efeitos, serão consideradas as sociedades que integrem o mesmo conglomerado financeiro ou econômico-financeiro da instituição declarante, bem como as sociedades sob o mesmo controle acionário daquela, direto ou indireto.

03 FL. Nº	04 IDENT. DOCUMENTO	07 CGC DA INSTIT.	08 DATA BASE
02	51311010114		

09 LINHA	10 INFORMAÇÃO	11 CÓDIGO	12 VALOR
29	EMPRÉSTIMOS EM MOEDA NACIONAL (Nota 18)	2.17.00.6	
30	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA (Nota 19)	2.23.00.7	
31	CRÉDITOS NO PAÍS (Nota 20)	2.29.00.1	
32	OUTROS RECURSOS DE TERCEIROS	2.36.00.2	
RECURSOS DE SOCIEDADES LIGADAS (Nota 21)			
33	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E AFINS	2.38.07.8	
34	SOCIEDADES COMERCIAIS	2.38.14.0	
35	SOCIEDADES INDUSTRIAIS	2.38.21.2	
36	SOCIEDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS	2.38.28.1	
37	OUTRAS SOCIEDADES	2.38.36.3	
38	DÉBITOS DEPARTAMENTAIS (Nota 22)	2.41.00.3	
39	CAPITAL E RESERVAS (Nota 23)	2.45.00.9	
40	PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	2.48.00.6	
41	OUTRAS PROVISÕES (Nota 24)	2.51.00.0	
42	LUCROS ACUMULADOS	2.54.00.7	
43	RESULTADOS PENDENTES (Nota 25)	2.57.00.4	
44	TOTAL DOS FINANCIAMENTOS	2.99.00.0	

09 LINHA	10 INFORMAÇÃO	11 CÓDIGO	12 VALOR
45	COMPROMISSOS DE RECOMPRAS	3.28.00.5	
46	TOTAL DE CONTROLE	3.99.00.3	

NOTAS

- Inscriver os débitos de financiamento da Sociedade, corporificados por empréstimos obtidos no país;
- Inscriver o saldo de recursos obtidos junto a instituições oficiais através de programas de assistência financeira;
- Inscriver os débitos de funcionamento da Sociedade, ou seja, os decorrentes de operações com clientes, pessoas físicas ou jurídicas;
- Inscriver quaisquer créditos de ligadas, junto à Sociedade, obedecidos os desdobramentos previstos, tais como: financiamentos e/ou suprimentos obtidos, créditos em conta corrente, etc.;
- Inscriver os créditos da sociedade junto a suas dependências ou departamentos no país e no exterior;
- Inscriver o montante do capital e reservas da Sociedade, de qualquer natureza, inclusive as de correção monetária;
- Inscriver o saldo de provisões constituídas, tais como para perdas de câmbio, oscilação de títulos, etc., excluindo a destinada a riscos - débitos que será inscrita em 40;
- Inscriver transitoriamente o valor das contas passivas de resultado pendente, excluindo eventuais saldos credores da conta Lucros e Perdas, porventura classificadas nesse grupo do balanço, transferindo-os para 42.

OBSERVAÇÃO:

Para a inscrição de dados concernentes a sociedades ligadas, estas serão consideradas segundo os critérios definidos nos parágrafos 1º e 2º do art. 243, da Lei nº 6.404/76. Para os mesmos efeitos, serão consideradas as sociedades que integrem o mesmo conglomerado financeiro ou econômico-financeiro da instituição declarante, bem como as sociedades sob o mesmo controle acionário daquela, direto ou indireto.

03 FL. Nº	04 IDENT. DOCUMENTO	07 CGC DA INSTIT.	08 DATA BASE
03	51311110114		

09 LINHA	10 INFORMAÇÃO	11 CÓDIGO	12 VALOR
RÉDITO DO EXERCÍCIO			
RENDAS DO PERÍODO (Nota 26)			
47	DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	4.07.21.8	
48	DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS (Nota 27)	4.07.28.7	
49	DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS (Nota 28)	4.07.36.9	
50	DIVERSAS	4.07.49.0	
DESPESAS DO PERÍODO (Nota 29)			
51	OPERACIONAIS	4.14.07.4	
52	ADMINISTRATIVAS	4.14.14.6	
53	PATRIMONIAIS	4.14.21.8	
54	TRIBUTÁRIAS	4.14.28.7	
55	DIVERSAS	4.14.35.9	
56	RENDAS DE OPERAÇÕES COM SOC. LIGADAS (Nota 30)	4.21.00.5	
57	RENDAS DE PARTICIPAÇÕES EM SOC. LIGADAS (Nota 31)	4.28.00.8	
58	DESPESAS DE OPERAÇÕES COM SOC. LIGADAS (Nota 32)	4.35.00.8	
59	RÉDITO DO EXERCÍCIO (Nota 33)	4.42.00.8	
60	TOTAL DE CONTROLE	4.99.00.6	

DECLARAÇÃO

OS SIGNATÁRIOS DESTA DECLARAÇÃO SE RESPONSABILIZAM PELA VERACIDADE DOS ELEMENTOS E DADOS NELE CONTIDOS E PELA TOTAL COMPATIBILIDADE DAS POSIÇÕES DECLARADAS COM OS REGISTROS CONTÁBEIS E EXTRA-CONTÁBEIS DESTA INSTITUIÇÃO.

13 NOME	14 C.P.F. Nº
15 ASSINATURA	16 CARGO

13 NOME	14 C.P.F. Nº
15 ASSINATURA	16 CARGO

13 NOME	14 C.P.F. Nº
15 ASSINATURA	16 CARGO

NOTAS

26. Neste item serão inscritas as rendas da Sociedade, no período a que se referir a declaração de atividades obedecendo tanto quanto possível os desdobramentos previstos, em decorrência de suas operações com terceiros, não se incluindo quaisquer rendas de operações com ligadas;
27. Neste subitem serão registradas particularmente as rendas de operações no mercado secundário de títulos de renda fixa e operações de "Open Market";
28. Neste subitem serão inscritas as rendas decorrentes da Carteira de Títulos da Sociedade, tais como: dividendos, bonificações, lucros em vendas de títulos, ágio, etc., respeitando o que se contém na Nota 27 e excetuadas as rendas previstas no item 57;
29. Neste item serão inscritas, tão somente, as despesas do período, observados os desdobramentos previstos, e excetuadas as despesas previstas em 58;
30. Neste item serão inscritas todas e quaisquer rendas auferidas pela Sociedade em operações efetuadas com Sociedades Ligadas, à exceção das rendas previstas no item 57;
31. Neste item serão inscritos dividendos, bonificações e quaisquer outras rendas decorrentes de participações em Sociedades Ligadas;
32. Neste item serão inscritas todas e quaisquer despesas decorrentes de operações efetuadas com Sociedades Ligadas;
33. Récito do Exercício (47+48+49+50+56+57-51-52-53-54-55-58).

OBSERVAÇÃO:

Para a inscrição de dados concernentes a sociedades ligadas, estas serão consideradas segundo os critérios definidos nos parágrafos 1º e 2º do art. 243, da Lei nº 8.404/76. Para os mesmos efeitos, serão consideradas as sociedades que integrem o mesmo conglomerado financeiro ou econômico-financeiro da instituição declarante, bem como as sociedades sob o mesmo controle acionário daquela, direto ou indireto.

TÍTULO: DECLARAÇÃO DE ATIVIDADES DE SOCIEDADES CORRETORAS

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

Este documento destina-se a coletar informações quantitativas sobre a posição financeira das Sociedades Corretoras. O documento contém três folhas. Cada folha é dividida em quadros. Os quadros são um conjunto de informações da mesma natureza. Cada quadro é composto por campos, cuja finalidade é identificar e servir como receptor da informação quantitativa ou qualitativa.

QUADRO - PROTOCOLO

Este campo é o retângulo superior à direita, da folha nº 1 da Declaração de Atividades. Está identificado com o número 01 no canto superior esquerdo. Este campo deve ser preenchido somente pelo setor de protocolo do DEFIM.

QUADRO - IDENTIFICAÇÃO

Campo nº 02 - NOME DA INSTITUIÇÃO

Preenchimento - Obrigatório

Descrição - preencher com o nome completo da Instituição Financeira. Caso o nome não caiba na primeira linha continuar na linha imediatamente abaixo. Ao mudar de linha, quando necessário, fazer a separação silábica normalmente.

Campo nº 03 - FOLHA Nº - pré-impresso (01)

Campo nº 04 - IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO - pré-impresso (5310014) onde,

53: identifica o tipo de instituição que emite o documento (Sociedade Corretora)

100: identifica o assunto (Análise Econômico-Financeira de Instituições Financeiras)

14: identifica o documento.

Campo nº 05 - RESERVADO AO BANCO CENTRAL

Descrição - este campo será preenchido pelo DEFIM. Destina-se ao controle de sequência dos documentos para efeito de digitação.

O campo é numérico da forma XXYYZZ onde,

XX: é o número da remessa correspondente ao DEFIM e será sempre igual a 31.

YY: é o número do lote compreendido entre 001 e 999.

ZZ: é o número do documento dentro do lote, com - preendido entre 01 e 99.

Campo nº 06 - VALORES EM CR\$ MIL - pré-impresso.

Campo nº 07 - C G C DA INSTITUIÇÃO

Preenchimento - Obrigatório

Descrição - preencher com um número de oito dígitos referente ao CGC da instituição.

Campo nº 08 - DATA BASE

Preenchimento - Obrigatório

Descrição - preencher com um número de oito dígitos no formato DD/MM/AAAA onde,

DD: último dia do mês

MM: mês relativo ao movimento (de 01 a 12)

AAAA: ano relativo ao movimento.

QUADRO - INVESTIMENTOS

Campo nº 09 - LINHA (1a. coluna) - pré-impresso (XX) onde,

XX: é um valor numérico entre 01 e 28.

Campo nº 10 - INFORMAÇÃO (2a. coluna) - pré-impresso (nome da rubrica)

Campo nº 11 - CÓDIGO (3a. coluna) - pré-impresso (U.XX.YY.Z) onde,

U: identifica o grupo

XX: identifica o subgrupo

YY: identifica o título

Z: é o dígito verificador.

Campo nº 12 - VALOR (4a. coluna)

Preenchimento - Obrigatório

Descrição - preencher cada linha com um número contendo até dez dígitos, referente ao valor da rubrica em milhares de cruzeiros.

Quando não existir o valor referente à rubrica preencher o campo com zeros. Não é necessário colocar zeros não significativos à esquerda do valor.

Exemplo: Suponha que o movimento do período na rubrica 01 Caixa e Depósitos à Vista, tenha sido de 3.567.892,78 cruzeiros. Então deve-se preencher o campo valor com o conteúdo 3.567, que significará 3.567 mil cruzeiros. Para melhor visualização pode-se separar os milhares por pontos.

OBSERVAÇÃO: A linha nº 28 - TOTAL DOS INVESTIMENTOS deverá conter no campo nº 12 (VALOR) a soma de todos os valores da 4a. coluna, correspondentes às linhas de nºs 01 a 27.

Os campos de nºs 03, 04, 07 e 08, da folha nº 02, a seguir descritos, destinam-se à vinculação das folhas de um mesmo documento.

Campo nº 03 - FOLHA Nº - pré-impresso (02).

Campo nº 04 - IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO - pré-impresso (5310014) onde,

53: identifica o tipo de instituição que emite o documento (Sociedade Corretora)

100: identifica o assunto (Análise Econômico-Financeira de Instituições Financeiras)

14: identifica o documento.

Campo nº 07 - C G C DA INSTITUIÇÃO

Preenchimento - Obrigatório

Descrição - preencher com um número de oito dígitos referente ao CGC da Instituição Financeira.

Campo nº 08 - DATA BASE

Preenchimento - Obrigatório

Descrição - preencher com um número de oito dígitos no formato DD/MM/AAAA onde,

DD: último dia do mês

MM: mês relativo ao movimento (de 01 a 12)

AAAA: ano relativo ao movimento.

O conteúdo desse campo deve ser igual ao do campo nº 08 - (DATA BASE) da folha nº 01.

QUADRO - FINANCIAMENTOS

Campo nº 09 - LINHA (1a. coluna) - pré-impresso (XX)
onde,

XX: é um valor numérico entre 29 e 44.

Campo nº 10 - INFORMAÇÃO (2a. coluna) - pré-impresso
(nome da rubrica).

Campo nº 11 - CÓDIGO (3a. coluna) - pré-impresso (U.XX.YY.Z)
onde,

U: identifica o grupo

XX: identifica o subgrupo

YY: identifica o título

Z: é o dígito verificador.

Campo nº 12 - VALOR (4a. coluna)

Preenchimento - Obrigatório

Descrição - preencher cada linha com um número contendo até dez dígitos, referente ao valor da rubrica em milhares de cruzeiros.

Quando não existir o valor referente à rubrica preencher o campo com zeros. Não é necessário colocar zeros não significativos à esquerda do valor.

Exemplo: Suponha que o movimento do período na rubrica 01 Caixa e Depósitos à Vista, tenha sido de 3.567.892,78 cruzeiros. Então deve-se preencher o campo valor com o conteúdo 3.567, que significará 3.567 mil cruzeiros. Para melhor visualização pode-se separar os milhares por pontos.

OBSERVAÇÃO: A linha nº 44 - TOTAL DOS FINANCIAMENTOS deverá conter no campo nº 12 (VALOR) a soma de todos os valores da 4a.coluna correspondentes às linhas de nºs 29 a 43.

QUADRO - OUTROS DADOS

Campo nº 09 - LINHA (1a. coluna) - pré-impresso (XX)
onde,

XX: é um valor numérico entre 45 e 46.

Campo nº 10 - INFORMAÇÃO (2a. coluna) - pré-impresso
(nome da rubrica)

Campo nº 11 - CÓDIGO (3a. coluna) - pré-impresso (U.XX.YY.Z)
onde,

U: identifica o grupo

XX: identifica o subgrupo

YY: identifica o título

Z: é o dígito verificador.

Campo nº 12 - VALOR (4a. coluna)

Preenchimento - Obrigatório

Descrição - preencher cada linha com um número contendo até dez dígitos, referente ao valor da rubrica em milhares de cruzeiros.

DD: último dia do mês

MM: mês relativo ao movimento (de 01 a 12)

AAAA: ano relativo ao movimento.

O conteúdo desse campo deve ser igual ao do campo nº 08 - (DATA BASE) da folha nº 01.

QUADRO - RÉDITO DO EXERCÍCIO

Campo nº 09 - LINHA (1a. coluna) - pré-impresso (XX)
onde,

XX: é um valor numérico entre 47 e 60.

Campo nº 10 - INFORMAÇÃO (2a. coluna) - pré-impresso
(nome da rubrica).

Campo nº 11 - CÓDIGO (3a. coluna) - pré-impresso (U.XX.YY.Z)
onde,

U: identifica o grupo

XX: identifica o subgrupo

YY: identifica o título

Z: é o dígito verificador.

Campo nº 12 - VALOR (4a. coluna)

Preenchimento - Obrigatório

Descrição - preencher cada linha com um número contendo até dez dígitos, referente ao valor da rubrica em milhares de cruzeiros.

Quando não existir o valor referente à rubrica preencher o campo com zeros. Não é necessário colocar zeros não significativos à esquerda do valor.

Exemplo: Suponha que o movimento do período na rubrica 01 Caixa e Depósitos à Vista, tenha sido de 3.567.892,78 cruzeiros. Então deve-se preencher o campo valor com o conteúdo 3.567, que significará 3.567 mil cruzeiros. Para melhor visualização pode-se separar os milhares por pontos.

Quando não existir o valor referente à rubrica preencher o campo com zeros. Não é necessário colocar zeros não significativos à esquerda do valor.

Exemplo: Suponha que o movimento do período na rubrica 01 Caixa e Depósitos à Vista, tenha sido de 3.567.892,78 cruzeiros. Então deve-se preencher o campo valor com o conteúdo 3.567, que significará 3.567 mil cruzeiros. Para melhor visualização pode-se separar os milhares por pontos.

OBSERVAÇÃO: A linha nº 46 - TOTAL DE CONTROLE deverá conter no campo nº 12 (VALOR) o mesmo valor constante da linha nº 45, da 4a. coluna.

Os campos de nºs 03, 04, 07 e 08, da folha nº 03, a seguir descritos, destinam-se à vinculação das folhas de um mesmo documento.

Campo nº 03 - FOLHA Nº - pré-impresso (03).

Campo nº 04 - IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO - pré-impresso (5310014)
onde,

53: identifica o tipo de instituição que emite o documento (Sociedade Corretora)

100: identifica o assunto (Análise Econômico-Financeira de Instituições Financeiras)

14: identifica o documento.

Campo nº 07 - C G C DA INSTITUIÇÃO

Preenchimento - Obrigatório

Descrição - preencher com um número de oito dígitos referente ao CGC da Instituição Financeira.

Campo nº 08 - DATA BASE

Preenchimento - Obrigatório

Descrição - preencher com um número de oito dígitos no formato DD/MM/AAAA onde,

OBSERVAÇÃO: A linha nº 60 - TOTAL DE CONTROLE deverá conter no campo nº 12 (VALOR) a soma de todos os valores da 4a. coluna, correspondentes às linhas de nºs 47 a 59.

QUADRO - DECLARAÇÃO

Campo nº 13 - NOME

Preenchimento - Obrigatório

Descrição - preencher com o nome legível do responsável pelas informações contidas no documento.

Campo nº 14 - C.P.F. Nº

Preenchimento - Obrigatório

Descrição - preencher com o número do CPF do responsável pelas informações contidas no documento.

Campo nº 15 - ASSINATURA

Preenchimento - Obrigatório

Descrição - preencher com a assinatura usual do responsável pelas informações contidas no documento.

Campo nº 16 - CARGO

Preenchimento - Obrigatório

Descrição - preencher com o nome do Cargo, na Instituição Financeira, do responsável pelas informações contidas no documento.

Sociedades Distribuidoras - 21
Índice dos Capítulos

1 - CARACTERÍSTICAS E CONSTITUIÇÃO (a divulgar)

2 - OBJETIVO (a divulgar)

3 - CAPITAL (a divulgar)

4 - ADMINISTRAÇÃO (a divulgar)

5 - DEPENDÊNCIAS (a divulgar)

6 - CREDENCIAMENTO DE AGENTES AUTÔNOMOS DE INVESTIMENTO (a divulgar)

7 - NORMAS OPERACIONAIS (a divulgar)

8 - NORMAS GERAIS DE CONTABILIDADE E AUDITORIA (*)

1 - Consolidação e Análise de Dados Econômico-Financeiros
Documentos

1 - Declaração de Atividades

Normas Gerais de Contabilidade e Auditoria - 8
Índice das Seções

1 - Consolidação e Análise de Dados Econômico-Financeiros (*)

SEÇÃO : Consolidação e Análise de Dados Econômico-Financeiros - 1

1 - A sociedade distribuidora deve preencher, mensalmente, o formulário "Declaração de Atividades", a que se refere o Documento nº 1 deste Capítulo.

2 - O preenchimento da "Declaração de Atividades" é efetuado com base nos balancetes mensais, balanços e demonstração de resultados, bem como em outros dados extra-contábeis da instituição, esclarecido que os valores nela registrados devem manter estrita correlação com os inscritos nos citados documentos contábeis.

3 - Com vistas ao correto preenchimento do formulário, devem ser observadas atentamente as notas explicativas impressas em seu verso, bem como as instruções de preenchimento, que transmitem esclarecimentos sobre cada linha do modelo.

4 - As informações prestadas no Campo nº 10 da "Declaração de Atividades", referentes a "Rendas do Período" (linhas 47 a 50) e "Despesas do Período" (linhas 51 a 55), devem englobar, mensalmente, os saldos não balanceados das contas que compõem os referidos subgrupos.

5 - A "Declaração de Atividades" é firmada por 2 (dois) Diretores e pelo Contabilista da instituição.

6 - A "Declaração de Atividades" deve ser remetida até o dia 20 do mês subsequente àquele a que se referir, juntamente com os balancetes ou balanço e demonstração de resultados, para o Banco Central - Divisão ou Núcleo Regional de Fiscalização do Mercado de Capitais que jurisdicione a sede da instituição.

7 - O impresso padronizado da "Declaração de Atividades" deve ser obtido no Departamento Regional do Banco Central a que a sede da instituição esteja jurisdicionada.

DEFIM

Declaração de Atividades

SOCIEDADES DISTRIBUIDORAS

IDENTIFICAÇÃO

02 NOME DA INSTITUIÇÃO

03 FL. Nº

01

04 IDENT. DOCUMENTO

541101015

06 RESERVADO AO BC

05 VALORES EM MILHARES DE CRUZEIROS

(CAMPO 12)

07 CGC DA INSTIT.

08 DATA BASE

INVESTIMENTOS

09 LINHA

10 INFORMAÇÃO

11 CÓDIGO

12 VALOR

01 CAIXA E DEPÓSITOS À VISTA (Nota 1)

1.01.00.2

02 LETRAS DO TESOIRO NACIONAL

1.04.00.9

03 DEVEDORES NO PAÍS

1.17.00.3

04 CAPITAL A REALIZAR (Nota 2)

1.23.00.4

05 OUTROS CRÉDITOS DE FUNCIONAMENTO (Nota 3)

1.27.00.0

06 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS PÚBLICOS (Nota 4)

1.30.00.4

07 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS PRIVADOS (Nota 5)

1.33.00.1

08 OUTROS VALORES E BENS (Nota 6)

1.37.00.7

09 BENS NÃO DESTINADOS A USO (Nota 7)

1.40.00.1

10 OUTROS INVESTIMENTOS ACESSÓRIOS (Nota 8)

1.43.00.8

11 IMOBILIZAÇÕES TANGÍVEIS (Nota 9)

1.47.00.4

12 IMOBILIZAÇÕES INTANGÍVEIS (Nota 10)

1.50.00.8

13 PARTICIPAÇÕES PERMANENTES (Nota 11)

1.53.00.5

14 CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO (Nota 12)

1.57.00.1

CRÉDITOS EM SOCIEDADES LIGADAS (Nota 13)

15 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E AFINS

1.60.07.4

16 SOCIEDADES COMERCIAIS

1.60.14.6

17 SOCIEDADES INDUSTRIAIS

1.60.21.8

18 SOCIEDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS

1.60.28.7

19 OUTRAS SOCIEDADES

1.60.36.9

20 TÍTULOS E VALORES MOBS. DE SOC. LIGADAS (Nota 14)

1.63.00.2

PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES LIGADAS (Nota 15)

21 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E AFINS

1.67.07.7

22 SOCIEDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS

1.67.14.9

23 OUTRAS SOCIEDADES

1.67.21.1

24 ADIANTAMENTOS A DIRETORES E ACIONISTAS

1.70.00.2

25 CRÉDITOS DEPARTAMENTAIS (Nota 16)

1.73.00.9

26 RESULTADOS PENDENTES (Nota 17)

1.76.00.6

27 PREJUÍZOS ACUMULADOS

1.79.00.3

28 TOTAL DOS INVESTIMENTOS

1.99.00.7

NOTAS

- Inscriver número existente e Depósitos à Vista. Depósitos à vista porventura efetuados em banco comercial ligado, serão inscritos em 15;
- Inscriver o saldo de parcelas do capital subscrito, não integralizadas;
- Inscriver quaisquer outros créditos da sociedade não classificáveis nos demais itens do Ativo Circulante;
- Inscriver as aplicações em títulos públicos federais, estaduais e municipais, exclusive LTN, que serão inscritos em 2;
- Inscriver neste item as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários que não sejam de emissão, aceite ou coobrigação de sociedade ligada, ou não se caracterizem como sendo participações de caráter permanente;
- Inscriver quaisquer outros valores e bens realizáveis não classificáveis nos demais grupamentos do ativo;
- Inscriver imóveis e outros bens não destinados a uso, inclusive os recebidos em pagamento de créditos de dívida a liquidar, ou outros que porventura integrem o Ativo da Sociedade;
- Inscriver outros créditos realizáveis a longo prazo não classificáveis como Ativo Circulante, ou em outros grupos do ativo;
- Inscriver pelo valor residual - custo original mais correções, menos depreciações acumuladas - as imobilizações tangíveis da Sociedade, destinadas à manutenção de suas atividades (imóveis de uso, veículos, móveis e utensílios, etc.);
- Inscriver pelo valor residual - custo original mais correções, menos amortizações acumuladas - as aplicações de recursos em intangíveis, inclusive as que contribuem para a formação do resultado de mais de um exercício social, conforme inciso V, do artigo 179 da Lei n.º 404/76;
- Inscriver as participações de caráter permanente em outras sociedades não configuradas como ligadas;
- Inscriver o montante de créditos da Sociedade, vencidos há mais de 180 dias ou decorrentes de direitos sobre sociedades em regime falimentar, concordatário ou em liquidação extrajudicial/intervenção;
- Inscriver quaisquer créditos recebíveis de empresas ligadas;
- Inscriver o montante de títulos e valores mobiliários de emissão, aceite ou coobrigação de instituições ligadas;
- Inscriver, pelo valor de livros, as participações em empresas ligadas;
- Inscriver os créditos da Sociedade junto a suas dependências ou departamentos no país;
- Inscriver, transitoriamente, o valor das contas ativas de resultado pendente, excluindo eventuais saldos devedores de conta Lucros e Perdas, que serão transferidos para o item 27.

OBSERVAÇÃO:

Para a inscrição de dados concernentes a sociedades ligadas, estas serão consideradas segundo os critérios definidos nos parágrafos 1º e 2º do art. 243, da Lei n.º 6.404/76. Para os mesmos efeitos, serão consideradas as sociedades que integrem o mesmo conglomerado financeiro ou econômico-financeiro da instituição declarante, bem como as sociedades sob o mesmo controle acionário daquela, direto ou indireto.

03 FL Nº	04 IDENT. DOCUMENTO	07 CCG DA INSTIT.	08 DATA BASE
02	541100115		

09 LINHA	10 INFORMAÇÃO	11 CÓDIGO	12 VALOR
29	EMPRÉSTIMOS EM MOEDA NACIONAL (Nota 18)	2.17.00.6	
30	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA (Nota 19)	2.23.00.7	
31	CREDORES NO PAÍS (Nota 20)	2.29.00.1	
32	OUTROS RECURSOS DE TERCEIROS	2.35.00.2	
33	RECURSOS DE SOCIEDADES LIGADAS (Nota 21)		
34	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E AFINS	2.38.07.8	
35	SOCIEDADES COMERCIAIS	2.38.14.0	
36	SOCIEDADES INDUSTRIAIS	2.38.21.2	
37	SOCIEDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS	2.38.28.1	
38	OUTRAS SOCIEDADES	2.38.35.3	
39	DÉBITOS DEPARTAMENTAIS (Nota 22)	2.41.00.3	
40	CAPITAL E RESERVAS (Nota 23)	2.45.00.9	
41	PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	2.48.00.6	
42	OUTRAS PROVISÕES (Nota 24)	2.51.00.0	
43	LUCROS ACUMULADOS (Nota 24)	2.54.00.7	
44	RESULTADOS PENDENTES (Nota 25)	2.57.00.4	
44	TOTAL DOS FINANCIAMENTOS	2.99.00.0	

09 LINHA	10 INFORMAÇÃO	11 CÓDIGO	12 VALOR
45	COMPROMISSOS DE RECOMPRA	3.28.00.5	
46	TOTAL DE CONTROLE	3.99.00.3	

NOTAS

18. Inserir os débitos de financiamento da Sociedade, corporificados por empréstimos obtidos no país;
19. Inserir o saldo de recursos obtidos junto a instituições oficiais através de programas de assistência financeira;
20. Inserir os débitos de funcionamento da Sociedade, ou seja, os decorrentes de operações com clientes, pessoas físicas ou jurídicas;
21. Inserir quaisquer créditos de ligadas, junto à Sociedade, obedecendo os desdobramentos previstos, tais como: financiamentos e/ou suprimentos obtidos, créditos em conta corrente, etc.;
22. Inserir os débitos de sociedade junto a suas dependências ou departamentos no país e no exterior;
23. Inserir o montante do capital e reservas da Sociedade, de qualquer natureza, inclusive as de correção monetária;
24. Inserir o saldo de provisões porventura constituídas, tais como para perdas de câmbio, oscilação de títulos, etc., excluída a destinada a riscos de créditos que será inscrita em 40;
25. Inserir transitoriamente o valor das contas passivas de resultado pendente, excluindo eventuais saldos credores de conta Lucros e Perdas, porventura classificadas nesse grupo do balanço, transferindo-os para 42.

OBSERVAÇÃO:

Para a inscrição de dados concernentes a sociedades ligadas, estas serão consideradas segundo os critérios definidos nos parágrafos 1º e 2º do art. 243, da Lei nº 6.404/76. Para os mesmos efeitos, serão consideradas as sociedades que integrem o mesmo conglomerado financeiro ou econômico-financeiro da instituição declarante, bem como as sociedades sob o mesmo controle acionário daquela, direto ou indireto.

03 FL Nº	04 IDENT. DOCUMENTO	07 CCG DA INSTIT.	08 DATA BASE
03	541100115		

09 LINHA	10 INFORMAÇÃO	11 CÓDIGO	12 VALOR
47	RENDAS DO PERÍODO (Nota 26)		
47	DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	4.07.21.8	
48	DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS (Nota 27)	4.07.28.7	
49	DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS (Nota 28)	4.07.35.9	
50	DIVERSAS	4.07.49.0	
51	DESPESAS DO PERÍODO (Nota 29)		
51	OPERACIONAIS	4.14.07.4	
52	ADMINISTRATIVAS	4.14.14.6	
53	PATRIMONIAIS	4.14.21.8	
54	TRIBUTÁRIAS	4.14.28.7	
55	DIVERSAS	4.14.35.9	
56	RENDAS DE OPERAÇÕES COM SOC. LIGADAS (Nota 30)	4.21.00.5	
57	RENDAS PARTICIPAÇÕES EM SOC. LIGADAS (Nota 31)	4.28.00.8	
58	DESPESAS DE OPERAÇÕES COM SOC. LIGADAS (Nota 32)	4.35.00.8	
59	RÉDITO DO EXERCÍCIO (Nota 33)	4.42.00.8	
60	TOTAL DE CONTROLE	4.99.00.6	

DECLARAÇÃO

OS SIGNATÁRIOS DESTA DOCUMENTO SE RESPONSABILIZAM PELA VERACIDADE DOS ELEMENTOS E DADOS NELE CONTIDOS E PELA TOTAL COMPATIBILIDADE DAS POSIÇÕES DECLARADAS COM OS REGISTROS CONTÁBEIS E EXTRACONTÁBEIS DESTA INSTITUIÇÃO.

13 NOME	14 C.P.F. Nº
15 ASSINATURA	16 CARGO

13 NOME	14 C.P.F. Nº
15 ASSINATURA	16 CARGO

13 NOME	14 C.P.F. Nº
15 ASSINATURA	16 CARGO

NOTAS

26. Neste item serão inscritas as rendas da Sociedade, no período a que se referir a declaração de atividades obedecendo tanto quanto possível os desdobramentos previstos, em decorrência de suas operações com terceiros, não se incluindo quaisquer rendas de operações com ligadas;
27. Neste subitem serão registradas particularmente as rendas de operações no mercado secundário de títulos de renda fixa e operações de "Open Market";
28. Neste subitem serão inscritas as rendas decorrentes da Carteira de Títulos da Sociedade, tais como: dividendos, bonificações, lucros em vendas de títulos, ágio, etc., respeitando o que se contém n.º Nota 27 e excetuadas as rendas previstas no item 57;
29. Neste item serão inscritas, tão somente, as despesas do período, observados os desdobramentos previstos, e excetuadas as despesas previstas em 58;
30. Neste item serão inscritas todas e quaisquer rendas auferidas pela Sociedade em operações efetuadas com Sociedades Ligadas, à exceção das rendas previstas no item 57;
31. Neste item serão inscritos dividendos, bonificações e quaisquer outras rendas decorrentes de participações em Sociedades Ligadas;
32. Neste item serão inscritas todas e quaisquer despesas decorrentes de operações efetuadas com Sociedades Ligadas;
33. Récito do Exercício (47+48+49+50+56+57-51-52-53-54-55-58).

OBSERVAÇÃO:

Para a inscrição de dados concernentes a sociedades ligadas, estas serão consideradas segundo os critérios definidos nos parágrafos 1º e 2º do art. 243, da Lei nº 6.404/76. Para os mesmos efeitos, serão consideradas as sociedades que integrem o mesmo conglomerado financeiro ou econômico-financeiro da instituição declarante, bem como as sociedades sob o mesmo controle acionário daquela, direto ou indireto.

TÍTULO: DECLARAÇÃO DE ATIVIDADES DE SOCIEDADES DISTRIBUIDORAS
INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

Este documento destina-se a coletar informações quantitativas sobre a posição financeira das Sociedades Distribuidoras. O documento contém três folhas. Cada folha é dividida em quadros. Os quadros são um conjunto de informações da mesma natureza. Cada quadro é composto por campos, cuja finalidade é identificar e servir como receptor da informação quantitativa ou qualitativa.

QUADRO - PROTOCOLO

Este campo é o retângulo superior à direita, da folha nº 1 da Declaração de Atividades.

Está identificado com o número 01 no canto superior esquerdo. Este campo deve ser preenchido somente pelo setor de protocolo do DEFIM.

QUADRO - IDENTIFICAÇÃO

Campo nº 02 - NOME DA INSTITUIÇÃO

Preenchimento - Obrigatório

Descrição - preencher com o nome completo da Instituição Financeira. Caso o nome não caiba na primeira linha continuar na linha imediatamente abaixo. Ao mudar de linha, quando necessário, fazer a separação silábica normalmente.

Campo nº 03 - FOLHA Nº - pré-impresso (01)

Campo nº 04 - IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO - pré-impresso (5410015) onde,
54: identifica o tipo de instituição que emite o documento (Sociedade Distribuidora)
100: identifica o assunto (Análise Econômico-Financeira de Instituições Financeiras)
15: identifica o documento.

Campo nº 05 - RESERVADO AO BANCO CENTRAL

Descrição - este campo será preenchido pelo DEFIM. Destina-se ao controle de sequência dos documentos para efeito de digitação.

O campo é numérico da forma XXYYZZ, onde,

XX: é o número da remessa correspondente ao DEFIM, e será sempre igual a 31.

YY: é o número do lote compreendido entre 001e999.

ZZ: é o número do documento dentro do lote, compreendido entre 01 e 99.

Campo nº 06 - VALORES EM CR\$ MIL - pré-impresso.

Campo nº 07 - C G C DA INSTITUIÇÃO
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher com um número de oito dígitos referente ao CGC da instituição.

Campo nº 08 - DATA BASE
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher com um número de oito dígitos no formato DD/MM/AAAA onde,
DD: último dia do mês
MM: mês relativo ao movimento (de 01 a 12)
AAAA: ano relativo ao movimento.

QUADRO - INVESTIMENTOS

Campo nº 09 - LINHA (1a. coluna) - pré-impresso (XX)
onde,
XX: é um valor numérico entre 01 e 28.

Campo nº 10 - INFORMAÇÃO (2a. coluna) - pré-impresso (nome da rubrica).

Campo nº 11 - CÓDIGO (3a. coluna) - pré-impresso (U.XX.YY.Z)
onde,
U: identifica o grupo
XX: identifica o subgrupo
YY: identifica o título
Z: é o dígito verificador.

Campo nº 12 - VALOR (4a. coluna)
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher cada linha com um número contendo até dez dígitos, referente ao valor da rubrica em milhares de cruzeiros.
Quando não existir o valor referente à rubrica preencher o campo com zeros. Não é necessário colocar zeros não significativos à esquerda do valor.
Exemplo: Suponha que o movimento do período na rubrica 01 Caixa e Depósitos à Vista, tenha sido de 3.567.892,78 cruzeiros. Então deve-se preencher o campo valor com o conteúdo 3.567, que significará 3.567 mil cruzeiros. Para melhor visualização pode-se separar os milhares por pontos.

OBSERVAÇÃO: A linha nº 28 - TOTAL DOS INVESTIMENTOS deverá conter no campo nº 12 (VALOR) a soma de todos os valores da 4a. coluna, correspondentes às linhas de nºs 01 a 27.

Os campos de nºs 03, 04, 07 e 08, da folha nº 02, a seguir descritos, destinam-se à vinculação das folhas de um mesmo documento.

Campo nº 03 - FOLHA Nº - pré impresso(02).

Campo nº 04 - IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO - pré impresso (5410015)
onde,
54: identifica o tipo de instituição que emite o documento (Sociedade Distribuidora)
100: identifica o assunto (Análise Econômico-Financeira de Instituições Financeiras)
15: identifica o documento.

Campo nº 07 - C G C DA INSTITUIÇÃO
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher com um número de oito dígitos referente ao CGC da Instituição Financeira.

Campo nº 08 - DATA BASE
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher com um número de oito dígitos no formato DD/MM/AAAA onde,
DD: último dia do mês
MM: mês relativo ao movimento (de 01 a 12)
AAAA: ano relativo ao movimento.

O conteúdo desse campo deve ser igual ao do campo nº 08 - (DATA BASE) da folha nº 01.

QUADRO - FINANCIAMENTOS

Campo nº 09 - LINHA (1a. coluna) - pré-impresso (XX)
onde,
XX: é um valor numérico entre 29 e 44.

Campo nº 10 - INFORMAÇÃO (2a. coluna) - pré-impresso (nome da rubrica).

Campo nº 11 - CÓDIGO (3a. coluna) - pré-impresso (U.XX.YY.Z)
onde,
U: identifica o grupo
XX: identifica o subgrupo
YY: identifica o título
Z: é o dígito verificador.

Campo nº 12 - VALOR (4a. coluna)
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher cada linha com um número contendo até dez dígitos, referente ao valor da rubrica em milhares de cruzeiros.
Quando não existir o valor referente à rubrica preencher o campo com zeros. Não é necessário colocar zeros não significativos à esquerda do valor.
Exemplo: Suponha que o movimento do período na rubrica 01 Caixa e Depósitos à Vista, tenha sido de 3.567.892,78 cruzeiros. Então deve-se preencher o campo valor com o conteúdo 3.567, que significará 3.567 mil cruzeiros. Para melhor visualização pode-se separar os milhares por pontos.

OBSERVAÇÃO: A linha nº 44 - TOTAL DOS FINANCIAMENTOS deverá conter no campo nº 12 (VALOR) a soma de todos os valores da 4a. coluna, correspondentes às linhas nºs 29 a 43.

QUADRO - OUTROS DADOS

Campo nº 09 - LINHA (1a. coluna) - pré-impresso (XX)
onde,
XX: é um valor numérico entre 45 e 46.

Campo nº 10 - INFORMAÇÃO (2a. coluna) - pré-impresso (nome da rubrica).

Campo nº 11 - CÓDIGO (3a. coluna) - pré-impresso (U.XX.YY.Z)
onde,
U: identifica o grupo
XX: identifica o subgrupo
YY: identifica o título
Z: é o dígito verificador.

Campo nº 12 - VALOR (4a. coluna)
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher cada linha com um número contendo até dez dígitos, referente ao valor da rubrica em milhares de cruzeiros.
Quando não existir o valor referente à rubrica preencher o campo com zeros. Não é necessário colocar zeros não significativos à esquerda do valor.
Exemplo: Suponha que o movimento do período na rubrica 01 Caixa e Depósitos à Vista, tenha sido de 3.567.892,78 cruzeiros. Então deve-se preencher o campo valor com o conteúdo 3.567, que significará 3.567 mil cruzeiros. Para melhor visualização pode-se separar os milhares por pontos.

OBSERVAÇÃO: A linha nº 46 - TOTAL DE CONTROLE deverá conter no campo nº 12 (VALOR) o mesmo valor constante da linha nº 45, da 4a. coluna.

Os campos de nºs 03, 04, 07 e 08, da folha nº 03, a seguir descritos, destinam-se à vinculação das folhas de um mesmo documento.

Campo nº 03 - FOLHA Nº - pré-impresso (03)

Campo nº 04 - IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO - pré-impresso (5410015)
onde,
54: identifica o tipo de instituição que emite o documento (Sociedade Distribuidora)
100: identifica o assunto (Análise Econômico-Financeira de Instituições Financeiras)
15: identifica o documento.

Campo nº 07 - C G C DA INSTITUIÇÃO
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher com um número de oito dígitos referente ao CGC da Instituição Financeira.

Campo nº 08 - DATA BASE
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher com um número de oito dígitos no formato DD/MM/AAAA onde,
DD: último dia do mês
MM: mês relativo ao movimento (de 01 a 12)
AAAA: ano relativo ao movimento.

O conteúdo desse campo deve ser igual ao do campo nº 08 - (DATA BASE) da folha nº 01.

QUADRO - RÉDITO DO EXERCÍCIO

Campo nº 09 - LINHA (1a. coluna) - pré-impresso (XX)
onde,
XX: é um valor numérico entre 47 e 60.

Campo nº 10 - INFORMAÇÃO (2a. coluna) - pré-impresso (nome da rubrica).

Campo nº 11 - CÓDIGO (3a. coluna) - pré-impresso (U.XX.YY.Z)
onde,
U: identifica o grupo
XX: identifica o subgrupo
YY: identifica o título
Z: é o dígito verificador.

Campo nº 12 - VALOR (4a. coluna)
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher cada linha com um número contendo até dez dígitos, referente ao valor da rubrica em milhares de cruzeiros.
Quando não existir o valor referente à rubrica preencher o campo com zeros. Não é necessário colocar zeros não significativos à esquerda do valor.
Exemplo: Suponha que o movimento do período na rubrica 01 Caixa e Depósitos à Vista, tenha sido de 3.567.892,78 cruzeiros. Então deve-se preencher o campo valor com o conteúdo 3.567, que significará 3.567 mil cruzeiros. Para melhor visualização pode-se separar os milhares por pontos.

OBSERVAÇÃO: A linha nº 60 - TOTAL DE CONTROLE deve conter no campo nº 12 (VALOR) a soma de todos os valores da 4a. coluna, correspondentes às linhas de nºs 47 a 59.

QUADRO - DECLARAÇÃO

Campo nº 13 - NOME
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher com o nome legível do responsável pelas informações contidas no documento.

Campo nº 14 - C.P.F. Nº
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher com o número do CPF do responsável pelas informações contidas no documento.

Campo nº 15 - ASSINATURA
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher com a assinatura usual do responsável pelas informações contidas no documento.

Campo nº 16 - CARGO
Preenchimento - Obrigatório

Descrição - preencher com o nome do cargo, na Instituição Financeira, do responsável pelas informações contidas no documento.

Sociedades de Crédito Imobiliário - 27

Índice dos Capítulos

1 - Características e Constituição (a divulgar)

2 - Objetivo (a divulgar)

3 - Capital (a divulgar)

4 - Administração (a divulgar)

5 - Dependências (a divulgar)

6 - Normas Gerais de Contabilidade e Auditoria (*)

1 - Consolidação e Análise de Dados Econômico-Financeiros

Documentos

1 - Declaração de Atividades

Normas Gerais de Contabilidade e Auditoria - 6

Índice das Seções

1 - Consolidação e Análise de Dados Econômico-Financeiros (*)

SEÇÃO : Consolidação e Análise de Dados Econômico-Financeiros - 1

1 - A sociedade de crédito imobiliário deve preencher, mensalmente, o formulário "Declaração de Atividades", a que se refere o Documento nº 1 deste Capítulo.

2 - O preenchimento da "Declaração de Atividades" é efetuado com base nos balancetes mensais, balanços e demonstração de resultados, bem como em outros dados extra-contábeis da instituição, esclarecido que os valores nela registrados devem manter estrita correlação com os inscritos nos citados documentos contábeis.

3 - Com vistas ao correto preenchimento do formulário, devem ser observadas atentamente as notas explicativas impressas em seu verso, bem como as instruções de preenchimento, que transmitem esclarecimentos sobre cada linha do modelo.

4 - As informações prestadas no Campo nº 10 da "Declaração de Atividades", referentes a "Rendas do Período" (linhas 55 a 60) e "Despesas do Período" (linhas 61 a 65), devem englobar, mensalmente, os saldos não balanceados das contas que compõem os referidos subgrupos.

5 - A "Declaração de Atividades" é firmada por 2 (dois) Diretores e pelo Contabilista da instituição.

6 - A "Declaração de Atividades" deve ser remetida até o dia 20 do mês subsequente àquela a que se referir, juntamente com os balancetes ou balanço e demonstração de resultados para o Banco Nacional de Habitação — Inspeção do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo.

7 - O impresso padronizado da "Declaração de Atividades" deve ser obtido no Departamento Regional do Banco Central a que a sede da instituição esteja jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DE ATIVIDADES			
SOCIEDADES DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO			
DEFIM			
IDENTIFICAÇÃO		03 FL. Nº	04 IDENT. DOCUMENTO
02 NOME DA INSTITUIÇÃO		01	51911010116
06 VALORES EM MILHARES DE CRUZEIROS (CAMPO 12)		07 CGC DA INSTIT.	08 DATA BASE
INVESTIMENTOS		11 CÓDIGO	12 VALOR
09 LINHA	10 INFORMAÇÃO		
01	CAIXA E DEPÓSITOS À VISTA (Nota 1)	1.01.00.2	
02	LETRAS DO TESOURO NACIONAL	1.04.00.9	
03	FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS (Nota 2)	1.07.00.6	
04	REPASSES DE RECURSOS INTERNOS (Nota 3)	1.10.00.0	
05	DEVEDORES NO PAÍS	1.17.00.3	
06	CAPITAL A REALIZAR (Nota 4)	1.23.00.4	
07	OUTROS CRÉDITOS DE FUNCIONAMENTO (Nota 5)	1.27.00.0	
08	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS PÚBLICOS (Nota 6)	1.30.00.4	
09	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS PRIVADOS (Nota 7)	1.33.00.1	
10	OUTROS VALORES E BENS (Nota 8)	1.37.00.7	
11	BENS NÃO DESTINADOS A USO (Nota 9)	1.40.00.1	
12	OUTROS INVESTIMENTOS ACESSÓRIOS (Nota 10)	1.43.00.8	
13	IMOBILIZAÇÕES TANGÍVEIS (Nota 11)	1.47.00.4	
14	IMOBILIZAÇÕES INTANGÍVEIS (Nota 12)	1.50.00.8	
15	PARTICIPAÇÕES PERMANENTES (Nota 13)	1.53.00.5	
16	CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO (Nota 14)	1.57.00.1	
CRÉDITOS EM SOCIEDADES LIGADAS (Nota 15)			
17	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E AFINS	1.60.07.4	
18	SOCIEDADES COMERCIAIS	1.60.14.6	
19	SOCIEDADES INDUSTRIAIS	1.60.21.8	
20	SOCIEDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS	1.60.28.7	
21	OUTRAS SOCIEDADES	1.60.35.9	
22	TÍTULOS E VALORES MOBS. DE SOC. LIGADAS (Nota 16)	1.63.00.2	
PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES LIGADAS (Nota 17)			
23	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E AFINS	1.67.07.7	
24	SOCIEDADES COMERCIAIS	1.67.14.9	
25	SOCIEDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS	1.67.21.1	
26	OUTRAS SOCIEDADES	1.70.00.2	
27	ADIANTAMENTOS A DIRETORES E ACIONISTAS	1.73.00.9	
28	CRÉDITOS DEPARTAMENTAIS (Nota 18)	1.76.00.6	
29	RESULTADOS PENDENTES (Nota 19)	1.79.00.3	
30	PREJUÍZOS ACUMULADOS		
30	TOTAL DOS INVESTIMENTOS	1.99.00.7	

NOTAS

- Inscriver numerário existente e Depósitos à Vista. Depósitos bancários à vista, porventura efetuados em banco comercial ligado, serão inscritos em 17;
- Inscriver os saldos de financiamentos ou empréstimos concedidos, exclusive aqueles deferidos a empresas ligadas — quando permitidos pela regulamentação em vigor — os quais serão inscritos em 17/21;
- Inscriver os financiamentos efetuados com repasses de entidades oficiais no país, excluídos os porventura efetuados a empresas ligadas, que serão incluídos em 17/21;
- Inscriver o saldo de parcelas do capital subscrito, não integralizadas;
- Inscriver quaisquer outros créditos da sociedade não classificáveis nos demais itens do Ativo Circulante;
- Inscriver as aplicações em títulos públicos federais, estaduais e municipais, exclusive LTN, que serão inscritas em 2;
- Inscriver neste item as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários que não sejam de emissão, aceite ou coobrigação de sociedade ligada, ou não se caracterizem como sendo participações de caráter permanente;
- Inscriver quaisquer outros valores e bens realizáveis não classificáveis nos demais grupamentos do ativo;
- Inscriver imóveis e outros bens não destinados a uso, inclusive os recebidos em pagamento de créditos de duvidosa liquidação, ou outros que porventura integrem o Ativo da Sociedade;
- Inscriver outros créditos realizáveis a longo prazo não classificáveis como Ativo Circulante, ou em outros grupos do Ativo;
- Inscriver pelo valor residual — custo original mais correções, menos depreciações acumuladas — as imobilizações tangíveis da Sociedade, destinadas à manutenção de suas atividades;
- Inscriver pelo valor residual — custo original mais correções, menos amortizações acumuladas — as aplicações de recursos em intangíveis, inclusive as que contribuam para a formação do resultado de mais de um exercício social, conforme inciso V, do artigo 179 da Lei 6.404/76;
- Inscriver as participações de caráter permanente em outras sociedades não configuradas como ligadas;
- Inscriver o montante dos créditos em liquidação, conforme definidos pela regulamentação aplicável às Sociedades de Crédito Imobiliário;
- Inscriver quaisquer créditos recebíveis de empresas ligadas, incluindo depósitos e empréstimos concedidos na forma da regulamentação em vigor;
- Inscriver o montante de títulos e valores mobiliários de emissão, aceite ou coobrigação de instituições ligadas;
- Inscriver, pelo valor de livros, as participações em empresas ligadas;
- Inscriver os créditos da Sociedade junto a suas dependências ou departamentos no país;
- Inscriver, transitoriamente, o valor das contas ativas de resultado pendente, excluindo eventuais saldos devedores da conta Lucros e Perdas, que serão transferidos para o item 29.

OBSERVAÇÃO:

Para a inscrição de dados concernentes a sociedades ligadas, estas serão consideradas segundo os critérios definidos nos parágrafos 1º e 2º do art. 243, da Lei nº 6.404/76. Para os mesmos efeitos, serão consideradas as sociedades que integrem o mesmo conglomerado financeiro ou econômico-financeiro da instituição declarante, bem como as sociedades sob o mesmo controle acionário daquela, direto ou indireto.

FINANCIAMENTOS			
03 FL. Nº		04 IDENT. DOCUMENTO	07 CGC DA INSTIT.
02		51911010116	
08 DATA BASE			
INFORMAÇÃO		11 CÓDIGO	12 VALOR
09 LINHA	10		
31	LETRAS IMOBILIÁRIAS (Nota 20)	2.03.00.3	
32	DEPÓSITOS DE POUPANÇA (Nota 21)	2.05.00.1	
33	RECURSOS INTERNOS PARA REPASSES (Nota 22)	2.10.00.3	
34	EMPRÉSTIMOS EM MOEDA NACIONAL (Nota 23)	2.17.00.6	
35	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA (Nota 24)	2.23.00.7	
36	CRÉDITOS NO PAÍS	2.29.00.1	
37	OUTROS RECURSOS DE TERCEIROS	2.35.00.2	
RECURSOS DE SOCIEDADES LIGADAS (Nota 25)			
38	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E AFINS	2.38.07.8	
39	SOCIEDADES COMERCIAIS	2.38.14.0	
40	SOCIEDADES INDUSTRIAIS	2.38.21.0	
41	SOCIEDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS	2.38.28.1	
42	OUTRAS SOCIEDADES	2.38.35.3	
43	LETRAS IMOB. EM PODER DE SOCIEDADES LIGADAS (Nota 26)	2.40.00.4	
44	DÉBITOS DEPARTAMENTAIS	2.41.00.3	
45	CAPITAL E RESERVAS (Nota 27)	2.45.00.9	
46	PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	2.48.00.6	
47	OUTRAS PROVISÕES (Nota 28)	2.51.00.0	
48	LUCROS ACUMULADOS	2.54.00.7	
49	RESULTADOS PENDENTES (Nota 29)	2.57.00.4	
50	TOTAL DOS FINANCIAMENTOS	2.99.00.0	

OUTROS DADOS			
03 FL. Nº		04 IDENT. DOCUMENTO	07 CGC DA INSTIT.
02		51911010116	
08 DATA BASE			
INFORMAÇÃO		11 CÓDIGO	12 VALOR
09 LINHA	10		
51	LETRAS COLOCADAS NO PERÍODO (Nota 30)	3.30.00.0	
52	FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS NO PERÍODO (Nota 31)	3.35.00.5	
53	DEPÓSITOS DE POUPANÇA CAPTADOS NO PERÍODO (Nota 32)	3.42.00.5	
54	TOTAL DE CONTROLE	3.99.00.3	

NOTAS

- Inscriver o saldo das letras imobiliárias emitidas pela Sociedade, subtraindo o montante das letras em carteira, bem como as letras, em poder de ligadas que serão inscritas em 38/42;
- Inscriver o saldo de depósitos de poupança captados do público;
- Inscriver saldos de recursos captados junto a instituições e/ou entidades sediadas no país, para repasses;
- Inscriver saldos de outros empréstimos contraídos no país;
- Inscriver saldos de financiamentos obtidos junto a instituições governamentais, para assistência financeira;
- Inscriver quaisquer créditos de ligadas, junto à Sociedade, obedecidos os desdobramentos previstos, tais como: financiamentos e/ou suprimentos obtidos, créditos em conta corrente, etc.;
- Inscriver as letras imobiliárias emitidas pela Sociedade e em poder de Sociedades Ligadas;
- Inscriver o montante do capital e reservas da Sociedade, de qualquer natureza, inclusive as de correção monetária;
- Inscriver o saldo de provisões porventura constituídas, tais como para perdas de câmbio, oscilação de títulos, etc., excluindo a destinada a riscos de créditos que será inscrita em 46;
- Inscriver transitoriamente o valor das contas passivas de resultado pendente, excluindo eventuais saldos devedores da conta Lucros e Perdas, porventura classificadas nesse grupo do balanço, transferindo-os para 48;
- Inscriver neste item o montante das letras emitidas pela Sociedade e colocadas no período a que se referir a declaração de atividades;
- Inscriver neste item o montante dos financiamentos concedidos pela Sociedade no período compreendido pela declaração de atividades;
- Inscriver o montante dos depósitos captados pela Sociedade, no período a que se referir a declaração de atividades.

OBSERVAÇÃO:

Para a inscrição de dados concernentes a sociedades ligadas, estas serão consideradas segundo os critérios definidos nos parágrafos 1º e 2º do art. 243, da Lei nº 6.404/76. Para os mesmos efeitos, serão consideradas as sociedades que integrem o mesmo conglomerado financeiro ou econômico-financeiro da instituição declarante, bem como as sociedades sob o mesmo controle acionário daquela, direto ou indireto.

03 FL. Nº		04 IDENT. DOCUMENTO		07 CGC DA INSTIT.		08 DATA BASE	
03		51911010116					
RÉDITO DO EXERCÍCIO				11 CÓDIGO		12 VALOR	
10 INFORMAÇÃO							
RENDAS DO PERÍODO (Nota 33)							
55 DE FINANCIAMENTOS				4.07.07.4			
56 DE RÉPASSES				4.07.14.6			
57 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS				4.07.21.8			
58 DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS (Nota 34)				4.07.28.7			
59 DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS (Nota 35)				4.07.35.9			
60 DIVERSAS				4.07.49.0			
DESPESAS DO PERÍODO (Nota 36)							
61 OPERACIONAIS				4.14.07.4			
62 ADMINISTRATIVAS				4.14.14.6			
63 PATRIMONIAIS				4.14.21.8			
64 TRIBUTÁRIAS				4.14.28.7			
65 DIVERSAS				4.14.35.9			
66 RENDAS DE OPERAÇÕES COM SOC. LIGADAS (Nota 37)				4.21.00.0			
67 RENDAS DE PARTICIPAÇÕES EM SOC. LIGADAS (Nota 38)				4.28.00.8			
68 DESPESAS DE OPERAÇÕES COM SOC. LIGADAS (Nota 39)				4.35.00.8			
69 RÉDITO DO EXERCÍCIO (Nota 40)				4.42.00.8			
70 TOTAL DE CONTROLE				4.99.00.6			

DECLARAÇÃO
OS SIGNATÁRIOS DESTA DECLARAÇÃO SE RESPONSABILIZAM PELA VERACIDADE DOS ELEMENTOS E DADOS NELE CONTIDOS E PELA TOTAL COMPATIBILIDADE DAS POSIÇÕES DECLARADAS COM OS REGISTROS CONTÁBEIS E EXTRA-CONTÁBEIS DESTA INSTITUIÇÃO.

13 NOME	14 C.P.F. Nº
15 ASSINATURA	16 CARGO

13 NOME	14 C.P.F. Nº
15 ASSINATURA	16 CARGO

13 NOME	14 C.P.F. Nº
15 ASSINATURA	16 CARGO

NOTAS

33. Neste item serão inscritas as rendas da Sociedade, no período a que se referir a declaração de atividades obedecendo tanto quanto possível os desdobramentos previstos, em decorrência de suas operações com terceiros, não se incluindo quaisquer rendas de operações com ligadas;
34. Neste subitem serão registradas particularmente as rendas de operações no mercado secundário de títulos de renda fixa e operações de "Open Market";
35. Neste subitem serão inscritas as rendas decorrentes da Carteira de Títulos da Sociedade, tais como: dividendos, bonificações, lucros em vendas de títulos, ágio, etc., respeitando o que se contém na Nota 34 e excetuadas as rendas previstas no item 67;
36. Neste item serão inscritas, tão somente, as despesas do período, observados os desdobramentos previstos, e excetuadas as despesas previstas em 68;
37. Neste item serão inscritas todas e quaisquer rendas auferidas em operações efetuadas com Sociedades Ligadas, à exceção das rendas previstas no item 67;
38. Neste item serão inscritos dividendos, bonificações e quaisquer outras rendas decorrentes de participações em Sociedades Ligadas;
39. Neste item serão inscritas todas e quaisquer despesas decorrentes de operações efetuadas com Sociedades Ligadas;
40. Rêdito do Exercício (55+56+57+58+59+60+66+67-61-62-63-64-65-68).

OBSERVAÇÃO:

Para a inscrição de dados concernentes a sociedades ligadas, estas serão consideradas segundo os critérios definidos nos parágrafos 1º e 2º do art. 243, da Lei nº 6.404/76. Para os mesmos efeitos, serão consideradas as sociedades que integrem o mesmo conglomerado financeiro ou econômico-financeiro da instituição declarante, bem como as sociedades sob o mesmo controle acionário daquela, direto ou indireto.

TÍTULO: DECLARAÇÃO DE ATIVIDADES DE SOCIEDADES DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

Este documento destina-se a coletar informações quantitativas sobre a posição financeira das Sociedades de Crédito Imobiliário. O documento contém três folhas. Cada folha é dividida em quadros. Os quadros são um conjunto de informações da mesma natureza. Cada quadro é composto por campos, cuja finalidade é identificar e servir como receptor da informação quantitativa ou qualitativa.

QUADRO - PROTOCOLO

Este campo é o retângulo superior à direita, da folha nº 1 da Declaração de Atividades. Está identificado com o número 01 no canto superior esquerdo. Este campo deve ser preenchido somente pelo setor de protocolo do DEFIM.

QUADRO - IDENTIFICAÇÃO

- Campo nº 02 - NOME DA INSTITUIÇÃO**
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher com o nome completo da Instituição Financeira. Caso o nome não caiba na primeira linha continuar na linha imediatamente abaixo. Ao mudar de linha, quando necessário, fazer a separação silábica normalmente.
- Campo nº 03 - FOLHA Nº - pré-impresso (01)**
- Campo nº 04 - IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO - pré-impresso (5910016)**
onde,
59: identifica o tipo de instituição que emite o documento (Sociedade de Crédito Imobiliário)
100: identifica o assunto (Análise Econômico-Financeira de Instituições Financeiras)
16: identifica o documento.
- Campo nº 05 - RESERVADO AO BANCO CENTRAL**
Descrição - este campo será preenchido pelo DEFIM. Destina-se ao controle de sequência dos documentos para efeito de digitação.
O campo é numérico da forma XXYYZZ onde,
XX: é o número da remessa correspondente ao DEFIM, e será sempre igual a 31.
YYY: é o número do lote compreendido entre 001 e 999.
ZZ: é o número do documento dentro do lote, compreendido entre 01 e 99.
- Campo nº 06 - VALORES EM CR\$ MIL - pré-impresso.**
- Campo nº 07 - C G C DA INSTITUIÇÃO**
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher com um número de oito dígitos referente ao CGC da instituição.
- Campo nº 08 - DATA BASE**
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher com um número de oito dígitos no formato DD/MM/AAAA onde,
DD: último dia do mês
MM: mês relativo ao movimento (de 01 a 12)
AAAA: ano relativo ao movimento.

QUADRO - INVESTIMENTOS

- Campo nº 09 - LINHA (1a. coluna) - pré-impresso (XX)**
onde,
XX: é um valor numérico entre 01 e 30.
- Campo nº 10 - INFORMAÇÃO (2a. coluna) - pré-impresso (nome da rubrica).**
- Campo nº 11 - CÓDIGO (3a. coluna) - pré-impresso (U.XX.YY.Z)**
onde,
U: identifica o grupo
XX: identifica o subgrupo
YY: identifica o título
Z: é o dígito verificador.
- Campo nº 12 - VALOR (4a. coluna)**
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher cada linha com um número contendo até dez dígitos, referente ao valor da rubrica em milhares de cruzeiros. Quando não existir o valor referente à rubrica preencher o campo com zeros. Não é necessário colocar zeros não significativos à esquerda do valor.
Exemplo: Suponha que o movimento do período na ru -

rubrica 01 Caixa e Depósitos à Vista, tenha sido de 3.567.892,78 cruzeiros. Então deve se preencher o campo valor com o conteúdo 3.567, que significará 3.567 mil cruzeiros. Para melhor visualização pode-se separar os milhares por pontos.

OBSERVAÇÃO: A linha nº 30 - TOTAL DOS INVESTIMENTOS deverá conter no campo nº 12 (VALOR) a soma de todos os valores da 4a. coluna, correspondentes às linhas de nºs 01 a 29.

Os campos de nºs 03, 04, 07 e 08, da folha nº 02, a seguir descritos, destinam-se à vinculação das folhas de um mesmo documento.

Campo nº 03 - FOLHA Nº - pré-impresso (02)

Campo nº 04 - IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO - pré-impresso (5910016)
onde,
59: identifica o tipo de instituição que emite o documento (Sociedade de Crédito Imobiliário)
100: identifica o assunto (Análise Econômico-Financeira de Instituições Financeiras)
16: identifica o documento.

Campo nº 07 - C G C DA INSTITUIÇÃO
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher com um número de oito dígitos referente ao CGC da Instituição Financeira.

Campo nº 08 - DATA BASE
Preenchimento - Obrigatório.
Descrição - preencher com um número de oito dígitos no formato DD/MM/AAAA onde,
DD: último dia do mês
MM: mês relativo ao movimento (de 01 a 12)
AAAA: ano relativo ao movimento.

O conteúdo desse campo deve ser igual ao do campo nº 08 - (DATA BASE) da folha nº 01.

QUADRO - FINANCIAMENTOS

Campo nº 09 - LINHA (1a. coluna) - pré-impresso (XX)
onde,
XX: é um valor numérico entre 31 e 50.

Campo nº 10 - INFORMAÇÃO (2a. coluna) - pré-impresso
(nome da rubrica).

Campo nº 11 - CÓDIGO (3a. coluna) - pré-impresso (U.XX.YY.Z)
onde,
U: identifica o grupo
XX: identifica o subgrupo
YY: identifica o título
Z: é o dígito verificador.

Campo nº 12 - VALOR (4a. coluna)
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher cada linha com um número contendo até dez dígitos, referente ao valor da rubrica em milhares de cruzeiros.
Quando não existir o valor referente à rubrica preencher o campo com zeros. Não é necessário colocar zeros não significativos à esquerda do valor.

Exemplo: Suponha que o movimento do período na rubrica 01 Caixa e Depósitos à Vista, tenha sido de 3.567.892,78 cruzeiros. Então deve se preencher o campo valor com o conteúdo 3.567, que significará 3.567 mil cruzeiros. Para melhor visualização pode-se separar os milhares por pontos.

OBSERVAÇÃO: A linha nº 50-TOTAL DOS FINANCIAMENTOS deverá conter no campo nº 12 (VALOR) a soma de todos os valores da 4a. coluna, correspondentes às linhas de nºs 31 a 49.

QUADRO - OUTROS DADOS

Campo nº 09 - LINHA (1a. coluna) - pré-impresso (XX)
onde,
XX: é um valor numérico entre 51 e 54.

Campo nº 10 - INFORMAÇÃO (2a. coluna) - pré-impresso
(nome da rubrica).

Campo nº 11 - CÓDIGO (3a. coluna) - pré-impresso (U.XX.YY.Z)
onde,
U: identifica o grupo
XX: identifica o subgrupo
YY: identifica o título
Z: é o dígito verificador.

Campo nº 12 - VALOR (4a. coluna)
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher cada linha com um número contendo até dez dígitos, referente ao valor da rubrica em milhares de cruzeiros.
Quando não existir o valor referente à rubrica preencher o campo com zeros. Não é necessário colocar zeros não significativos à esquerda do valor.

Exemplo: Suponha que o movimento do período na rubrica 01 Caixa e Depósitos à Vista, tenha sido de 3.567.892,78 cruzeiros. Então deve se preencher o campo valor com o conteúdo 3.567, que significará 3.567 mil cruzeiros. Para melhor visualização pode-se separar os milhares por pontos.

OBSERVAÇÃO: A linha nº 54 - TOTAL DE CONTROLE deverá conter no campo nº 12 (VALOR) a soma de todos os valores da 4a. coluna, correspondentes às linhas de nºs 51 a 53.

Os campos de nºs 03, 04, 07 e 08, da folha nº 03, a seguir descritos, destinam-se à vinculação das folhas de um mesmo documento.

Campo nº 03 - FOLHA Nº - pré-impresso (03)

Campo nº 04 - IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO - pré-impresso (5910016)
onde,
59: identifica o tipo de instituição que emite o documento (Sociedade de Crédito Imobiliário)
100: identifica o assunto (Análise Econômico-Financeira de Instituições Financeiras)
16: identifica o documento.

Campo nº 07 - C G C DA INSTITUIÇÃO
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher com um número de oito dígitos referente ao CGC da Instituição Financeira.

Campo nº 08 - DATA BASE
Preenchimento - Obrigatório
Descrição - preencher com um número de oito dígitos no formato DD/MM/AAAA onde,
DD: último dia do mês
MM: mês relativo ao movimento (de 01 a 12)
AAAA: ano relativo ao movimento.

O conteúdo desse campo deve ser igual ao do campo nº 08 - (DATA BASE) da folha nº 01.

QUADRO - RÊDITO DO EXERCÍCIO

Campo nº 09 - LINHA (1a. coluna) - pré-impresso (XX)
onde,
XX: é um valor numérico entre 55 e 70.

Campo nº 10 - INFORMAÇÃO (2a. coluna) - pré-impresso
(nome da rubrica).

Campo nº 11 - CÓDIGO (3a. coluna) - pré-impresso (U.XX.YY.Z)
onde,
U: identifica o grupo
XX: identifica o subgrupo

YY: identifica o título
Z: é o dígito verificador.

Campo nº 12 - VALOR (4a. coluna)

Preenchimento - Obrigatório

Descrição - preencher cada linha com um número contendo até dez dígitos, referente ao valor da rubrica em milhares de cruzeiros.

Quando não existir o valor referente à rubrica preencher o campo com zeros. Não é necessário colocar zeros não significativos à esquerda do valor.

Exemplo: Suponha que o movimento do período na rubrica 01 Caixa e Depósitos à Vista, tenha sido de 3.567.892,78 cruzeiros. Então deve-se preencher o campo valor com o conteúdo 3.567, que significará 3.567 mil cruzeiros. Para melhor visualização pode-se separar os milhares por pontos.

OBSERVAÇÃO: A linha nº 70 - TOTAL DE CONTROLE deverá conter no campo nº 12 (VALOR) a soma de todos os valores da 4a. coluna, correspondentes às linhas de nºs 55 a 69.

QUADRO - DECLARAÇÃO

Campo nº 13 - NOME

Preenchimento - Obrigatório

Descrição - preencher com o nome legível do responsável pelas informações contidas no documento.

Campo nº 14 - C. P. F. Nº

Preenchimento - Obrigatório

Descrição - preencher com o número do CPF do responsável pelas informações contidas no documento.

Campo nº 15 - ASSINATURA

Preenchimento - Obrigatório

Descrição - preencher com a assinatura usual do responsável pelas informações contidas no documento.

Campo nº 16 - CARGO

Preenchimento - Obrigatório

Descrição - preencher com o nome do cargo, na Instituição Financeira, do responsável pelas informações contidas no documento.

-DEPARTAMENTO DO MERCADO DE CAPITAIS-

DESPACHOS DO SR. CHEFE, DE 16.10.78, DEFERINDO, NA FORMA DOS PARECERES, O REQUERIDO NOS PROCESSOS NºS:

BANCOS DE INVESTIMENTOS

-Aumento de Capital - Reforma de Estatuto:

3304386/78 - BANORTE - BANCO DE INVESTIMENTO S/A.
De Cr\$62.400.000,00 para Cr\$100.000.000,00
A.G.E. de 19.4.78.

-Reforma de Estatuto:

3304926/78 - BANCO DA BAHIA INVESTIMENTOS S/A.
A.G.E. de 4.9.78.

SOCIEDADES CORRETORAS

-Cancelamento da Autorização para Funcionar:

3304930/78 - PERFORMANCE - CORRETORA DE CâMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
De Santos (SP)

-Reforma de Estatuto:

7183176/78 - LARA S/A - CORRETORA DE VALORES E CâMBIO
A.G.E. de 20.9.78.

SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

-Aumento de Capital - Reforma de Estatuto:

7183343/78 - BANESTES - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS S/A.
De Cr\$35.000.000,00 para Cr\$50.000.000,00
A.G.Es. de 29.8.78 e 4.10.78.

SOCIEDADE DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO

-Aumento de Capital - Reforma de Estatuto:

7183360/78 - BANERJ CRÉDITO IMOBILIÁRIO S/A.
De Cr\$184.500.000,00 para Cr\$264.500.000,00
A.G.Es. de 10.8.78 e 10.10.78.

SOCIEDADES DISTRIBUIDORAS

-Aumento de Capital - Alteração Contratual:

3304182/78 - PERCY PIMENTEL - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
De Cr\$60.000,00 para Cr\$150.000,00
Instrumento de 12.6.78.

7623034/78 - TREVO - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
De Cr\$150.000,00 para Cr\$600.000,00
Instrumento de 19.5.78.

-Reforma de Estatuto:

7183166/78 - DISTIVAL S/A - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
A.G.E. de 18.9.78.

7183177/78 - LARA S/A - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
A.G.E. de 20.9.78.

DESPACHOS DO SR. CHEFE, DE 17.10.78, DEFERINDO, NA FORMA DOS PARECERES, O REQUERIDO NOS PROCESSOS NºS:

BANCO DE INVESTIMENTOS

-Aumento de Capital - Reforma de Estatuto:

7627050/78 - BANCO BRADESCO DE INVESTIMENTO S/A.
De Cr\$923.217.752,00 para Cr\$1.107.861.302,00
A.G.E. de 4.10.78.

SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

-Aumento de Capital - Reforma de Estatuto:

7627049/78 - FINANCIADORA BRADESCO S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
De Cr\$508.032.000,00 para Cr\$609.638.400,00
A.G.E. de 4.10.78.

DE 18.10.78, DEFERINDO, NA FORMA DOS PARECERES, O REQUERIDO NOS PROCESSOS NºS:

SOCIEDADE CORRETORA

-Aumento de Capital - Reforma de Estatuto:

7621699/78 - LOJIMEC S/A - CORRETORA DE CâMBIO E TÍTULOS
De Cr\$2.300.000,00 para Cr\$3.500.000,00
A.G.E. de 4.4.78.

SOCIEDADE DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO

-Reforma de Estatuto:

7183288/78 - LETRA S/A - CRÉDITO IMOBILIÁRIO
A.G.E. de 28.7.78.

SOCIEDADES DISTRIBUIDORAS

-Alteração Contratual:

7626038/78 - CORTINAC - SOCIEDADE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Instrumento de 30.8.78.

7183212/78 - CAPIXABA - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Instrumento de 28.9.78.

SOCIEDADE DE INVESTIMENTO D.L. Nº 1401

-Reforma de Estatuto:

3304466/78 - BRAZILIAN SELECTED SECURITIES S/A - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO - D.L. Nº 1.401
A.G.E. de 14.2.78.

DESPACHOS DO SR. CHEFE, DE 19.10.78, DEFERINDO, NA FORMA DOS PARECERES, O REQUERIDO NOS PROCESSOS NºS:

SOCIEDADES CORRETORAS

-Mudança de Denominação - Reforma de Estatuto:

7614871/77 - GIANGRANDE, ANDRADE E WHITAKER S/A - CORRETORA DE CâMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS

Adotada a denominação: "WHITAKER - CORRETORA DE VALORES S/A."
A.G.Es. de 18.7.77 e 28.8.78.

-Reforma de Estatuto:

7624138/78 - TIEPPO S/A - CORRETORA DE CÂMBIO E TÍTULOS
A.G.E. de 13.2.78.

CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO

Considere-se cancelada a publicação no Diário Oficial da União de 6.10.78, Seção I, Parte II, quadro do Ministério da Fazenda, página 5542, 2ª coluna, linhas 34 a 41, do seguinte teor:

-Instalação de Dependência - Reforma de Estatuto:

3304678/78 - RENT-A-MAQ - ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A.
Em São Paulo (SP)
A.G.E. de 7.3.78.

-Transferência da Sede - Reforma de Estatuto:

3304678/78 - RENT-A-MAQ - ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A.
De São Paulo (SP) para o Rio de Janeiro (RJ)
A.G.E. de 7.3.78.

**MINISTÉRIO
DOS TRANSPORTES
SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DA MARINHA MERCANTE**

RESOLUÇÃO DA SUNAMAM

Nº 5 739 - NAVEGAÇÃO INTERIOR DE TRAVESSIA - TABELA DE PREÇOS

A Superintendência Nacional da Marinha Mercante, usando das atribuições que lhe confere o Decreto nº 73.838, de 13 de março de 1974,

Considerando que foram atendidos o Decreto-Lei nº 808/69, o Decreto nº 79.706/77 e o Decreto nº 80.501/77,

Considerando o disposto na Resolução nº 29/77 do Conselho Interministerial de Preços (CIP), RESOLVE:

Adotar a tabela de preços anexa para o serviço de travessia no rio Paraná ligando os municípios de João André (MT) e Panorama (SP)

Esta Resolução entrará em vigor 5 (cinco) dias após a data de sua publicação no Diário Oficial da União, ficando revogada a Resolução nº 5340

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1978.

MANOEL ABUD

ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 5 739

TABELA DE PREÇOS DE SERVIÇO DE BALSAS

TRAVESSIA NO RIO PARANÁ-LIGANDO OS MUNICÍPIOS DE JOÃO ANDRÉ (MT) E PANORAMA (SP)

JAMANTA	Cr\$ 114,00
CAMINHÃO	Cr\$ 84,00
ÔNIBUS	Cr\$ 57,00
AUTOMÓVEL, JEEP E CAMIONETA	Cr\$ 27,00
CARROÇA	Cr\$ 14,00
LAMBRETA E MOTOCICLETA	Cr\$ 11,00
BICICLETA	Cr\$ 7,00
ANIMAIS EM TROPA POR CABEÇA	Cr\$ 5,00
PEDESTRE	Cr\$ 2,00

OBS.:

- 1) Os veículos quando rebocarem truques sofrerão um acréscimo em seus preços de Cr\$ 7,00;
- 2) A presente tabela sofrerá majoração de 30% (trinta por cento) no horário das 19:00 horas às 07:00 horas e quando o rio estiver fora do nível normal, assim estabelecido pela Capitania dos Portos;
- 3) Deverá ser cobrada dos responsáveis ou proprietários dos veículos, quando transportando mais de 2 (duas) pessoas, a passagem suplementar por pessoa excedente, no valor de Cr\$ 2,00.

RESOLUÇÃO DA SUNAMAM

Nº 5 740

-NAVEGAÇÃO INTERIOR DE TRAVESSIA - TABELA DE PREÇOS

A Superintendência Nacional da Marinha Mercante, usando das atribuições que lhe confere o Decreto nº 73.838, de 13 de março de 1974,

Considerando que foram atendidos o Decreto-Lei nº 808/69, o Decreto nº 79.706/77 e o Decreto nº 80.501/77,

Considerando a decisão do Plenário do Conselho Interministerial de Preços (CIP), na sessão de 06.09.1978, RESOLVE:

Adotar a tabela de preços anexa para o serviço de travessia no rio Iguaçu, ligando os municípios de Salto do Lontra e Capitão Leônidas Marques (PR)

Esta Resolução entrará em vigor 5 (cinco) dias após a data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1978

MANOEL ABUD

ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 5 740

TABELA DE PREÇOS DO SERVIÇO DE BALSAS

TRAVESSIA NO RIO IGUAÇU

LIGANDO OS MUNICÍPIOS DE SALTO DO LONTRA (PR) E CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES (PR).

JAMANTA	Cr\$ 28,00
CAMINHÃO	Cr\$ 32,00
ÔNIBUS	Cr\$ 19,00
AUTOMÓVEL, JEEP E CAMIONETE	Cr\$ 12,00
CARROÇA	Cr\$ 6,00
LAMBRETA E MOTOCICLETA	Cr\$ 4,00
BICICLETA	Cr\$ 1,50
ANIMAL EM TROPA P/ CABEÇA	Cr\$ 2,00
PEDESTRE	Cr\$ 1,00

OBSERVAÇÃO:

- 1 - Os veículos quando rebocarem truques, sofrerão um acréscimo em seus preços de Cr\$ 3,00
- 2 - A presente tabela sofrerá majoração de 30% (trinta por cento) no horário compreendido das 19:00 horas às 07:00 horas e quando o rio estiver fora do nível normal, assim estabelecido pela Capitania dos Portos.
- 3 - Deverá ser cobrada dos responsáveis ou proprietários dos veículos, quando transportando mais de 2 (duas) pessoas a passagem suplementar, por pessoa excedente, valor de Cr\$ 1,00.

RESOLUÇÃO DA SUNAMAM

Nº 5 741

-NAVEGAÇÃO INTERIOR DE TRAVESSIA -TABELA DE PREÇOS

A Superintendência Nacional da Marinha Mercante, usando das atribuições que lhe confere o Decreto nº 73.838, de 13 de março de 1974,

Considerando que foram atendidos o Decreto-Lei nº 808/69, o Decreto nº 79.706/77 e o Decreto nº 80.501/77,

Considerando a decisão do Plenário do Conselho Interministerial de Preços (CIP), na sessão de 06.09.78, RESOLVE:

Adotar a tabela de preços anexa para o serviço de travessia no rio da Vargem ligando os municípios de Rodeio Bonito (RS) e Planalto (RS)

Esta Resolução entrará em vigor 5 (cinco) dias após sua publicação no Diário Oficial da União, ficando revogada a Resolução nº 5133.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1978

MANOEL ABUD

ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 5741

TRAVESSIA NO RIO DA VARGEM LIGANDO OS MUNICÍPIOS DE RODEIO BONITO (RS) E PLANALTO (RS).

JAMANTA.....	CR\$ 39,00
CAMINHÃO.....	CR\$ 29,00
ÔNIBUS.....	CR\$ 18,00
AUTOMÓVEL, JEEP E CAMIONETA.....	CR\$ 11,00
CARROÇA.....	CR\$ 6,00
LAMBRETA E MOTOCICLETA.....	CR\$ 3,00
BICICLETA.....	CR\$ 1,50
ANIMAIS EM TROPA POR CABEÇA.....	CR\$ 1,50
PEDESTRE.....	CR\$ 1,00

OBSERVAÇÃO:

- 1 - Os caminhões quando rebocarem truque sofrerão um acréscimo de CR\$ 3,00 em seus preços;
- 2 - A presente tabela sofrerá majoração de 30% (trinta por cento) no horário das 19:00 horas às 07:00 horas e, quando o rio estiver fora do nível normal, assim estabelecido pela Capitania dos Portos;
- 3 - Deverá ser cobrada dos responsáveis ou proprietários dos veículos, quando transportando mais de 2 (duas) pessoas, a passagem suplementar por pessoa excedente, no valor de CR\$ 1,00.

RESOLUÇÃO DA SUNAMAM

Nº 5742

-NAVEGAÇÃO INTERIOR DE TRAVESSIA-TABELA DE PREÇOS

A Superintendência Nacional da Marinha Mercante, usando das atribuições que lhe confere o Decreto nº 73.838, de 13 de março de 1974,

Considerando que foram atendidos o Decreto-lei - nº 808/69, o Decreto nº 79.706/77 e o Decreto nº 80.501/77,

Considerando a decisão do Plenário do Conselho Interministerial de Preços (CIP), na sessão de 06.09.78, RESOLVE:

Adotar a tabela de preços anexa para o serviço de travessia no rio São Francisco ligando as cidades de Penedo (AL) e Neópolis (SE).

Esta Resolução entrará em vigor 5 (cinco) dias após a data de sua publicação no Diário Oficial da União, ficando revogada a Resolução nº 5068.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1978

MANOEL ABUD

ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 5742

TRAVESSIA NO RIO SÃO FRANCISCO - LIGANDO AS CIDADES DE PENEDO (AL) E NEÓPOLIS (SE)

JAMANTA.....	CR\$ 84,00
CAMINHÃO.....	CR\$ 52,00
ÔNIBUS.....	CR\$ 49,00
AUTOMÓVEL, JEEP E CAMIONETA.....	CR\$ 20,00
CARROÇA.....	CR\$ 10,00
LAMBRETA E MOTOCICLETA.....	CR\$ 6,00
BICICLETA.....	CR\$ 4,00
ANIMAIS EM TROPA POR CABEÇA.....	CR\$ 6,00

OBSERVAÇÃO:

- 1 - Os caminhões quando rebocarem truque sofrerão o acréscimo de CR\$ 6,00
- 2 - A presente tabela sofrerá majoração de 30% (trinta por cento) no horário das 19:00 horas às 07:00 horas e, quando o rio estiver fora do nível normal, assim estabelecido pela Capitania dos Portos;
- 3 - Deverá ser cobrada dos responsáveis ou proprietários dos veículos, quando transportando mais de 2 (duas) pessoas, a passagem suplementar por pessoa excedente, no valor da tabela de preços estabelecida para o serviço de lanchas da região.

RESOLUÇÃO DA SUNAMAM

Nº 5743

-NAVEGAÇÃO INTERIOR DE TRAVESSIA - TABELA DE PREÇOS

A Superintendência Nacional da Marinha Mercante, usando das atribuições que lhe confere o Decreto nº 73.838, de 13 de março de 1974,

Considerando que foram atendidos o Decreto-Lei nº 808/69, o Decreto nº 79.706/77 e o Decreto nº 80.501/77,

Considerando a decisão do Plenário do Conselho Interministerial de Preços (CIP), na sessão de 06.09.1978, RESOLVE:

Adotar a tabela de preços anexa para o serviço de travessia no rio Chopim, ligando os municípios de São Jorge D'Oeste - (PR) e Dois Vizinhos (PR).

Esta Resolução entrará em vigor 5 (cinco) dias após a data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1978

MANOEL ABUD

ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 5743

TABELA DE PREÇOS DE SERVIÇO DE BALSA - TRAVESSIA NO RIO CHOPIM LIGANDO OS MUNICÍPIOS DE SÃO JORGE D'OESTE (PR) E DOIS VIZINHOS (PR)

JAMANTA.....	CR\$ 32,00
CAMINHÃO.....	CR\$ 25,00
ÔNIBUS.....	CR\$ 15,00
AUTOMÓVEL, JEEP E CAMIONETA.....	CR\$ 9,00
CARROÇA.....	CR\$ 4,00
LAMBRETA E MOTOCICLETA.....	CR\$ 2,00
BICICLETA.....	CR\$ 1,50
ANIMAIS EM TROPA POR CABEÇA.....	CR\$ 0,90
PEDESTRE.....	CR\$ 1,50

OBSERVAÇÕES:

- 1 - Os veículos quando rebocarem truque sofrerão um acréscimo, no valor de CR\$ 3,00.
- 2 - A presente tabela sofrerá majoração de 30% (trinta por cento) no horário entre às 19:00 horas e às 07:00 horas e, quando o rio estiver fora do nível normal, assim estabelecido pela Capitania de Portos
- 3 - Deverá ser cobrada dos responsáveis ou proprietários dos veículos, quando transportando mais de 2 (duas) pessoas, a passagem suplementar, por pessoa excedente no valor de CR\$ 1,50.

RESOLUÇÃO DA SUNAMAM

Nº 5744

-NAVEGAÇÃO INTERIOR DE TRAVESSIA - TABELA DE PREÇOS

A Superintendência Nacional da Marinha Mercante, usando das atribuições que lhe confere o Decreto nº 73.838, de 13 de março de 1974,

Considerando que foram atendidos o Decreto-Lei nº 808/69, o Decreto nº 79.706/77 e o Decreto nº 80.501/77,

Considerando a decisão do Plenário do Conselho Interministerial de Preços (CIP), na sessão de 06.09.78, RESOLVE:

Adotar a tabela de preços anexa para o serviço de travessia no rio Iguaçu, ligando os municípios de Capanema (PR) e Capitão Leônidas Marques (PR)

Esta Resolução entrará em vigor 5 (cinco) dias após a data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1978

MANOEL ABUD

ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 5744

TABELA DE PREÇOS DO SERVIÇO DE BALSAS TRAVESSIA DO RIO IGUAÇU

LIGANDO OS MUNICÍPIOS DE CAPANEMA (PR) E CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES (PR).

JAMANTA.....	CR\$ 32,00
CAMINHÃO.....	CR\$ 25,00
ÔNIBUS.....	CR\$ 15,00
AUTOMÓVEL, JEEP E CAMIONETA.....	CR\$ 10,00
CARROÇA.....	CR\$ 5,00

LAMBRETA E MOTOCICLETA.....	CR\$ 3,00
BICICLETA.....	CR\$ 1,50
ANIMAIS.....	CR\$ 1,00

OBSERVAÇÃO:

- 1 - Os veículos quando rebocarem truques sofrerão um acréscimo em seus preços de CR\$ 3,00
- 2 - A presente tabela sofrerá majoração de 30% (trinta por cento) no horário das 19:00 horas às 07:00 horas e, quando o rio estiver fora do nível normal, assim estabelecido pela Capitania dos Portos;
- 3 - Deverá ser cobrada dos responsáveis ou proprietários dos veículos, quando transportando mais de 2 (duas) pessoas, a passagem suplementar por pessoa excedente, no valor de CR\$ 1,00.

RESOLUÇÃO DA SUNAMAM

Nº 5745 - NAVEGAÇÃO INTERIOR DE TRAVESSIA - TABELA DE PREÇOS

A Superintendência Nacional da Marinha Mercante, usando das atribuições que lhe confere o Decreto nº 73.838, de 13 de março de 1974,

Considerando que foram atendidos o Decreto-lei nº 808/69, o Decreto nº 79.706/77 e o Decreto nº 80.501/77,

Considerando a decisão do Plenário do Conselho Interministerial de Preços (CIP), na Sessão de 13.09.78, RESOLVE:

Adotar a tabela de preços anexa para o serviço de travessia no rio Iguaçu, ligando os municípios de Capitão Leonidas Marques (PR) e Nova Prata (PR).

Esta Resolução entrará em vigor 5 (cinco) dias após a data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Rio de Janeiro, 19 de outubro 1978

MANOEL ABUD

ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 5745

TABELA DE PREÇOS DE SERVIÇO DE BALSAS
TRAVESSIA NO RIO IGUAÇU
LIGANDO OS MUNICÍPIOS DE CAPITÃO LEONIDAS MARQUES (PR)
E NOVA PRATA (PR)

JAMANTA.....	CR\$ 70,00
CAMINHÃO.....	CR\$ 56,00
ÔNIBUS.....	CR\$ 42,00
AUTOMÓVEL, JEEP E CAMIONETA.....	CR\$ 21,00
CARROÇA.....	CR\$ 11,00
LAMBRETA E MOTOCICLETA.....	CR\$ 7,00
BICICLETA.....	CR\$ 5,00
ANIMAIS.....	CR\$ 4,00
PEDESTRE.....	CR\$ 3,00

OBS.:

- 1) Os veículos quando rebocarem truques sofrerão um acréscimo em seus preços de CR\$ 7,00;
- 2) A presente tabela sofrerá majoração de 30% (trinta por cento) no horário das 19:00 horas às 07:00 horas e quando o rio estiver fora do nível normal, assim estabelecido pela Capitania dos Portos;
- 3) Deverá ser cobrada dos responsáveis ou proprietários dos veículos, quando transportando mais de 2 (duas) pessoas, a passagem suplementar, por pessoa excedente, no valor de CR\$ 1,10.

RESOLUÇÃO DA SUNAMAM

Nº 5746 - NAVEGAÇÃO INTERIOR DE TRAVESSIA - TABELAS DE PREÇOS

A Superintendência Nacional da Marinha Mercante, usando das atribuições que lhe confere o Decreto nº 73.838, de 13 de março de 1974,

Considerando que foram atendidos o Decreto-lei nº 808/69, o Decreto nº 79.706/77 e o Decreto nº 80.501/77,

Considerando a decisão do Plenário do Conselho Interministerial de Preços (CIP), na sessão de 13.09.78, RESOLVE:

Adotar as tabelas de preços anexas para os serviços de travessia ligando Santos (SP) e Guarujá (SP).

Esta Resolução entrará em vigor 5 (cinco) dias após a data de sua publicação no Diário Oficial da União, ficando revogada a Resolução nº 5339.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1978.

MANOEL ABUD

ANEXO I À RESOLUÇÃO Nº 5746
TRAVESSIA LIGANDO SANTOS (SP)
A VICENTE DE CARVALHO (SP)

TABELA DE PREÇOS DE SERVIÇO DE CATRAIAS

Por pessoa.....	CR\$ 2,30
Chata especial para o estaleiro - ida.....	CR\$ 71,00
Chata especial para o estaleiro - ida e volta com direito a 20 (vinte) minutos de espera.....	CR\$ 113,00
Scania, Caixa de verduras, Frutas, peixe (por volume).....	CR\$ 4,50
Turismo (por hora).....	CR\$ 183,00

ANEXO II À RESOLUÇÃO Nº 5746
TRAVESSIA LIGANDO SANTOS (SP) A VICENTE DE CARVALHO (SP)

TABELA DE PREÇOS DE SERVIÇO DE LANCHAS

Por pessoa.....	CR\$ 2,30
-----------------	-----------

ANEXO III À RESOLUÇÃO Nº 5746
TRAVESSIA LIGANDO PONTA DA PRAIA (SP) A GUARUJÁ (SP)

TABELA DE PREÇOS DE SERVIÇO DE LANCHAS

Por pessoa.....	CR\$ 2,30
-----------------	-----------

ANEXO IV À RESOLUÇÃO Nº 5746
TRAVESSIA LIGANDO PONTA DA PRAIA (SP) A PRAIA DO GÓES (SP)

TABELA DE PREÇOS DE SERVIÇO DE CATRAIAS

Por pessoa.....	CR\$ 4,10
-----------------	-----------

ANEXO V À RESOLUÇÃO Nº 5746
TRAVESSIA LIGANDO PONTA DA PRAIA (SP) A PRAIA SANTA CRUZ DOS NAVEGANTES (SP)

TABELA DE PREÇOS DE SERVIÇO DE CATRAIAS

Por pessoa.....	CR\$ 2,30
-----------------	-----------

Portaria de 13-10-78

O SUPERINTENDENTE NACIONAL DA MARINHA MERCANTE, no uso das atribuições que lhe confere o capítulo IV, artigo 25, item V do Regimento Interno,

Nº 400, RESOLVE tornar sem efeito, por desistência expressa e por falta de exercício no prazo determinado, as admissões dos candidatos abaixo mencionados, para a Categoria Funcional de Datilógrafo, Código LT-SA-802.A, Referência 16, feitas através da Portaria nº 276, de 27 de julho de 1978, publicada no Diário Oficial de 31 seguinte:

Rio de Janeiro-RJ

- 01 - ANTONIO CARLOS DO ESPÍRITO SANTO
 - 02 - ANTONIO JOSÉ ROCHA
 - 03 - ANTONIO MENEZES FILHO
 - 04 - CECÍLIA SEBASTIANA DE JESUS
 - 05 - EDSON DA COSTA AMARO
 - 06 - MARA LÚCIA AZEVEDO SILVA
 - 07 - MARIA ELIZABETHE PONTES FREIRE
 - 08 - NÉLIO PEREIRA DE SOUZA
 - 09 - NEUSA MODESTO DOS SANTOS
 - 10 - ODETE MONTEIRO DE ANDRADE.
- MANOEL ABUD - SUPERINTENDENTE

Portarias de 17-10-78

Nº 403, RESOLVE remover, a pedido, de acordo com o artigo 56, i tem II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e na forma da regulamentação pelo Decreto nº 53.481, de 23 de janeiro de 1964, o Agente Administrativo SA-801.B, JOSE SATURNINO BAPTISTA DOS SANTOS, da Agência de Areia - Branca, da 3a. Delegacia Regional desta Superintendência em Fortaleza para a Sede. (Processos J-78/17.853 e F-78/24.652). MANOEL ABUD - SUPERINTENDENTE.

O SUPERINTENDENTE NACIONAL DA MARINHA MERCANTE, no uso das atribuições que lhe confere o capítulo IV, artigo 25, item V do Regimento Interno e tendo em vista os termos da Portaria DASP nº 1382, de 11 de setembro de 1978,

Nº 404, RESOLVE fazer cessar, a partir de 18 de setembro de 1978, a Gratificação de Representação de Gabinete de "Ajudante-A", desta Superintendência, que vinha sendo paga ao Agente de Telecomunicações e Eletricidade LT-NM-1027.7, EDISON DE SOUZA MIRANDA. MANOEL ABUD - SUPERINTENDENTE.

O SUPERINTENDENTE NACIONAL DA MARINHA MERCANTE, no uso das atribuições que lhe confere o capítulo IV, artigo 25, item V do Regimento Interno,

Nº 408, RESOLVE designar o Agente Administrativo SA-801.B, JORGE BAINHA, matrícula nº 457, para exercer a Função integrante das Categorias de Direção Intermediária, código DAI-111.2, de Chefe da Seção de Controle de Arrecadação e de Créditos, da Divisão de Arrecadação, da Diretoria Financeira e de Controle, desta Superintendência. MANOEL ABUD - SUPERINTENDENTE.

Nº 409, RESOLVE conceder aposentadoria, de acordo com os artigos - 176, item II e 180, letra b, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, com a redação dada pela Lei nº 6.481, de 5 de dezembro de 1977, a ADÃO PEIXOTO DE OLIVEIRA, matrícula nº 477, no cargo de Atuário NS-925.C, referência 51, do Quadro Permanente desta Superintendência, com as vantagens da Função de Chefe da Divisão de Cadastro, DAI-111.3, da Diretoria Financeira e de Controle. (Processo nº A-78/022.427). MANOEL ABUD - SUPERINTENDENTE.

Nº 410, RESOLVE dispensar o Atuário NS-925.C, ADÃO PEIXOTO DE OLIVEIRA, matrícula nº 477, da Função integrante das Categorias de Direção Intermediária, código DAI-111.3, de Chefe da Divisão de Cadastro, da Diretoria Financeira e de Controle, desta Superintendência, face à sua aposentadoria. MANOEL ABUD - SUPERINTENDENTE.

O DIRETOR EXECUTIVO DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DA MARINHA MERCANTE, no uso da competência delegada pela Portaria nº 264, de 3 de outubro de 1975, do Sr. Superintendente e tendo em vista o constante do capítulo IV, artigo 26, i tem IV do Regimento Interno,

Nº 411, RESOLVE, para efeito do disposto nos artigos 72 e 73, § 2º, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, designar o Agente Administrativo SA-801.C, SEBASTIÃO ALVES BASTOS, substituto do Chefe da Seção de Almoxarifado, da Divisão do Material, da Diretoria de Administração, - desta Superintendência. GERALDO MONTEIRO DE BARROS BITTENCOURT - DIRETOR EXECUTIVO.

Nº 412, RESOLVE dispensar o Agente Administrativo SA-801.C, ALCIDES DA SILVA BRANDÃO, de substituto do Agente em Angra dos Reis, da 6a. Delegacia Regional no Rio de Janeiro, desta Superintendência, para o qual foi designado pela Portaria nº 530, de 6 de julho de 1977. GERALDO MONTEIRO DE BARROS BITTENCOURT - DIRETOR EXECUTIVO.

Nº 413, RESOLVE, para efeito do disposto nos artigos 72 e 73, § 2º, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União,

designar o Agente Administrativo SA-801.B, AMAURY LAGE - VIEIRA, substituto do Titular da Agência em Angra dos Reis, da 6a. Delegacia Regional no Rio de Janeiro, desta Superintendência. GERALDO MONTEIRO DE BARROS BITTENCOURT.

Nº 414, RESOLVE, para efeito do disposto nos artigos 72 e 73, § 2º, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, designar a Agente Administrativo SA-801.C - MARIA LUCIA-PINTO FONTES - Chefe da Divisão de Legislação de Pessoal para substituir o Diretor de Pessoal desta Superintendência, em seus impedimentos ocasionais. GERALDO MONTEIRO DE BARROS BITTENCOURT - DIRETOR EXECUTIVO.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA SUPERINTENDENCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO

Portaria n.º 410 de 18 de outubro de 1978

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO (SUNAB), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 12 do Decreto nº 72.912 de 10.10.73, e tendo em vista o disposto na alínea b do item 5 da Instrução Normativa DASP/Nº 46/75, resolve:

DESIGNAR

OZALEA ERDIA TRINDADE, ocupante do emprego de Agente Administrativo LT-SA-801.A, da Tabela Permanente desta Superintendência, para exercer a função de Assistente do Superintendente, código DAI-112.3, constante do Quadro Permanente desta Autarquia, em caráter provisório, enquanto houver insuficiência de servidores ocupantes de cargos e empregos integrantes da lotação das Categorias Funcionais de Economista NS-922, Técnico de Administração NS-923 e Engenheiro Agrônomo NS-912, correlatas com a referida função de acordo com o Decreto nº 78.117 de 22.07.76.

RUBEM NOÉ WILKE

Portaria n.º 411 de 19 de outubro de 1978

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO (SUNAB), no uso de suas atribuições legais, resolve:

DELEGAR PODERES

ao Delegado desta Superintendência na Bahia, RICARDO JOSÉ VARJAL DE MELO, para representá-lo no ato de assinatura do contrato de prestação de serviços de vigilância ostensiva, a ser firmado com a "ESSE - EMPRESA DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA", estabelecida à rua Frederico Castro Rabelo nº 25, 11º andar, Salvador (BA), de acordo com o que consta do processo SUNAB nº 16.412/78.

RUBEM NOÉ WILKE

Portaria n.º 412 de 19 de outubro de 1978

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO (SUNAB), no uso de suas atribuições legais, resolve:

DISPENSAR

a partir de 07.08.78, RUI CARLOS CASTILHO, dos encargos de Assistente da Divisão de Estudos e Pesquisas da Delegacia da SUNAB no Estado do Paraná, para os quais foi designado pela Portaria SUNAB nº 145 de 08 de abril de 1976, publicada no D.O.U. de 23 do mesmo mês e ano.

RUBEM NOÉ WILKE

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL

PORTARIA Nº 458/78-DR, DE 20 DE OUTUBRO DE 1978

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, no uso das atribuições que lhe

são conferidas no Capítulo IV, artigo 25, item IX, do Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial nº 229, de 25 de abril de 1.975,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito o cancelamento da empresa abaixo relacionada que constou da Portaria nº 216/76-P, de 15 de junho de 1.976, publicada no Diário Oficial da União no dia 23.06.76.

NOME DA FIRMA	Nº DE INSCRIÇÃO	ESTADO
REFLORESTADORA BAURUENSE LTDA S/C	220	SP.

JOAQUIM FALCO URIARTE NETTO
Presidente Substituto

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PORTARIAS DE 18 DE OUTUBRO DE 1978

O Reitor da Universidade Federal Fluminense, no uso de suas atribuições, resolve:

Nº 6572 — Aposentar, de acordo com o artigo 178, item III, combinado com o artigo 178, item I, alínea "b", da Lei número 1711, de 28 de outubro de 1952, com a nova redação dada pela Lei nº 6481, de 5 de dezembro de 1977, Zeni de Carvalho Silva, matrícula nº 2.268.252, no cargo de Agente de Portaria, TP.1202.C, referência 16, do Quadro Permanente desta Universidade.

Nº 6513 — Conceder aposentadoria, de acordo com o artigo 178, item II, combinado com o artigo 178, item I, alínea "a", da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, com a nova redação dada pela Lei número 6481, de 5 de dezembro de 1977, a Mario Xavier Dias Lopes, matrícula número 1.950.864, no cargo de Professor Adjunto, M-401.5, do Quadro Permanente desta Universidade.

Nº 6575 — Cessar, a pedido, os efeitos da Portaria número 8001, de 5 de novembro de 1977, publicada no BS número 212, suplemento de 9 de novembro de 1977, referente à designação de Moema Tavares Lima para exercer a função de Secretário Administrativo do Departamento de Teoria e Prática de Ensino da Faculdade de Educação do Centro de Estudos Sociais Aplicados, código LT-DAI.111.1.

Nº 6576 — Cessar os efeitos das Portarias abaixo enumeradas relativas à designação para funções de Chefes integrantes do Grupo de Direção e Assistência Intermediárias — DAI — do Hospital Universitário Antonio Pedro, referentes aos seguintes servidores:

Portaria nº 5891, de 6 de outubro de 1977, referente a Nelmyr de Araújo Fogaça na função de Chefe da Seção de Registro e Frequência do Serviço de Registro da Subdiretoria Administrativa — DAI-III.1.

Portaria nº 5894, de 6 de outubro de 1977, referente a José Fernando Magalhães Alves na função de Chefe da Seção de Controle Financeiro do Serviço de Contabilidade e Finanças da Subdiretoria Administrativa — LT-DAI.111.1.

Portaria nº 5900 de 6 de outubro de 1977, referente a Renato de Oliveira Barbosa na função de Chefe da Seção de Portaria e Zeadoria dos Serviços Gerais da Subdiretoria Administrativa — LT-DAI-111.1.

Portaria nº 5901 de 6 de outubro de 1977 referente a Ademas Nunes na função de Chefe da Seção de Manutenção

e Reparos dos Serviços Gerais da Subdiretoria Administrativa — DAI-111.1.

Portaria nº 5903 de 6 de outubro de 1977 referente a Gonçalo Reis Pacheco na função de Chefe da Seção de Compras do Serviço de Material da Subdiretoria Administrativa — LT-DAI.111.1.

Portaria nº 5904, de 6 de outubro de 1977 referente a Paulo Roberto Mangelli de Almeida na função de Chefe da Seção de Controle do Serviço de Material da Subdiretoria Administrativa — LT-DAI-111.1.

Portaria nº 5905 de 6 de outubro de 1977 referente a Acyr Ferreira de Carvalho na função de Chefe da Seção de Tombamento do Serviço de Material da Subdiretoria Administrativa — DAI-111.1.

Portaria nº 6086 de 16 de novembro de 1977, referente a Ezio Machado Ribeiro na função de Chefe da Seção de Protocolo e Arquivo dos Serviços Gerais da Subdiretoria Administrativa — DAI-111.1.

O Reitor da Universidade Federal Fluminense, no uso de suas atribuições que lhe confiere o art. 12 do Decreto número 72.912, de 10 de outubro de 1973, tendo em vista o disposto no item 4 da Instrução Normativa-DASP nº 46 de 19 de agosto de 1975 e de acordo com o Decreto número 79.898, de 12 de maio de 1977, publicado no D.O.U. de 17 subsequente, resolve:

Nº 6577 — Designar Paulo Roberto Mangelli de Almeida, Agente Administrativo, Cód. LT-SA-801-B, ref. 30, da Tabela Permanente desta Universidade, para exercer a função de Chefe da Seção de Registro e Frequência, do Serviço de Pessoal da Subdiretoria Administrativa do Hospital Universitário Antonio Pedro do Centro de Ciências Médicas, integrante do Grupo Direção e Assistência Intermediária, código LT-DAI.111.1.

Nº 6578 — Designar Acyr Ferreira de Carvalho, Agente Administrativo, código SA-801.C, ref. 33, do Quadro Permanente desta Universidade, para exercer a função de Chefe da Seção de Controle do Serviço de Material da Subdiretoria Administrativa do Hospital Universitário Antonio Pedro, do Centro de Ciências Médicas, integrante do Grupo Direção e Assistência Intermediária, código DAI-111.1.

Nº 6579 — Designar Nelmyr de Araújo Fogaça, Agente Administrativo, código SA-801.C, ref. 33, do Quadro Permanente desta Universidade, para exercer a função de Chefe da Seção de Tombamento do Serviço de Material da Subdiretoria Administrativa do Hospital Universitário Antonio Pedro do Centro de Ciências Médicas, integrante do Grupo Direção e Assistência Intermediária, código DAI-111.1.

Nº 6580 — Designar Carlos Alberto Pereira de Macedo, Agente Administrativo, LT-SA-801.B, ref. 30, da Tabela Permanente desta Universidade, para exercer a função de Chefe da Seção de Compras, do Serviço de Material da Subdiretoria Administrativa do Hospital Universitário Antonio Pedro do Centro de Ciências Médicas, integrante do Grupo Direção e Assistência Intermediária, código LT-DAI-111.1.

Nº 6581 — João Bento Santana, Agente Administrativo, LT-SA-801.B, referência 30, da Tabela Permanente desta Universidade, para exercer a função de Chefe da Seção de Portaria e Zeadoria dos Serviços Gerais da Subdiretoria Administrativa do Hospital Universitário Antonio Pedro do Centro de Ciências Médicas, integrante do Grupo Direção e Assistência Intermediária, código LT-DAI-111.1.

Nº 6582 — Designar Renato de Oliveira Barbosa, Agente de Mecanização de Apoio, 1043.B, ref. 30, da Tabela Permanente desta Universidade, para exercer a função de Chefe da Seção de Protocolo e Arquivo dos Serviços Gerais, da Subdiretoria Administrativa do Hospital Universitário Antonio Pedro, do Centro de Ciências Médicas, integrante do Grupo Direção e Assistência Intermediária, código LT-DAI-111.1.

Nº 6583 — Designar Maria Adilce de Barros Elias, Agente Administrativo, código LT-SA-801.B, ref. 30, da Tabela Permanente desta Universidade, para exercer a função de Chefe da Seção de Controle Financeiro, do Serviço de Contabilidade e Finanças da Subdiretoria Administrativa do Hospital Universitário Antonio Pedro, do Centro de Ciências Médicas, integrante do Grupo Direção e Assistência Intermediária, código LT-DAI-111.1. — Rogério Benevento.

Departamento de Pessoa:

DETERMINAÇÕES DE SERVIÇO DE 16 DE OUTUBRO DE 1978

O Diretor de Pessoal, no uso de sua atribuição delegada pelo Magnífico Reitor, conforme Inciso 1, do item I, da Portaria nº 5820, de 6 de setembro de 1977, publicada no Boletim de Serviço nº 170, de 8.9.77 resolve:

Nº 213 — Alterar a DTS nº 85 de 3.5.78, publicada no BS OFF de 12.5.78, relativa a aposentadoria de Shirley Saldanha, matrícula nº 2.268.109, no cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, NM-1006.B, Referência 16, do Quadro Permanente desta Universidade, na parte referente ao fundamento legal que deverá ser considerada de acordo com o artigo 178, item III, combinado com o artigo 178, item I, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, com a nova redação dada pela Lei nº 6.481, de 5.12.77.

Nº 214 — Dispensar, a pedido, a partir de 1º de agosto do corrente ano, Edgar Peixoto de Moura da função de Professor Colaborador, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, que vinha exercendo no Departamento de Comunicação do Centro de Estudos Gerais desta Universidade.

Nº 216 — Cessar, a pedido, o vínculo empregatício com esta Universidade, a partir de 1º de outubro do corrente ano, de Lucia Albuquerque Monteiro, Professor Assistente, LT-M-401.4, regida pela Consolidação das Leis do Trabalho, por motivo de aposentadoria a ser concedida pelo Instituto Nacional de Previdência Social — INPS. — Darcia Motta Monteiro

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIAS DE 17 DE OUTUBRO DE 1978

O Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo usando de atribuições legais e estatutárias, resolve:

Nº 1.014 — Conceder dispensa, a pedido, a Helena Amorim Dias, da função de Chefe da Seção de Administração Escolar, Código DAI-111.1, do Departamento de Clínica Médica do Centro Bio-Médico, em caráter provisório, enquanto houver insuficiência de servidores ocupantes de cargos integrantes da lotação da categoria funcional de Agente Administrativo... SA-801, correlata com a referida função de acordo com o Decreto nº 76.293, de 18.9.78.

Nº 1.016 — Designar Geraldo Batista dos Anjos, Datilógrafo, Código SA-802, Classe A, do Quadro Permanente da Universidade Federal do Espírito Santo, para exercer a função de Chefe da Seção de Administração Escolar, Código DAI-111.1, do Departamento de Clínica Médica do Centro Bio-Médico, em caráter provisório, enquanto houver insuficiência de servidores ocupantes de cargos integrantes da lotação da categoria funcional de Agente Administrativo... SA-801, correlata com a referida função de acordo com o Decreto nº 76.293, de 18.9.78.

Nº 1.017 — Conceder dispensa, a Miguel Motta Fraga, da função de Chefe da Seção de Intercâmbio Desportivo, Código DAI-111.2, da Divisão de Atividades Desportivas do Departamento de Assuntos Comunitários da Sub-Reitoria Comunitária desta Universidade, a partir de 2.10.78.

Nº 1.019 — Designar Miguel Motta Fraga, Agente Administrativo, Código... LT-SA-801, Classe B, da Tabela Permanente da Universidade Federal do Espírito Santo, para exercer a função de Agente Administrativo, Código DAI-111.2, do Restaurante Universitário, integrante do Grupo Direção e Assistência Intermediária, aprovado pelo Decreto nº 76.293, de 18.9.75. — Manoel Ceciliano Sales de Almeida

MINISTÉRIO DO TRABALHO

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA

RESOLUÇÃO Nº 208

O Conselho Federal de Biblioteconomia, no uso das Atribuições que lhe conferem a Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, e o Decreto nº 56.725, de 16 de agosto de 1965.

RESOLVE:

CAPÍTULO I DAS ELEIÇÕES

Art. 1º - As eleições para composição dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia são realizadas trienalmente, no dia 15 de dezembro, em Assembleia Geral.

Parágrafo Único - Cabe ao Presidente do CRB ou seu substituto instalar a Assembleia Geral.

Art. 2º - Os Conselhos Regionais de Biblioteconomia são constituídos por:

- membros efetivos e suplentes, eleitos por escrutínio secreto e maioria de votos;
- membros natos, nos termos do Parágrafo Único do Art.

21 da Lei 4.084/62, e do Parágrafo Único do Art. 32 do Decreto nº 56.725/65.

§ 1º - Os membros natos têm direito a voto, embora sua presença não seja computada para efeito de quorum exigido para as deliberações do CRB.

§ 2º - Quando o membro nato não puder comparecer às reuniões, deve designar um representante que seja registrado naquele CRB.

Art. 3º - A eleição de membros efetivos e de suplentes, é feita em Assembleia Geral, por voto direto e secreto.

§ 1º - O voto é obrigatório para todos os inscritos no quadro do CRB e o não cumprimento dessa obrigação implica em multa correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do salário referência.

§ 2º - É permitida aos Bibliotecários residentes fora da sede do CRB a votação por correspondência, endereçada ao CRB, registrada com "Aviso de Recebimento" (AR) e garantido o sigilo do voto.

§ 3º - O eleitor só pode votar se estiver em dia com as suas obrigações junto ao CRB.

CAPÍTULO II DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 4º Fica criada a Comissão Eleitoral do CRB, composta de 3 (três) Conselheiros Regionais designados por ato do Presidente do CRB.

§ 1º - Os membros da Comissão Eleitoral não podem ser candidatos. Caso todos os Conselheiros sejam candidatos, o Presidente do Conselho Regional deve convocar Bibliotecários, devidamente registrados, para as funções de membros da Comissão Eleitoral.

§ 2º - A posse dos membros da Comissão Eleitoral ocorre no dia 16 de novembro.

§ 3º - O mandato dos membros da Comissão Eleitoral se extingue com o término de suas funções.

Art. 5º - Compete à Comissão Eleitoral:

I - apreciar e julgar o registro de candidatos à Assembleia Regional;

II - homologar as candidaturas à Assembleia Regional;

III - impugnar o registro de candidatos;

IV - elaborar ata da reunião;

V - divulgar as candidaturas em jornais de grande circulação na região até 15 dias antes das eleições.

Art. 6º - Nas eleições previstas nesta Resolução a Comissão Eleitoral do CRB pode impugnar o registro dos candidatos baseada nos Artigos 8º e 9º.

Parágrafo Único - A impugnação mencionada no "caput" deste artigo pode ser feita até 48 (quarenta e oito) horas antes da data da eleição, devendo ser notificados o candidato e a Diretoria do CRB.

Art. 7º - As decisões da Comissão Eleitoral são irrecorríveis.

CAPÍTULO III DA ELEGIBILIDADE

Art. 8º - É elegível o profissional que satisfaça os seguintes requisitos:

I - cidadania brasileira;

II - registro profissional de, no mínimo, 1 (um) ano;

III - estar em dia com as obrigações do CRB;

IV - estar em pleno gozo de seus direitos profissionais e civis.

Art. 9º - Não podem ser eleitos:

I - os que houverem lesado o patrimônio de qualquer entidade de classe;

II - os que tenham registro provisório;

III - os que estejam respondendo a processo administrativo, ético profissional, financeiro e econômico contábil nos CRBs ou no CFB;

IV - os que estejam cumprindo penalidade decorrente de processo administrativo, ético profissional, financeiro e econômico contábil;

V - os que tenham qualquer impedimento legal ao exercício da profissão.

CAPÍTULO IV DAS CANDIDATURAS

Art. 10 - Os candidatos devem solicitar seus registros protocolando-os na secretaria do CRB a que pertencem, até o dia 15 de novembro, mediante ofício dirigido ao Presidente do respectivo Conselho, indicando nome e qualificações profissionais.

Parágrafo Único - O candidato não incluído na lista do Conselho, se comprovar ter apresentado sua candidatura, em tempo hábil, pode recorrer a Comissão Eleitoral até 48 (quarenta e oito) horas antes da eleição.

CAPÍTULO V DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ELEIÇÃO E DAS MESAS ELEITORAIS

Art. 11 - O edital de convocação de eleição deve ser publicado no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação regional, - no mínimo uma vez, e até 15 (quinze) dias antes do pleito e deve indicar:

I - data e hora para início e encerramento da eleição;

II - endereço do local onde funciona a Mesa Eleitoral;

III - nome dos candidatos que podem ser votados de acordo com a composição de cada CRB, ou seja, de 1 (um) até 15 (quinze) ou 17 (dezesete) nomes;

IV - a obrigatoriedade do voto e as condições exigidas dos Bibliotecários para exercerem o direito de voto;

V - a faculdade do voto por correspondência.

§ 1º - Compete ao CRB divulgar a lista dos candidatos elegíveis;

§ 2º - O CRB deve enviar a lista dos candidatos elegíveis, - por correspondência registrada com "aviso de recebimento" aos núcleos de concentração de eleitores;

§ 3º - No dia da eleição deve apresentar aos eleitores a lista dos candidatos.

Art. 12 - Cabe ao Presidente da Mesa do CRB providenciar a organização da Mesa Eleitoral.

Art. 13 - Cada Associação de Bibliotecários e cada Instituição de Ensino Superior de Biblioteconomia deve enviar, por solicitação do CRB, um Delegado e Suplente para cada mesa receptora e escrutinadora, que devem apresentar suas credenciais junto à Assembleia Geral.

§ 1º - A representação deve ser comunicada ao CRB até 25 (vinte e cinco) de novembro.

§ 2º - O delegado deve estar em dia com as suas obrigações - junto ao CRB.

§ 3º - O delegado não pode ser candidato a cargo do CRB.

§ 4º - É vetado o exercício de mandato de delegado por procuração.

§ 5º - O mandato do delegado se encerra com a missão a que se destina.

§ 6º - O delegado pode ser substituído, com justificativa devidamente comprovada, através de comunicação escrita ao Conselho Regional até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral.

§ 7º - A designação dos Delegados e de seus Suplentes deve ser divulgada pelo menos 15 (quinze) dias antes das eleições.

Art. 14 - Cabe ao Presidente do Conselho, desde que não seja candidato, a instalação das mesas receptoras e escrutinadoras, em número suficiente para atender ao bom andamento dos trabalhos.

§ 1º - O presidente, quando candidato, deve licenciar-se do cargo de 14 a 22 de dezembro.

§ 2º - Esse período deve ser prorrogado no caso de impugnação do resultado da eleição, até a solução final do recurso.

Art. 15 - A instalação da Mesa Eleitoral com função receptora e escrutinadora de votos é feita quando no impedimento do Presidente do CRB, pelo seu substituto legal.

Parágrafo Único - No caso de todos os conselheiros serem candidatos, a instalação da Mesa Eleitoral é feita pelo delegado que tenha registro mais antigo no CRB.

Art. 16 - Cada Mesa Eleitoral, com funções receptora e escrutinadora de votos, é constituída por um Presidente, um Secretário e um escrutinador designados por ato do Presidente do CRB ou seu substituto.

§ 1º - Os candidatos não podem compor a Mesa Eleitoral.

§ 2º - As mesas, se julgarem necessário, podem solicitar a colaboração de Bibliotecários, membros ou não da Diretoria do CRB, desde que não candidatos.

§ 3º - Cada candidato tem o direito de indicar um fiscal em cada mesa eleitoral, facultando-se-lhe apresentar impugnação contra eventuais irregularidades.

Art. 17 - Compete ao Presidente da Mesa Eleitoral:

I - identificar o eleitor;

II - verificar se o eleitor está em dia com as suas obrigações junto ao CRB;

III - receber os votos e colher as assinaturas;

IV - manter a ordem e a regularidade dos trabalhos eleitorais;

V - decidir sobre dúvidas e dificuldades apresentadas;

VI - rubricar os envelopes em que deverão ser depositadas as cédulas;

VII - assinar as atas;

VIII - proclamar os resultados.

Art. 18 - Ao Secretário compete disciplinar os trabalhos relativos à entrada e saída dos eleitores e fiscais, lavrar a ata de recepção e apuração dos votos, auxiliar o Presidente, substituí-lo em ausências eventuais e no seu impedimento.

Art. 19 - Ao escrutinador cabe a apuração dos votos.

CAPÍTULO VI

DA VOTAÇÃO

Art. 20 - A Assembleia Geral para as eleições do CRB funciona, ininterruptamente, das 9:00 (nove) às 20:00 (vinte) horas, no dia 15 (quinze) de dezembro.

Parágrafo Único - Às 20 horas encerra-se o recebimento dos votos sendo permitida a votação unicamente aos eleitores que estiverem no recinto, munidos de senha.

Art. 21 - Cada eleitor recebe uma lista de todos os candidatos inscritos, autenticada pela Mesa, na qual assinala os nomes de sua preferência, em número de acordo com a composição de cada Conselho, ou seja 15 (quinze) ou 17 (dezesete) nomes, que é depositado em urna própria.

Art. 22 - A comprovação de votação nas eleições para o CRB se faz mediante registro lançado no ato da votação, pela Mesa, na parte de anotações da Carteira de Identidade Profissional.

§ 1º - Os profissionais com registro provisório tem a sua votação anotada no verso do comprovante de registro provisório.

§ 2º - Os votos por correspondência são endereçados à sede do CRB, acompanhados de "Aviso de Recebimento" (AR), até o dia 15 (quinze) de dezembro.

§ 3º - O comprovante dos votos por correspondência é feito posteriormente mediante a apresentação de Carteira de Identidade Profissional e "Aviso de Recebimento" do Correio.

§ 4º - Os votos por correspondência recebidos até às 20 horas do dia 15 de dezembro, são computados após a realização da apuração dos votos depositados nas urnas das mesas receptoras e comprovada a ausência do votante nas listas de comparecimento dos eleitores.

§ 5º - Os votos por correspondência chegados à sede do CRB após o encerramento das eleições não são computados.

Art. 23 - A apuração das eleições é iniciada imediatamente após o término da votação ou 12 (doze) horas após o encerramento, não podendo ser interrompida em qualquer dos dois casos.

Art. 24 - São anulados os votos com mais de 15 (quinze) nomes assinalados, nos Conselhos cuja composição seja de 12 (doze) membros efetivos e 3 (três) suplentes, e com mais de 17 (dezesete) nomes nos Conselhos cuja composição seja 14 (quatorze) membros efetivos e 3 (três) suplentes. São anulados também os votos com rasuras ou com qualquer tipo de identificação.

Art. 25 - São considerado eleitos os 15 (quinze) ou 17 (dezesete) candidatos mais votados, sendo os 12 (doze) ou 14 (quatorze) primeiros como membros efetivos, e os 3 (três) seguintes, como suplentes, de acordo com a composição de cada CRB.

Parágrafo Único - Em caso de empate, tem preferência, sucessivamente, o candidato mais antigo no exercício da profissão, o formado há mais tempo e, por último, o de mais idade.

Art. 26 - Apuradas as eleições, os documentos respectivos ficam na Secretaria do Conselho, por 24 horas, para exame dos interessados. Dentro desse prazo, pode qualquer eleitor impugnar por escrito o resultado.

§ 1º - Havendo impugnação, serão ouvidos os interessados, no prazo de 2 (dois) dias úteis. O Presidente do CRB concederá prazo de até 5 (cinco) dias para a produção de prova.

§ 2º - Findo o prazo de até 5 (cinco) dias, ou não sendo requerido prazo para produção de prova, é o processo enviado à Secretaria do Conselho para, por ordem do Presidente, ser distribuído a um dos Conselheiros, que deve levá-lo a julgamento em reunião extraordinária convocada na forma do Regimento Interno do Conselho Regional.

Art. 27 - Cada Mesa receptora e apuradora, lavra Ata das ocorrências e do resultado final da eleição, encaminhando-a, juntamente com os votos à sede do CRB.

Parágrafo Único - O CRB lavrará Ata da Assembleia Geral das Eleições em livro próprio, assinado pelo presidente do CRB e pelos Presidentes das mesas, publicando-se o resultado final no Diário Oficial do Estado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

CAPÍTULO VII

DA POSSE

Art. 28 - A posse dos membros do Conselho é dada em reunião - do CRB, no dia 2 (dois) de janeiro subsequente.

Parágrafo Único - No caso de ocorrer impugnação das eleições e o conseqüente impedimento da posse no prazo previsto, a mesma é prorrogada até o dia 15 (quinze) de janeiro.

Art. 29 - Na reunião de posse os novos membros do CRB elegem sua Diretoria, de acordo com o Art. do Regimento Interno.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30 - Para as eleições, o CRB deve providenciar ampla divulgação pela imprensa e expedir circular endereçada a cada membro, enfatizando a obrigatoriedade de voto e a penalidade a ser aplicada aos faltosos.

Art. 31 - Os casos omissos nesta Resolução são decididos, de plano pela Mesa Eleitoral.

Art. 32 - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário, notadamente as Resoluções nº 9, 70 e 133 e os artigos dos Regimentos dos CRBs que tratam da matéria.

Brasília, 23 de setembro de 1978.

Nancy Westphalen Corrêa

Presidente do CRB

CRB-9/8

CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS DE ADMINISTRAÇÃO 9ª Região

RESOLUÇÃO Nº 045-78

A Junta Administrativa do Conselho Regional de Técnicos de Administração 9ª Região resolve:

Art. 1º Conceder registro provisório para o prazo de 1 (um) ano para todos os efeitos da legislação em vigor, nos termos da alínea a) do art. 3º da Lei nº 4.769, de 9.9.1965 ao bacharel em Administração:

RP-542 — Miguel Jorge Rosa Neto
Art. 2º Atribuir número de registro para todos os efeitos da legislação em vigor, nos termos da alínea a) do art. 3º

da Lei nº 4.769 de 9.9.1965 aos bacharéis em Administração:

1.792 — Zaluir Pedro Assad

1.793 — Paulo Cesar Manzoni Dau

1.794 — João Batista Fontanive

Art. 3º Deixar sem efeito o registro provisório nº RP-138 em vista de ter sido concedido o definitivo ao bacharel em Administração:

1.795 — Maria Ines Veiga Meneguetti

Art. 4º Expedir segunda via de cédula de identificação profissional sob número RP-283 de Anita Maria Kesselring da França, em virtude do extravio da primeira via.

Art. 5º A presente Resolução entra em vigor a partir desta data. Sala das Sessões em Curitiba, 17 de outubro de 1978.
— Romeu Felipe Bacellar, Presidente.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

RESOLUÇÃO Nº 47-78

O Presidente do Instituto Brasileiro do Café, no uso de suas atribuições legais e na conformidade do que dispõe a Lei nº 1.779, de 22 de dezembro de 1952, resolve:

Art. 1.º Disciplinar a exportação de café verde, em grão cru, segundo os portos de embarque e a qualidade dos cafés de acordo com a Tabela de Classificação Oficial Brasileira.

I — Pelo Porto de Santo (SP):

— cafés do tipo 6 (seis) para melhor e bebida isenta de gosto "Rio-Zona";

II — Pelo Porto do Rio de Janeiro (RJ)

— cafés do tipo 6 (seis) para melhor, independentemente da classificação de bebida;

III — Pelos Portos de Paranaguá (PR), Salvador (BA) e Recife (PE):

— cafés até o tipo 7/8 (sete-oito), inclusive, e bebida isenta de gosto "Rio-Zona";

IV — Pelo Porto de Vitória (ES):

— cafés até o tipo 7/8 (sete-oito), inclusive a variedade robusta "Conilon", independentemente da classificação de bebida.

Parágrafo único. Desde que devidamente justificada pelo exportador e condicionada, em cada caso, ao prévio exame e autorização do IBC, será permitida a exportação pelo porto do Rio de Janeiro, de cafés de tipos inferiores a 6 (seis), até 7/8 (sete-oito), inclusive da variedade robusta "Conilon", independentemente da classificação de bebida.

Art. 2.º Manter inalteradas todas as demais disposições sobre a exportação de café verde, em grão cru, que não colidirem com as da presente Resolução.

Brasília (DF), 17 de outubro de 1978.
— Camilo Calazans de Magalhães — Presidente.

Ofício nº 1.533-78

PORTARIA Nº 294 de 13 de outubro de 1978

O Superintendente da Superintendência de Seguros Privados, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do artigo nº 36, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967,

R E S O L V E

Fazer cessar os efeitos, a partir de 28.09.78, das Portarias nºs. 183, de 02.07.75, publicada no Diário Oficial de 15.07.75 e 28, de 04.02.76, publicada no Diário Oficial de 17.02.76, que designaram ROBERTO BESERRA DE SOUZA, para exercer, respectivamente, as funções de Substituto eventual do Diretor da Divisão de Fiscalização de Corretores e Chefe da Seção de Coordenação Fiscal, da Divisão acima citada, do Departamento de Fiscalização, desta Autarquia.

ALPHEU AMARAL

PORTARIA Nº 295 de 13 de outubro de 1978

O Superintendente da Superintendência de Seguros Privados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 12, do Decreto nº 72.912, de 10 de outubro de 1973 e tendo em vista o disposto no item 4 da Instrução Normativa DASP nº 46, de 19 de agosto de 1975,

R E S O L V E

Designar MARIA DA CONCEIÇÃO VIVES DA COSTA, matrícula LT 0311, ocupante do emprego de Atuário "A", código LT-NS-925.4, da Tabela Permanente da Superintendência de Seguros Privados, para exercer a função de Chefe da Seção de Seguros de Pessoas, da Divisão de Seguros de Pessoas e Capitalização, do Departamento Técnico Atuarial, Código DAI-111.2, desta Autarquia, integrante do Grupo de Direção e Assistência Intermediárias, de acordo com o Decreto nº 76.343, de 29 de setembro de 1975, alterado pela Portaria DASP nº 0032, de 6 de março de 1978, Anexo I

ALPHEU AMARAL

PORTARIA Nº 296 de 13 de outubro de 1978

O Superintendente da Superintendência de Seguros Privados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 12, do Decreto nº 72.912, de 10 de outubro de 1973 e tendo em vista o disposto no item 4 da Instrução Normativa DASP nº 46, de 19 de agosto de 1975,

R E S O L V E

Designar ANTONIO ROGERIO PEIXOTO DE OLIVEIRA, matrícula LT0292, ocupante do emprego de Auditor "A", código LT-NS-925.4, da Tabela Permanente da Superintendência de Seguros Privados, para exercer a função de Chefe da Seção de Capitalização e Montepio, da Divisão de Seguros de Pessoas e Capitalização, do Departamento Técnico Atuarial, Código LT-DAI-111.2, desta Autarquia, integrante do Grupo de Direção e Assistência Intermediárias, de acordo com o Decreto nº 76.343, de 6 de março de 1975, alterado pela Portaria DASP nº 0032, de 6 de março de 1978, Anexo I.

2. Em consequência, fazer cessar os efeitos da Portaria nº 12, de 16 de janeiro de 1978, publicada no Diário Oficial de 24 de janeiro de 1978.

ALPHEU AMARAL

PORTARIA Nº 297 de 13 de outubro de 1978

O Superintendente da Superintendência de Seguros Privados, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do artigo nº 36, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967,

R E S O L V E

Fazer cessar os efeitos da Portaria nº 372, de 19 de novembro de 1975, publicada no Diário Oficial de 11 de dezembro de 1975, que designou SHEILA MARIA DE FREITAS SOUZA, Agente Administrativo, LT-SA-801.6, "E", para exercer a função integrante das Categorias de Direção Intermediária, Código LT-DAI-111.1, de Secretária Administrativa do Diretor Geral.

ALPHEU AMARAL

PORTARIA Nº 298 de 13 de outubro de 1978

O Superintendente da Superintendência de Seguros Privados, usando da atribuição que lhe confere o artigo 12 do Decreto nº 72.912, de 10 de outubro de 1973 e tendo em vista o disposto no item 4 da Instrução Normativa DASP nº 46, de 19 de agosto de 1975,

R E S O L V E

Designar ANA MARIA DA SILVA TEIXEIRA, matr. QP0101, Agente Administrativo "A", Código SA-801.2, do Quadro Permanente da Superintendência de Seguros Privados, para exercer a função de substituto-eventual do Secretário Administrativo do Delegado da Delegacia da SUSEP no Estado da Bahia, DAI-111.1, desta Autarquia, integrante do Grupo de Direção e Assistência Intermediárias, de acordo com o Decreto nº 76.343, de 29 de setembro de 1975.

ALPHEU AMARAL

MINISTÉRIO DO INTERIOR

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

PORTARIA DP Nº 359-78

O Superintendente da SUDENE, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 37 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, e o Art. 5º, Inciso IX, do Decreto nº 72.776, de 1 de setembro de 1973, resolve:

Aposentar por invalidez, a partir desta data, o servidor 0397 Adelaide Cavalcanti Costa, ocupante do cargo de Bibliotecário 932.A Ref. 40 do Quadro Permanente desta Autarquia, lotado no Departamento de Administração, com fundamento no art. 178, item II, combinado com o artigo 178, item III, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, com a relação dada pela Lei nº 6.481, de 5.12.77.

Recife, 12 de outubro de 1978. — Valfrido Salmito Filho.

TERMOS DE CONTRATO

MINISTÉRIO DA FAZENDA

CASA DA MOEDA DO BRASIL

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

PARTES: Casa da Moeda do Brasil-CMB, representada por seu Presidente Nelson de Almeida Brum e Diretor Miguel Coelho Netto Pires Gonçalves e Alvaro Alves Martins.

OBJETO: Prestação de serviços técnicos.

PRazo: 24 (vinte e quatro) meses.

LICITAÇÃO: Dispensada a licitação na forma do item 2.1.a-linha "f" do Regulamento de Licitação da CONTRATANTE.

VALOR: Estimado em Cr\$600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros).

(Nº 16533 - 19-10-78 - Cr\$205,00)

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
EMPRESA BRASILEIRA DE TRANSPORTES URBANOS

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convênio celebrado entre o Banco do Estado de Sergipe S.A - BANESE, a Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos - EBTU e a Prefeitura Municipal de Aracaju.

OBJETO: Constituição de Fundo Rotativo destinado à expansão e renovação da frota de veículos para transporte coletivo urbano, a ser implantado no Município de Aracaju, de acordo com a Exposição de Motivos nº 167, de 24 de maio de 1978.

ORIGEM DOS RECURSOS: FNDU/FDTU - Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) e recursos originários da FINAME e/ou BANESE.

VALOR TOTAL PREVISTO: Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros).

PRazo DE VALIDADE: 05 (cinco) anos, a partir da data de sua assinatura.

ASSINARAM: Jorge Guilherme de Magalhães Francisconi e Gil César Moreira de Abreu, pela EBTU; Joaquim Sabino Ribeiro Chaves e Fernando Sampaio Leite, pelo BANESE e João Alves Filho, pela Prefeitura.

Brasília, 04 de setembro de 1978.

Ofício Nº 028/78

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA

EXTRATO DO QUARTO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 141

ESPÉCIE - Quarto aditivo ao Convênio celebrado em 25/01/77, entre a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC e a Santa Casa de Misericórdia de Itabuna.

OBJETO - Incluir os estudantes da Escola Média de Agricultura da Região Cacaueira - EMARC, dentre os beneficiários dos serviços previstos no segundo aditivo firmado em 22/05/78.

FUNDAMENTO LEGAL - Decreto nº 73.960, 18/04/74.

VALOR - SEM VALOR.

RECURSOS - NÃO ENVOLVE RECURSOS

PRazo - INDETERMINADO.

VIGÊNCIA - 13/10/78.

PARTE - José Haroldo Castro Vieira
Calixto Midlej Filho.

GERALDO DA COSTA LEITE
Assessor
(Nº 15693 - 23-10-78 - Cr\$370,00)

EXTRATO DO AJUSTE Nº 207

ESPÉCIE - Ajuste que entre si celebram a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira-CEPLAC e o Sindicato Rural de Itabuna.

OBJETO - Dar continuidade a construção do Parque de Exposição Antônio Setenta, na cidade de Itabuna, Estado da Bahia.

FUNDAMENTO LEGAL - Decreto nº 73.960, 18/04/74.

VALOR - Cr\$ 500.000,00 - (quinhentos mil cruzeiros).

RECURSOS - Orçamento-Programa da CEPLAC, exercício de 1978, à conta da Sub-unidade Programática 02.02.01, Elemento de Despesa 4.3.7.0 - Contratações Diversas.

PRazo - Indeterminado.

VIGÊNCIA - 17/10/78.

PARTE - José Haroldo Castro Vieira
Nailton Ferreira Ramos.
(Nº 15694 - 23-10-78 - Cr\$370,00)

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL

EXTRATO

ESPÉCIE: Termo de Ajuste nº 004/78-BA, celebrado em 06/10/78 entre o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira.

OBJETO: Promover o desenvolvimento florestal na região cacaueira da Bahia e Espírito Santo e em áreas prioritárias estabelecidas pelas diretrizes para a Expansão da cacaucultura Nacional- Procaucau.

VALOR: Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros)

CREDITO: Atividade Coordenação da Política de Desenvolvimento Florestal, elemento de despesa 4.1.2.0. - Recursos Especiais a Aplicar - PROTERRA.

PRazo: 7 anos

ASSINAM: Pelo IBDF - Paulo Azevedo Berutti
Pela CEPLAC - José Haroldo Castro Vieira.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO que entre si firmam a SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP e a FUNDAÇÃO TÉCNICO EDUCACIONAL SOUZA MARQUES - ESCOLA DE MEDICINA, na cidade do Rio de Janeiro, para concessão de Bolsas de Estágio, a estudantes que estejam cursando um dos dois últimos períodos do Curso de Medicina. As despesas decorrentes deste Convênio serão efetuadas à conta da dotação orçamentária consignada a esta SUSEP, no exercício financeiro de 1978, para pagamento do pessoal de Estágio, na Categoria Econômica 3.1.1.0 - Pessoal; 0.2.1.1 - Salário Pessoal Temporário, sendo que, nos anos subsequentes, correrá à conta da dotação orçamentária que for consignada para tal fim. O valor anual do presente Convênio é de Cr\$ 42.144,00 (quarenta e dois mil, cento e quarenta e quatro cruzeiros), acrescido das obrigações decorrentes do seguro de acidentes pessoais que tenham como causa direta o desempenho das atividades decorrentes do Estágio. O presente Convênio vigorará por tempo indeterminado, a partir de sua publicação no Diário Oficial, podendo ser rescindido, desde que qualquer das partes convenientes notifique a outra, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias.

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO que entre si firmam a SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP e a FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS DO ISECEL, na Cidade do Rio de Janeiro, para concessão de Bolsas de Estágio a estudantes que estejam cursando um dos dois últimos períodos dos Cursos de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis. As despesas decorrentes deste Convênio serão efetuadas à conta da dotação orçamentária consignada a esta SUSEP, no exercício financeiro de 1978, para pagamento do pessoal de Estágio, na Categoria Econômica 3.1.1.0 - Pessoal; 0.2.1.1 - Salário Pessoal Temporário, sendo que, nos anos subsequentes, correrá à conta da dotação orçamentária que for consignada para tal fim. O valor anual do presente Convênio é de Cr\$ 42.144,00 (quarenta e dois mil, cento e quarenta e quatro cruzeiros), acrescido das obrigações decorrentes do seguro de acidentes pessoais que tenham como causa direta o desempenho das atividades decorrentes do Estágio. O presente Convênio vigorará por tempo indeterminado, a partir de sua publicação no Diário Oficial, podendo ser rescindido, desde que qualquer das partes convenientes notifique a outra, com antecedência de no mínimo 20 (vinte) dias.

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS
DE SANEAMENTO**

PROCESSO Nº 3.859/78

CONTRATO Nº 145/78

DATA DA ASSINATURA: 16.10.78

EXTRATO DE CONTRATO

1 - **ESPÉCIE:** Contrato que entre si fazem o DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO e a SONDOTÉCNICA ENGENHARIA DE SOLOS S.A. - CGC Nº 33.386.210/0001-19.

2 - **RESUMO DO OBJETO:** Execução de supervisão e assessoramento técnico das obras de retificação, alargamento e endicamento no Baixo Vale do Rio Tubarão, no Estado de Santa Catarina, na jurisdição da 11ª Diretoria Regional de Saneamento (11ª DRS).

3 - **FUNDAMENTO LEGAL:** Concorrência nº 88/78, Edital nº 88/78.

4 - **VALOR TOTAL:** Cr\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de cruzeiros).

5 - **DOTAÇÃO E EMPENHO:** A despesa correrá, no presente exercício, por conta de recurso da Verba 2.2.3.03.332.32.06-SC, empenhada, inicialmente a importância de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), conforme NE nº 477, de 02.10.78. Nos exercícios subsequentes, a despesa correrá pelo crédito ou consignação que a comportar.

6 - As revisões dos preços unitários serão efetuados de acordo com o Decreto-Lei nº 185/67 e demais legislações pertinentes.

7 - Em garantia do cumprimento do Contrato, fica depositada na CEF-Filial do Rio de Janeiro, a parcela inicial de caução no valor de Cr\$ 220.286,28 (duzentos e vinte mil, duzentos e oitenta e seis cruzeiros e vinte e oito centavos) em títulos da dívida pública federal, conforme Guia de Recolhimento nº 52.823, de 30.08.78, complementada em parcelas correspondentes a 5% (cinco por cento) do valor das medições efetuadas, inclusive as de reajustamento.

8 - O prazo é de 36 (trinta e seis) meses, a partir da data de vigência do Contrato.

9 - Assinam o presente Contrato os Srs. Francisco Rodolfo Valença do Rêgo Barros pelo DNOS, CONTRATANTE, e Jaime Rotstein CPF Nº..... 003520127/49 pela firma SONDOTECNICA ENGENHARIA DE SOLOS S.A., CONTRATADA, sendo testemunhas Glenan Cruz e Lígia Lopes.

APROVAÇÃO: Aprovado pelo Conselho de Administração do DNOS em sua Reunião nº 35/78, pela Resolução nº 491/78- ambas de 16.10.78.

cio Nº 81/78

MINISTÉRIO DO INTERIOR

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 128/78

ESPÉCIE - Termo de Convênio que entre si celebram a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste e o Governo do Estado de Mato Grosso representado pela Secretaria de Agricultura do Estado de Mato Grosso.

OBJETO - Possibilitar a conclusão de um Projeto de instalação de uma fábrica de farinha, no Município de Acorizal, no Estado de Mato Grosso, cujo financiamento foi iniciado pela SUDECO, em decorrência do Convênio nº 020/78.

CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA - Os recursos necessários ao presente Convênio, correrão à conta do Projeto 07.40.045.1582 "Estudos e Projetos para o Desenvolvimento" - elemento de despesa 3.1.3.2, recursos da União, Empenho nº 0439/78.

VALOR - Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros).

PRAZO - 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Ofício Nº 202/78

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 129/78.

ESPÉCIE - Termo de Convênio que entre si celebram a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste e o Governo do Estado de Mato Grosso, com a interveniência da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Estado de Mato Grosso, e da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra/MT.

OBJETO - A realização, levantamento planialtimétrico da área urbana de Tangará da Serra/MT, conforme projeto apresentado.

CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA - Os recursos necessários à execução do presente Convênio, são provenientes de recursos - orçamentários da SUDECO, Atividade 07.40.045.1582 - elemento de despesa 3.1.3.2. Empenho nº 1008/78.

VALOR - Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros).

PARAZO - 12 (doze) meses, passando a vigor após sua publicação no Diário Oficial da União.

Ofício Nº 203/78

EXTRATO DO TERMO DE RE-RATIFICAÇÃO

ESPÉCIE - Termo de Re-Ratificação do Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste e o Instituto de Planejamento Econômico e Social, através de sua Secretaria de Planejamento e Coordenação, o Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional e o Município de Luziânia.

OBJETO - A Retificação do item II da Cláusula Quarta do Convênio original, que passa a ter a seguinte redação:

DA SUDECO - Atividade 07.58.323.1644 - "Desenvolvimento de Áreas Urbanas", elemento de despesa 3.1.3.2. Nota de Empenho nº 0840/78.

VALOR - Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros)

DA RATIFICAÇÃO - Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições estipuladas no Convênio original não afetadas por este instrumento.

Ofício Nº 201/78

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

EXTRATO DO CONTRATO

Nº 84/78.

ESPÉCIE: TERMO ADITIVO ao contrato nº 13/78, firmado em 21 de fevereiro de 1978, que entre si fazem a Companhia

de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODE VASF e a firma Empresa Melhoramentos e Construções EMEC S.A.

OBJETIVO: O presente termo aditivo tem por objeto a inclusão de novos serviços necessários à conclusão das obras objeto do contrato nº 13/78, conforme as justificativas técnicas aprovadas pela Resolução 347/78 da Diretoria Executiva e constante do Processo nº 4258/78-CODEVASF que passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

VALOR: Os serviços objeto da cláusula anterior serão executados pelo preço total de Cr\$ 6.262.970,00 (seis milhões, duzentos e sessenta e dois mil, novecentos e setenta cruzeiros).
(Nº 15696 - 23-10-78 - Cr\$370,00)

EDITAIS E AVISOS

MINISTÉRIO DA FAZENDA BANCO CENTRAL DO BRASIL

- EDITAL DE INTIMAÇÃO DE EDMILSON ROSA VASCONCELOS COM PRAZO DE VINTE (20) DIAS -

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, autarquia federal (Lei nº 4.595, de 31.12.64, art. 8º, Decreto-lei nº 278, de 28.02.67, art. 1º), com sede na Capital Federal, INTIMA, pelo presente edital, por não ter atendido à convocação deste Banco, o Sr. EDMILSON ROSA VASCONCELOS, para, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do vigésimo dia da primeira publicação deste edital, apresentar DEFESA em processo administrativo disciplinar contra ele instaurado por abandono de emprego, ex vi do artigo 482, letra i, da Consolidação das Leis do Trabalho, c/c. o artigo 118, § 2º, do Estatuto dos Funcionários do Banco Central do Brasil, e de cujos autos poderá ter vista, durante o horário normal de expediente, na Divisão Regional de Administração de Recursos Humanos, em São Paulo, localizada na Avenida Paulista nº 1682.

Brasília (DF), 16 de outubro de 1978

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DE RECURSOS HUMANOS
- Chefe -

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM CONCORRÊNCIA — EDITAL Nº 179-78

Aviso de Transferência

De ordem do Senhor Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), avisamos aos interessados que por motivo de ordem administrativa a Concorrência para Seleção de Empresa de Consultoria, objetivando coordenação, supervisão e controle dos serviços de implantação, pavimentação, drenagem, obras de arte correntes e obras de arte especiais na Rodovia BR-116-SP, Trecho Arujá — São Paulo, marcada para o dia 4 de outubro de 1978, às 11:00 horas, foi transferida para o dia 27 (vinte e sete) do mês de novembro de 1978, às 14:30 horas, no mesmo local anteriormente fixado.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1978
— Engº Salvan Borborema da Silva —
Chefe do Grupo Executivo de Concorrências.
Ofício n.º 836-78

CONCORRÊNCIA — EDITAL Nº 178-78 Aviso de Transferência

De ordem do Senhor Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), avisamos aos interessados que por motivo de ordem administrativa a Concorrência para Seleção de Empresa de Consultoria, objetivando coordenação, supervisão e controle dos serviços de implantação, pavimentação, drenagem, obras de arte correntes, na Rodovia BR-110-RN, Trecho Areia Branca — Mossoró, marcada para o dia 4 (quatro) do mês de outubro de 1978, às 10:00 horas, foi transferida para o dia 24 (vinte e quatro) do mês de novembro de 1978, às 11:00 horas, no mesmo local anteriormente fixado.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1978
— Engº Salvan Borborema da Silva —
Chefe do Grupo Executivo de Concorrências.

MINISTÉRIO DA AERONAUTICA EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os acionistas da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO, para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 30 de outubro de 1978, às 10:00 horas, em sua Sede Social, no Setor Comercial Sul, Edifício Chams, 6º andar, na Cidade de Brasília-DF., a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- aumento do capital social da Empresa de Cr\$. 225.000.000,00 (duzentos e vinte e cinco milhões de cruzeiros) para Cr\$500.000.000,00 - (quinhentos milhões de cruzeiros), com a consequente emissão de ações novas;
- modificação estatutária em razão do aumento de capital;
- alienação de bem imóvel;
- eleição de membro do Conselho Fiscal;
- outros assuntos de interesse social, relacionados com as alíneas anteriores.

Brasília-DF, 20 de outubro de 1978.

HELIO COSTA
Presidente

(Dias 25-26 e 27/10/78)

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

SIDERURGIA BRASILEIRA S. A.

C.G.C. nº 00387961-0001-39

Capital autorizado: Cr\$
20.000.000.000,00

Capital subscrito e integralizado: Cr\$
5.959.202.460,00

Aviso aos Acionistas

A Siderurgia Brasileira S. A. —
SIDEBRAS, comunica aos senhores acionistas que, por deliberação do seu Conselho de Administração, foi autorizada a emissão de 4.040.797.540 (quatro bilhões, quatrocentos e noventa e sete mil e quinhentas e quarenta) ações ordinárias nominativas, do valor nominal de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma, por subscrição particular realizado da seguinte forma:

a) a subscrição será particular, por incorporação dos créditos representativos dos adiantamentos de capital existentes e por integralização em dinheiro no ato da subscrição e pelo valor nominal das ações;

b) direito de preferência assegurado aos atuais acionistas à razão de 6,78 ações por grupo de 10 possuídas;

c) prazo para o exercício do direito de preferência de 120 dias, a contar de 23 de outubro de 1978;

d) findo o prazo de preferência, as sobras verificadas serão rateadas proporcionalmente entre os acionistas que tenham solicitado reservas de sobras no boletim ou lista de subscrição. As sobras resultantes do rateio serão subscritas preferencialmente pelos acionistas União e ou entidades de administração federal indireta. O disposto se aplicará tanto as sobras de subscrição como às decorrentes de aglutinação das frações de ações.

Brasília, 19 de outubro de 1978. — p/
Henrique Brandão Cavalcanti, Presidente.

Dias: 23, 24 e 25.10.78

(Nº 15628 — 19.10.78 — Cr\$ 930,00).

**MINISTÉRIO
DAS
COMUNICAÇÕES
EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELEGRAFOS**

AVISO

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, através de sua Comissão Permanente de Licitação, comunica aos interessados a realização da Tomada de

Preços número 33-78, que objetiva o recebimento de propostas para o fornecimento e instalação de dois Mezaninos em estrutura metálica e dois conjuntos de Compressores de Ar, cada um com vazão aproximada de 500 l/min. e capacidade em torno de 150 litros, destinados ao Centro de Tratamento Automático de Encostas do Rio de Janeiro e São Paulo.

As propostas serão recebidas nas Gerências de Suprimento às 16,00 horas do dia 9 de novembro de 1978, e abertas na

Administração Central-BSB no dia 14 de novembro de 1978, às 16,00 horas.

O Edital e respectivos Anexos poderão ser retirados mediante a apresentação de documento legal, no qual a empresa comprove possuir capital social mínimo e integralizado de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), nos endereços abaixo:

Gerência de Suprimento DR. — Rio de Janeiro — Rua Leopoldo Bulhões n.º 530 — Fundos — Benfica — Rio de Janeiro — RJ.

Gerência de Suprimento DR. — São Paulo — Rua Quatro n.º 354 — km 1,5 da Via Dutra — Vila Maria — São Paulo — SP.

Administração Central — Departamento de Suprimento/DC — Setor Bancário Norte — Lote 31 — Ed. Sete-ECT — 4.º andar — Brasília — DF.

Brasília, 25 de outubro de 1978. — Comissão Permanente de Licitação. (Of. n.º 3436-78).

REFORMA ADMINISTRATIVA

DECRETO-LEI N.º 200, DE 25-2-1967

DIVULGAÇÃO N.º 1.216

3.ª EDIÇÃO

PREÇO: Cr\$ 15,00

A VENDA

Na Cidade do Rio de Janeiro

Posto de Venda — Sede: Avenida Rodrigues Alves, 1

Posto de Venda I: Ministério da Fazenda

Posto de Venda II: Palácio da Justiça, 3.º pavimento — Corredor D — Sala 311

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal

Em Brasília

Na sede do D.I.N.

ÍNDICES

DA

LEGISLAÇÃO FEDERAL

NUMÉRICO

— Com indicação da data da publicação no "Diário Oficial" e do Volume da "Coleção das Leis".

ALFABÉTICO-REMISSIVO

— Pela ordem alfabética do assunto.

LEGISLAÇÃO REVOGADA

— Diplomas legais ou seus dispositivos expressamente alterados, revogados, derogados, declarados nulos, caducos, sem efeito ou insubsistentes pela legislação publicada no ano a que se refere o volume.

1967

DIVULGAÇÃO N.º 1.042 — Cr\$ 8,00

1968

DIVULGAÇÃO N.º 1.152 — Cr\$ 20,00

1969

DIVULGAÇÃO N.º 1.184 — Cr\$ 25,00

1970

DIVULGAÇÃO N.º 1.202 — Cr\$ 20,00

1971

DIVULGAÇÃO N.º 1.211 — Cr\$ 25,00

1972

DIVULGAÇÃO N.º 1.225 — Cr\$ 35,00

1973

DIVULGAÇÃO N.º 1.247 — PREÇO: Cr\$ 45,00

REFORMA ADMINISTRATIVA

DECRETO-LEI Nº 200, DE 25-2-1967

DIVULGAÇÃO Nº 1.216

3ª EDIÇÃO

PREÇO: Cr\$ 15,00

A VENDA

Na Cidade do Rio de Janeiro

Posto de Venda — Sede: Avenida Rodrigues Alves, 1

Posto de Venda I: Ministério da Fazenda

Posto de Venda II: Palácio da Justiça, 3º pavimento —
Corredor D — Sala 311

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal

Em Brasília

Na sede do D.I.N.

ENERGIA NUCLEAR

Lei nº 6.453, de 17-10-1977

DIVULGAÇÃO Nº 1.298

Preço: Cr\$ 10,00

A VENDA

Na Cidade do Rio de Janeiro

Posto de Venda — Sede: Avenida Rodrigues Alves, 1

Posto de Venda I: Ministério da Fazenda

Posto de Venda II: Palácio da Justiça, 3º pavimento —
Corredor D — Sala 311

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal
Em Brasília

Na sede do D.I.N.

ARQUIVOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Repositório de doutrina, decisões administrativas, pareceres,
acórdãos do Supremo Tribunal Federal, elaboração
legislativa e legislação

Publicação trimestral

ÚLTIMO NÚMERO PUBLICADO — 146
(abril a junho/1978)

Preço: Cr\$ 30,00

Números atrasados: O Departamento de Imprensa
Nacional tem à venda a coleção de ARQUIVOS desde
1943, exceto os ns. 1, 2, 3, 16, 37, 70 a 98 e 101, já
esgotados.

A VENDA

Na Cidade do Rio de Janeiro

Posto de Venda — Sede: Avenida Rodrigues Alves, 1

Posto de Venda I: Ministério da Fazenda

Posto de Venda II: Palácio da Justiça, 3º pavimento —
Corredor D — Sala 311

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal
Em Brasília

Na sede do D.I.N.

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 3,00